

ALINE BASTOS

# **AS FACES DO DRAGÃO:**

Imagens da China nas capas da Revista  
*Veja*

RIO DE JANEIRO

2009

ALINE BASTOS

**AS FACES DO DRAGÃO:**  
Imagens da China nas capas da Revista  
*Veja*

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de mestre, sob a orientação do professor Dr. Milton José Pinto.

RIO DE JANEIRO

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E  
CULTURA

## **AS FACES DO DRAGÃO:**

Imagens da China nas capas da Revista *Veja*

Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto

### **Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Milton José Pinto

---

Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

---

Prof. Dr. José Luiz Aidar

Rio de Janeiro  
Data da Defesa: 22/05/2009

A Deus, sem o qual nada é possível, e do qual tudo provém e tudo retorna.

## **AGRADECIMENTOS**

Num percurso longo que começou há mais três anos, existem muitas pessoas a agradecer.

A meus pais, Ismael Bastos e Anadir Recofka, pelo estímulo, pela paciência, pela compreensão, pelo amor incondicional e por me acompanhar na minha aventura em voltar ao Rio de Janeiro para concretizar um sonho.

Aos professores do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Paraná, onde comecei minha caminhada, especialmente à Profa. Anely Ribeiro, que colocou sua biblioteca particular a minha disposição e me ajudou a fazer o meu primeiro pré-projeto; à Profa. Celsi Brönstrup Silvestrin, por me estimular a seguir a carreira acadêmica e à Profa. Myrian Del Vecchio por despertar em mim a paixão pelo texto jornalístico e acadêmico.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ).

Ao Prof. Muniz Sodré, o primeiro a me receber na ECO-UFRJ e escutar atentamente o meu projeto de pesquisa, sem julgamentos - ao assistir suas aulas posteriormente, percebi que conheci um acadêmico acima da média, realmente genial.

Ao Prof. Márcio Tavares d'Amaral, outro gênio, com raras qualidades: gentileza e bondade.

Ao Prof. Mohammed Elhajji, pelo apoio inicial, pelo encorajamento e pelo exemplo de vida e de vocação.

Ao Professor Milton José Pinto, meu orientador, por me acolhido no seu grupo de pesquisa (NUPEC - Núcleo de Pesquisas em Estratégias de Comunicação), onde adquiri as primeiras noções em análise do discurso e semiologia.

A Profa. Ana Paula Goulart Ribeiro, minha co-orientadora, pela paciência e disponibilidade em me ajudar na reta final do meu trabalho, apoio fundamental sem o qual eu não poderia chegar até aqui.

Aos professores Liv Sovik, Janice Caiafa, José Freire Filho, por estimular o meu espírito crítico em suas aulas e me fazer transportar para novos e fascinantes conhecimentos.

Aos amigos e companheiros da ECO-UFRJ, pelos debates, pelas reflexões, pelas trocas, pelas opiniões e pelos conselhos, e por fazerem parte dessa jornada tão intensa e enriquecedora.

Aos meus amigos de longe e de perto, que mesmo sem saber ou entender a minha decisão de me mudar de cidade para me dedicar integralmente a fazer Mestrado, deram força e estímulo para continuar, mesmo com as dificuldades inerentes à caminhada.

À Coordenação de Pós-Graduação da ECO/UFRJ, Prof. Paulo Vaz e Prof. Micael Herchmann, pelo apoio constante durante essa trajetória, e em especial aos funcionários Jorgina e Vinícius.

Quem não compreende o destino  
é incapaz de se comportar como um  
cavalheiro.  
Quem não compreende os ritos  
é incapaz de ocupar seu lugar.  
Quem não compreende palavras  
é incapaz de compreender os homens.

(CONFÚCIO)

## RESUMO

O trabalho proposto busca analisar a construção discursiva das capas da revista *Veja* sobre a China ao longo da história da publicação, com base nas correntes semiológicas pós-estruturalistas e da análise crítica do discurso. Desse modo, procurar-se-á compreender posicionamentos e estratégias políticas, econômicas e sócio-culturais relacionadas com um contexto histórico mais amplo, e identificar momentos de consolidação de posições hegemônicas ocidentais, de disputas de poder e de transformações ideológicas, que possam culminar com a valorização da pluralidade, da diferença e do outro.

Nos quarenta anos de edição, a China foi assunto direto de doze matérias de capa da revista *Veja*, com destaque para o século XXI, em que a China ressurgiu na publicação em quatro matérias de capa, especialmente no ano 2008 em que os Jogos Olímpicos aconteceram em Pequim.

## **ABSTRACT**

This work analyses the discourse construction in *Veja* magazine covers featuring China throughout that publication's history. Such analysis is based on the post-structuralist semiotic trends and on the discourse's critical analysis. Therefore, efforts will be made toward understanding postures and political strategies, as well as economical and socio-cultural aspects related to a wider historical context. Moments when there was a consolidation of western hegemonic views, power disputes and ideological change are going to be identified, trying to find plurality, valuing differences and 'the other' in the midst of it all.

In *Veja*'s forty year history, China was portrayed in twelve cover stories. The twenty-first century is crucial - when China reappears in four cover stories - and 2008, especially, the year of the Beijing Olympic Games.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
 <b>PARTE I: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL GLOBAL ...</b>	<b>16</b>
<b>1 PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO E MULTICULTURALISMO...</b>	<b>16</b>
1.1 OCIDENTALIZAÇÃO: AÇÕES E REAÇÕES.....	16
1.2 GLOBALIZAÇÃO.....	17
1.3 MULTICULTURALISMO E HIBRIDISMO.....	22
1.4 GLOBALIZAÇÕES ALTERNATIVAS.....	22
 <b>PARTE II: LINGUAGEM E SENTIDO .....</b>	<b>32</b>
<b>1 SINCRONISMOS E DIACRONISMOS.....</b>	<b>32</b>
<b>2 SEMIOLOGIA.....</b>	<b>35</b>
2.1 PRODUÇÃO DE SENTIDO: A SEMIOSE SOCIAL.....	38
2.2 SEMIOLOGIA DOS DISCURSOS SOCIAIS.....	43
<b>3 BAKHTIN: DIALOGISMO E POLIFONIA.....</b>	<b>44</b>
<b>4 LINGUAGEM E AÇÃO: O SUJEITO DISCURSIVO E O LUGAR DA FALA.....</b>	<b>56</b>
<b>5 A LEITURA PLURAL DO TEXTO.....</b>	<b>57</b>
5.1 TEMÁTICAS E FORMAÇÕES DISCURSIVAS.....	53
 <b>PARTE III: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA CHINA.....</b>	<b>68</b>
<b>1 ORIENTE COMO CONSTRUÇÃO DO OCIDENTE.....</b>	<b>68</b>
<b>2 O PAPEL DA MÍDIA.....</b>	<b>73</b>
<b>3 A CHINA NA MÍDIA.....</b>	<b>80</b>
3.1 ANÁLISE DAS CAPAS DA REVISTA VEJA SOBRE A CHINA.....	82
3.1.1 Os Estados Unidos voltam a se aproximar da China.....	84
3.1.2 A China começa a demonstrar sua força política internacional na ONU.....	89
3.1.3 O encontro presidencial mais aguardado do século.....	94

<b>3.1.4 Encontro sino-americano representa um passo rumo a um novo mundo .....</b>	<b>99</b>
<b>3.1.5 O fortalecimento das relações Brasil-China.....</b>	<b>102</b>
<b>3.1.6 Morre o grande timoneiro .....</b>	<b>107</b>
<b>3.1.7 O despertar da China .....</b>	<b>114</b>
<b>3.1.8 O massacre da Praça da Paz Celestial .....</b>	<b>117</b>
<b>3.1.9 A próxima potência mundial .....</b>	<b>121</b>
<b>3.1.10 O império China .....</b>	<b>125</b>
<b>3.1.11 Pequim 2008 .....</b>	<b>127</b>
<b>3.1.12 Abertura Made in China .....</b>	<b>131</b>
<b>3.1.13 Quarenta anos de revista <i>Veja</i> .....</b>	<b>136</b>
 <b>CONCLUSÃO .....</b>	 <b>139</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>146</b>
 <b>ANEXOS.....</b>	 <b>153</b>

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Revista Veja: 21 de julho de 1971.....	84
<b>Figura 2</b> – Revista Veja: 03 de novembro de 1971.....	89
<b>Figura 3</b> – Revista Veja: 23 de fevereiro de 1972.....	94
<b>Figura 4</b> – Revista Veja: 01 de março de 1972.....	99
<b>Figura 5</b> – Revista Veja: 21 de agosto de 1974.....	102
<b>Figura 6</b> – Revista Veja: 15 de setembro de 1976.....	107
<b>Figura 7</b> – Revista Veja: 24 de julho de 1985.....	114
<b>Figura 8</b> – Revista Veja: 16 de junho de 1989.....	117
<b>Figura 9</b> – Revista Veja: 22 de outubro de 2003.....	121
<b>Figura 10</b> – Revista Veja: 09 de agosto de 2006.....	128
<b>Figura 11</b> – Revista Veja: 06 de agosto de 2008.....	131
<b>Figura 12</b> – Revista Veja: 27 de agosto de 2008.....	129

## INTRODUÇÃO

Meu contato inicial com a civilização chinesa ocorreu por intermédio de um colega da Universidade Federal do Paraná, diretor-fundador do Instituto Brasil-China de Intercâmbio Comercial, Tecnológico e Cultural, com sede em Curitiba no Paraná. Ele viveu durante três anos e meio como missionário cristão na China (*Zhong Guo*, ou “Império do Meio” na língua local) e ao retornar fundou com outros dois empresários brasileiros a instituição, que me convidou a fazer parte.

Quase sem perceber, fui adentrando nesse “novo mundo”, motivada a princípio pelas exigências profissionais de conhecer profundamente aspectos históricos, sócio-culturais, políticos e econômicos da China, com o objetivo de desenvolver e aplicar estratégias comunicacionais para aprofundar os laços de cooperação sino-brasileira. Desde então, não consegui mais parar de estudar, questionar e vivenciar por todas as fontes; tudo sobre a China. As mais ricas contribuições vieram daqueles que um dia pisaram na China, e que me fizeram relatos surpreendentes e estimulantes sobre a civilização chinesa; passos que pretendo seguir brevemente.

Depois de atuar no Instituto Brasil-China e conhecer uma “outra realidade”, fui instigada a continuar pesquisando no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Comecei também a interagir com os pesquisadores do Instituto Brasileiro de Estudos sobre a Ásia e Pacífico – IBECAP, com sede no Rio de Janeiro. Conhecer a civilização chinesa e perceber a sua ascensão mundial fez florescer uma esperança de um mundo novo. As pesquisas iniciais sobre a tradição confuciana chinesa apontam realmente na direção de uma sociedade voltada à solidariedade, à coletividade e ao equilíbrio dos povos. Como afirma o pesquisador chinês: “O novo mundo que se desenha pode ser

construído em torno do diálogo entre civilizações, com a aceitação do princípio da harmonia do não-idêntico” (JIRU, 2004, p. 335).

A par da experiência pessoal, percebi que a civilização chinesa, a mais antiga do mundo, sempre despertou a atenção mundial pelos seus mais de cinco mil anos de história, pela população de mais de 1,3 bilhões de pessoas e pelo seu regime oficialmente comunista. Devemos ao Oriente, sobretudo à China, todos os primórdios de nossas artes, de nossa cultura e muito de nosso conhecimento. As invenções técnico-científicas da China antiga – o papel, a tipografia, a pólvora e a bússola–,exerceram consideráveis e profundas influências sobre as atividades de toda a humanidade.

Nos últimos anos, porém, há um interesse cada vez maior pelo país que mais cresce no mundo e que caminha para se tornar uma superpotência. A civilização chinesa está em evidência no Brasil e no mundo em capas de revistas, exposições artísticas, reportagens televisivas, filmes, documentários, novelas<sup>1</sup> e, principalmente, na variedade de produtos *Made in China*. O estrondoso crescimento econômico do país de mais de 9% ao ano, e o poder político internacional proveniente desse fato, colocam a China num patamar sócio-cultural privilegiado. “Há dez anos, ninguém prestava atenção na existência da China. Era um país a mais no globo. Hoje todos querem saber o que está acontecendo aqui, como estamos vivendo, em que direção vamos, como pretendemos nos relacionar com o resto do mundo”, diz o pesquisador Jiang Shixue da Academia Chinesa de Ciências Sociais<sup>2</sup>.

A pesquisa aqui proposta busca analisar o discurso da revista *Veja* sobre a China, compreendendo posicionamentos e estratégias sociopolíticas, econômicas e culturais relacionadas com um contexto mais amplo e identificar momentos de consolidação de posições

---

<sup>1</sup> Recentemente a Rede Globo estreou a novela “Negócio da China” com um chinês como um dos atores principais e com figurinos inspirados na cultura chinesa.

<sup>2</sup> O BRASIL visto da China. Entrevista: Jiang Shixue. Revista *Veja*, edição 2015, ano 40, nº 26, 4 de julho de 2007, p. 11-15.

hegemônicas, de disputas de poder, de transformações ideológicas no cenário mundial. Especificamente buscar-se-á pesquisar a produção de sentido das capas da revista *Veja* através de estudos conceituais comparativos, buscando compreender as relações das práticas discursivas com o cenário sócio-político nacional e internacional no atual processo de globalização. Procurar-se-á também entender, na complexa dimensão cultural global, como a China se apresenta com toda sua tradição milenar confuciana, tornando-se alternativa para o padrão universal ocidentalizante em direção à constituição de uma nova ordem mundial.

Desse modo, na primeira parte buscar-se-á entender as mudanças estruturais que estão ocorrendo no globo, que muitos teóricos denominam modernidade tardia, pós-modernismo ou globalização, e de que forma podem estar relacionadas com o declínio do Ocidente e com a ascensão da Ásia Oriental. Buscar-se-á entender como as próprias noções de Ocidente e Oriente são complexas e problemáticas; produto de uma construção discursiva. Compreender essas nuances e paradoxos da realidade social mundial trará subsídios para a compreensão dos sentidos dos discursos midiáticos em análise.

Na segunda parte, realizar-se-á uma revisão bibliográfica e a definição de material metodológico através de diversos autores que trabalham com produção de sentido, sobretudo com as teorias pós-estruturalista da análise semiológica e do discurso. Essa investigação será realizada a partir de um ponto de vista da comunicação na esfera internacional, bem como as imbricações locais das mensagens produzidas pela revista *Veja* sobre o objeto de estudo, tendo em vista à heterogeneidade do discurso midiático e o discurso sobre o Outro.

Na terceira parte, realizar-se-á a análise discursiva das mensagens transmitidas sobre a China nas capas da revista *Veja* ao longo da história da publicação. Segundo levantamento, em seus 40 anos de existência, a China foi assunto direto de dez matérias de capa da

revista *Veja*, com destaque para a edição de 9 de agosto de 2006, em que ocupou cento e cinco páginas, incluindo um encarte especial, ou mais da metade da revista. A construção discursiva da China como um perigo, uma ameaça ou como um modelo de sucesso da aplicação dos valores ocidentais tem implicações profundas na constituição ou construção da estrutura social brasileira e no direcionamento dos negócios e das relações diplomáticas brasileiras com a China e com outros países do mundo. Essas representações podem interferir na forma de gerenciamento de políticas públicas, ações governamentais e empresariais, que influenciam decisivamente na vida de todos os brasileiros. Por isso, a investigação do discurso das revistas brasileiras sobre essa nação, apontada como a próxima superpotência mundial, pode apontar para a inserção ou não do Brasil em um outro patamar de desenvolvimento econômico e de poder internacional.

## **PARTE I: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL GLOBAL**

### **1 PROCESSOS DE GLOBALIZAÇÃO E MULTICULTURALISMO**

#### **1.1 OCIDENTALIZAÇÃO: AÇÕES E REAÇÕES**

A idéia de ocidentalização do mundo, que já havia sido imaginada por Hegel e equacionada por Marx, foi desenvolvida por Weber e outros, ao longo do século XX (IANNI, 2000a, p. 70). Em suas linhas básicas, a teoria da modernização do mundo pode ser vista como uma versão mais conspícua da “teoria” da ocidentalização do mundo. Presumia-se que as nações ocidentais, as primeiras a desenvolver e aplicar a razão iluminista e a ciência, estavam muito adiante no processo de desenvolvimento social e poderiam manter sua liderança, na medida em que povos de outras partes do mundo procuravam, com muito empenho, seguir e colher os benefícios da modernização (caso fosse necessário, seriam instruídos nesse sentido). “Pressuponha-se que o projeto tinha uma superioridade inerente e demonstrável, em termos dos meios potenciais” (FEATHERSTONE, 1997, p. 105).

A questão do desenvolvimento rumo à ocidentalização é definida como um processo de difusão da “inovação”. A meta das estratégias de persuasão é de “fazer evoluir” as atitudes das populações em estado de “subdesenvolvimento”, ou seja, de fazê-las passar de uma cultura e de uma sociedade ditas tradicionais para uma cultura e uma sociedade ditas modernas. “O clichê da “ocidentalização” (*westernization*) resume todas as qualidades próprias da “atitude moderna” e dos “gostos cosmopolitas” (MATTELART, 2000, p. 95).

Assim, na medida em que povos do mundo inteiro se “ocidentalizam”, elas também se “modernizam”. O Ocidente havia evoluído para a modernidade; as outras culturas não haviam feito o mesmo. Por conseguinte, inevitavelmente, se alguém quisesse ser “moderno”, teria de certo modo



que ser culturalmente "ocidental". Se não quisesse adotar religiões ocidentais, teria que adotar pelo menos linguagens ocidentais. E se não aceitasse linguagens ocidentais, teria que aceitar pelo menos a tecnologia ocidental, que se dizia estar baseada nos princípios da ciência universal (WALLERSTEIN, 1999, p. 56-57).

Nesse sentido, há um "conjunto de estratégias retóricas (o discurso globalizante) visando a convencer a totalidade da humanidade que os valores ocidentais são universais e de todos" (ELHAJJ, 2001, p. 4). Assim:

Tudo que não é iluminado pelo ponto de vista ocidental, moderno e racional não passa de uma massa amorfa, sem estrutura clara nem caráter definitivo. Fora da "semiose" racional, moderna e ocidental (sendo os três conceitos ao mesmo tempo indissociáveis e intersubstituíveis), não há possibilidade de o mundo tomar uma forma coerente; fora do quadro conceitual decorrente desse momento/lugar civilizacional não há mundo inteligível. O que, em definitivo, significa que a razão não reside nas coisas, mas sim na autoridade do olhar que as mede e a instância discursiva que as enuncia (ELHAJJ, 2001, p. 3).

Nesse sentido, o domínio do Ocidente se estendeu por todo o globo na modernidade e o poder econômico, político e militar que deu ao Ocidente sua primazia, começa a não diferenciar mais tão distintamente os países ocidentais dos outros em outras partes. Podemos interpretar este processo com um processo de *globalização* (...) (GIDDENS, 1991, p. 57); decorrente da ocidentalização, uma concepção universal de mundo.

## 1.2 GLOBALIZAÇÃO

Pode-se afirmar que o atual fenômeno da globalização é uma das consequências fundamentais da modernidade. A modernização traz consigo as idéias de crescimento, desenvolvimento e progresso. Funda-se no pressuposto de que as mais diversas esferas da vida social podem ser modificadas no sentido de secularização e individuação, compreendendo a mercantilização, industrialização, urbanização, propriedade privada, liberdade e igualdade de

proprietários organizados em contrato juridicamente estabelecido (IANNI, 1995).

Assim como os conceitos de civilização mundial e desenvolvimento do pensamento moderno inicial e clássico, a idéia de universalização transmite a esperança, a intenção e a determinação de se produzir uma *ordem universal* – a produção da ordem num escala universal, verdadeiramente global. O desejo maior é tornar o mundo diferente e melhor e expandir a mudança e a melhoria em escala global através do vetor econômico do capitalismo. Para Zizek (2005, p. 35), mesmo “o multiculturalismo que hoje se impõe é a forma de aparecimento do seu oposto, da presença maciça do capitalismo como sistema mundial *universal*”. Portanto, há uma tendência à homogeneização sem precedentes do mundo contemporâneo pelo lema do neoliberalismo que acompanha a lógica do capital contemporânea, e assim “a intenção de tornar semelhantes as condições de vida de todos, em toda parte, e, portanto, as oportunidades de vida para todo mundo; talvez mesmo torná-las iguais” (BAUMANN, 1999, pp. 66-67).

Mesmo se os fluxos aparentem uma certa liberdade em seus movimentos de costurar a colcha de retalhos universal, na verdade, nunca se trata de total arbitrariedade ou puro acaso, mas sim de uma dinâmica semântica hegemônica global, que faz do Ocidente não mais o centro físico do espaço-mundo, mas sim uma esfera cognitiva que, ao mesmo tempo, sustenta o arcabouço organizacional chamado sistema-mundo e se sobrepõe a ele, o contém e nele se mantém (ELHAJJI, 2001, p. 4).

De fato, a modernidade tem o sentido de universalidade, de constituição de uma sociedade civil internacional, com o lema de uma nova era de paz e democracia, tanto que um dos efeitos do processo de globalização é consciência de que o mundo é um só lugar, ou uma grande “aldeia global”, segundo McLuhan. “As sociedades contemporâneas, apesar das suas diversidades e tensões internas

e externas, estão articuladas numa sociedade global” (IANNI, 1995, p. 39).

Em outras palavras, a globalização, decorrente da modernidade, refere-se a todos os processos pelos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, mas num processo multidimensional ocorrendo simultaneamente em muitos níveis de existência, indo além da economia, das finanças, dos mercados, da tecnologia, das comunicações e da política, até o nível da cultura e da identidade.

Nesse ponto, é muito instrutiva a visão de Robertson (1992) de que a globalização é um processo objetivo de compreensão do mundo inteiro e um processo subjetivo de intensificação da consciência do mundo como um todo. Em suma, globalização significa um aumento na interdependência mundial, juntamente com a consciência dessa interdependência; sua característica fundamental é, na verdade, o aumento e a expansão da consciência individual da situação global e do mundo como um palco no qual todos atuam.

O termo globalização é amplamente difundido em inglês por uma só terminologia (“*globalization*”), sinônimo de *holistic*, que remete a uma idéia de unidade totalizante ou de unidade sistemática (MATTELART, 2000, p. 125). Já as diversas línguas de origem latina geralmente optam pela palavra “mundialização”, principalmente os franceses possivelmente devido à resistência à hegemonia anglo-saxã (ELHAJJI, 2001). Mundialização, definitivamente, não possui a mesma conotação conceitual e teórica que globalização. Refere-se a uma etapa que precedeu e de certo modo prenunciou a globalização, sem ter contido as atuais características totalizantes. Mundialização tem mais a ver com a “internacionalização” e “ocidentalização”. Alude simplesmente ao aumento da extensão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais e dos processos colonizadores realizados pelos europeus. Já a globalização, como forma mais avançada e complexa da mundialização, implica um certo

grau de integração funcional entre as atividades econômicas e sociais dispersas. Possui um caráter sistêmico. Fala-se cada vez mais em “sistema-mundo” (ORTIZ, 1994), isto é, no conjunto articulado no interior do qual todos os elementos se encontrariam funcionalmente determinados pelo todo.

O processo de globalização provoca a intensificação das relações sociais mundiais, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo paradoxal por que tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. “A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço” (GIDDENS, 1991, pp. 69-70).

Dessa forma, uma das principais consequências do processo de globalização é a modificação das idéias tradicionais de espaço e tempo. O dinamismo da modernidade deriva da separação do tempo e do espaço e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo-espacial preciso da vida social; “do *desencaixe* dos sistemas sociais”, conforme Giddens (1991). Há um profundo deslocamento das relações sociais nos contextos tradicionais de relacionamento:

Nas sociedades modernas, as relações sociais são deslocadas dos contextos territoriais de interação e se reestruturam por meio de extensões indefinidas de tempo-espço. Os homens se desterritorializam, favorecendo uma organização racional de suas vidas. Evidentemente uma mudança dessa natureza só pode se concretizar no seio de uma sociedade cujo sistema técnico permite um controle do espaço e do tempo. A modernidade se materializa na técnica (ORTIZ, 1994, p. 45).

Ocorre, inclusive, uma tendência à unificação do sistema técnico existente, contribuindo para a integração mundial. Logo, “o aparato tecnológico não é a causa da mudança social em curso, mas fonte potencializadora” (ORTIZ, 1994, p. 62-63).

A crescente agilização das comunicações, mercados, fluxos de capitais e tecnologias, intercâmbios de idéias e imagens, modifica os parâmetros herdados sobre a realidade social. “As fronteiras parecem dissolver-se. Tudo se desterritorializa. (...) Deslocam-se pontos e lugares, ritmos e andamentos, modos de ser e devir” (IANNI, 2000, pp. 209-210). Em diferentes gradações, a maioria das narrativas e outras criações da era global carregam consigo algo de fragmentário, descontínuo, desenraizado.

Dessa forma, a globalização supõe uma interação funcional de atividades econômicas e culturais dispersas, bens e serviços gerados por um sistema com muitos centros, no qual é mais importante a velocidade com se percorre o mundo do que as posições geográficas a partir das quais se está agindo (CANCLINI, 2006). As distâncias já não importam, ao passo que a idéia de uma fronteira geográfica, é cada vez mais difícil de sustentar nesse mundo dominado pela tecnologia.

Todos nós estamos, a contragosto, por desígnio ou à revelia, em movimento. Estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança (BAUMANN, 1999, p. 8).

Nesse mundo global, “a rigor tudo se move, desloca, flutua ou migra. (...) E tudo é, simultaneamente, reiteração e modificação. Nada permanece o mesmo, ainda que pareça e inclusive se afirme, reivindique e insista” (IANNI, 2000, p. 108).

Mas, em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias espaço-temporal emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e tornam extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo em que desnudam o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas. Assim, alguns podem mover-se para fora da localidade, para qualquer lugar do mundo, quando quiserem. “Outros observam, impotentes, a única localidade que habitam movendo-se sob seus

pés” (BAUMANN, 1999, p. 25). “Ser local num mundo globalizado é sinal de privação e degradação social” (BAUMANN, 1999, p. 8). Desse modo, completa o autor: “Com efeito, longe de ser um “dato” objetivo, impessoal, físico, a “distância” é um produto social; sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual pode ser vencida” (BAUMANN, 1999, p. 19).

### 1.3 MULTICULTURALISMO<sup>3</sup> E HIBRIDISMO

A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades podem forçar as pessoas a migrar, o que causa a dispersão global. “Como uma das faces da globalização, os processos das chamadas migrações livres e forçadas – as *diásporas* contemporâneas – estão mudando de composição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais” (HALL, 2003, p. 28).

A migração é, quase, uma condição humana contemporânea<sup>4</sup>. Os fluxos desregulados de povos e culturas são tão amplos e tão irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados do capital e da tecnologia, que reconstituem as concepções tradicionais pelo mundo. Essa miscelânea consciente de tradições e de cruzamento de fronteiras realça o modo pelo qual aqueles que são “o resto”, agora tão obviamente visíveis no Ocidente, sempre fizeram parte desse mesmo Ocidente. “Isso destrói as imagens unitárias coerentes, ordenadas, da

---

<sup>3</sup> Para Zizek (2005, p. 35), o multiculturalismo, sob as vestes de “estudos culturais”, está prestando serviço definitivo ao desenvolvimento irrestrito ao capitalismo ao participar ativamente do esforço ideológico que visa tornar invisível a sua presença maciça, pois a mera menção de capitalismo como sistema mundial tende a suscitar a acusação de “essencialismo”, fundamentalismo” e outros crimes. Entretanto, a teoria crítica dos estudos culturais afirma que ao se analisar a cultura no cenário da globalização deve-se fazer através da heterogeneidade, dos hibridismos e das interseções. É essa vertente que seguimos nessa pesquisa.

<sup>4</sup> O pesquisador chinês Tu Wei-Ming (2002, p. 365) apontou esse fenômeno: “O Ocidente, como poder hegemônico, tem tentado dominar o resto do mundo por coerção, e o resto do mundo tem penetrado plenamente o Ocidente como resultado de uma migração múltipla: mão-de-obra, capital, talento e religião. É chegada a hora do diálogo das civilizações baseado no espírito de interdependência”.

modernidade, que foram projetadas a partir dos centros ocidentais” (FEATHERSTONE, 1997).

Desse modo, nesta época de globalização torna-se mais evidente a “constituição híbrida das identidades étnicas e nacionais, revela a interdependência assimétrica, desigual, mas inevitável entre os grupos” (CANCLINI, 2006). O processo de globalização, portanto, não produz a uniformidade cultural. Ele nos torna, sim, conscientes de novos níveis de diversidade. “Os sincretismos e os hibridismos constituem mais a regra do que a exceção, o que nos leva a suscitar a questão de origens e da manutenção de determinada imagem cultural” (FEATHERSTONE, 1997, p. 31).

Como explica Hall (2003), há dois processos opostos em funcionamento nas formas contemporâneas de globalização, o que é em si mesmo algo fundamentalmente contraditório.

Existem forças dominantes de homogeneização cultural, pelas quais, por causa de sua ascendência no mercado cultural e de seu domínio do capital, especificamente, a cultura americana, ameaça subjugar todas as que aparecem, impondo uma mesmice cultural homogeneizante – o que tem sido chamado de “McDonald-ização” ou Nike-zação” de tudo. (...) Mas bem junto a isso estão os processos que vagarosa e sutilmente estão descentrando os modelos ocidentais, levando a uma disseminação da diferença em todo o globo” (HALL, 2003, pp. 43-44).

Assim, além de um horizonte cultural único e homogêneo, descortina-se também um horizonte cultural diversificado, múltiplo, em movimento. A globalização também envolve a promoção ou facilitação da diferença e da diversidade, o aumento da heterogeneidade local. Na medida em que as diferentes sociedades e culturas encontram-se, tensionam-se e mesclam-se, emergindo uma pluralidade de perspectivas.

É evidente que as sociedades prosperam quando se misturam, quando idéias e conhecimentos são transferidos na “excitante dança da polinização cultural cruzada” (IANNI, 2000a). A Europa dominava grande parte do mundo pelo fim do século XIX, principalmente por meio da sua tecnologia avançada. Mas como poderiam os impérios

europeus ter sido construídos sem o papel, o compasso e a pólvora chineses, a trigonometria egípcia e a numeração árabe (por sua vez emprestada dos hindus)? A civilização japonesa é admirada por muitos, mas como poderia ter se desenvolvido sem a linguagem, o sistema legal e a filosofia religiosa tão livremente emprestada da China? (STEINER; HASS APUD IANNI, 2000a, p. 110).

Quando pensamos de forma dialógica percebemos que o processo global é muito mais complexo do que aparenta, acarretando profundas implicações tanto para Ocidente quanto para o Oriente. Essa transculturação, essa mistura, esse hibridismo sempre esteve presente em toda a história moderna e contemporânea, como se vê nesses movimentos:

Há algo, ou muito, de transculturação de ideais e princípios ocidentais nos “três princípios do povo” de Sun Yat Sem, nos aforismo de Mao Tsé-tung, na filosofia da vida de Gandhi e no fabianismo hindu de Nehru, assim como, em outros termos, no toyotismo do capitalismo japonês. Em todos os casos, encontram-se evidências de combinações forçadas, engenhosas e também originais, entre os ensinamentos do hinduísmo, budismo, confucionismo, taoísmo, xintoísmo e islamismo, positivismo, pragmatismo, marxismo, fordismo e experimentalismo, entre outras correntes do pensamento ocidental (IANNI, 2000a, p. 88).

Assim, em vez da afirmação das tradições locais, há uma tendência à “hibridização”, o esforço deliberado de sintetizar traços culturais estrangeiros e nativos. O Japão é, desde a Restauração Meiji, o mais bem sucedido pioneiro desse tipo de reação, mas há também outros exemplos mais contemporâneos. A forte presença da cultura ocidental e a forma nativa de aproximação de uma cultura importadas são fundamentais para a compreensão do atual processo de globalização cultural na China, já que a maioria dos chineses vem adotando uma postura ativa e positiva em relação à cultura estrangeira importada. Isso está refletido oficialmente no *slogan* dos anos 90, *zhongguo zouxiang shijie, shijie zouxiang Zhongguo* (A China para o mundo e o mundo para a China), que embute uma mensagem dupla. Em um nível, a ênfase é de mão dupla, o processo



equivalente pelo qual a China está ativamente se abrindo para o mundo ao mesmo tempo em que o mundo está se abrindo para a China. “Em um nível mais profundo, o *slogan* indica um movimento em direção a uma cultura estrangeira, o que é revelado pelo verbo *zouxiang*, que significa “caminhando/marchando rumo a”” (YAN, 2004, p. 47).

O desenvolvimento de uma cultura de negócios internacional chinesa, combinando as mais modernas técnicas de negócios ocidentais com o tradicional personalismo chinês das práticas de *guanxi* (uma rede de relacionamentos e ligações pessoais) e *xinyong* (confiança pessoal, confiabilidade) também caminha nesse sentido. À medida que a China se integra à economia global, podem ser observadas muitas hibridizações como o mercador confuciano: um homem de negócios chinês ao estilo ocidental cujo comportamento seja adaptado aos valores da filosofia de Confúcio como benevolência, lealdade, moralidade, inteligência e sinceridade (YAN, 2004).

Na Índia, mesmo com o sucesso econômico no mercado global, os empresários de software também decidiram que podem permanecer adeptos de sua tradição cultural milenar, como conta o pesquisador Srinivas nesse exemplo:

Eu visitei diversas empresas de informática no dia de Sarawati Puja, quando tradicionalmente os hindus reverenciavam seus instrumentos de trabalho – suas tesouras, máquinas, carros, ônibus, etc. – pedindo proteção e prosperidade. E descobri que os terminais de computadores naquelas empresas estavam sendo reverenciados. Eles estavam adornados com flores, e havia sido colocado incenso em frente a eles. Quando eu questionei os executivos sobre isso, eles disseram: “Isso deixa a equipe feliz”, mas muitas vezes eu descobri que também eles estavam participando intensamente do ritual (SRINIVAS, 2004, p. 133).

De fato, não estamos caminhando para “um achatamento de todo relevo social ou cultural diferencial” como afirma Elhajji (2002, p. 16), mas para a constituição de um mundo capaz de expressar a sua pluralidade.

As novas tecnologias são os principais responsáveis por afrouxar os laços entre a cultura e o lugar, devido a esse caráter desterritorializante e às novas dinâmicas espaços-temporais. Como afirma Hall (2003, p. 36): “As culturas, é claro, têm seus “locais”. Porém, não é mais tão fácil dizer de onde elas se originam”. Os centros de produção de significados e de valor são hoje extraterritoriais e emancipados de restrições locais. Constituem-se nos “*entre-lugares*” (BHABHA, 1998), no espaço do hibridismo, do deslizamento e da fuga. Homi Bhabha sugere que deve-se mapear esse “terceiro espaço” de realidades históricas descontínuas, buscando significar as passagens intersticiais e os processos de diferença cultural que estão inscritos no “entre-lugar”, na dissolução temporal que tece o texto “global”.

Esta é uma dimensão fundamental de constituição do mundo, uma *transculturação* contínua, reiterada e permanente, por meio da qual mesclam e transfiguram as relações sociais. De tal modo que tudo se inter-relaciona e reitera, tensiona e modifica. Transculturação é um processo no qual ambas as culturas resultam modificadas; um processo no qual resulta uma nova realidade, composta e complexa. Assim, distingue-se da idéia de adquirir uma cultura distinta (*aculturation*), mas o processo implica também e necessariamente a perda e o desenraizamento de uma cultura precedente, o que se poderia denominar *deculturação*; e, além disso, significa a conseqüente criação de novos fenômenos culturais que se poderiam denominar de *neoculturação*. Transculturação compreende todas essas faces (ORTIZ APUD IANNI, 2000b, p. 106).

De certa forma, a transculturação também envolve a tradução. A tradução cultural “dessacraliza” as pressuposições transparentes da supremacia cultural e, nesse próprio ato, “exige uma especificidade contextual, uma diferenciação histórica no interior das posições minoritárias” (BHABHA, 1998, p. 314). O sujeito da diferença cultural torna-se o elemento de resistência no processo de transformação,

“aquele elemento em uma tradução que não se presta a ser traduzido”, conforme Benjamin apud Bhabha (1998), produzindo este espaço de tradução da diferença cultural, que nunca se completa, mas que permanece nos interstícios.

A cultura migrante do “entre-lugar”, a posição minoritária, dramatiza a atividade da intraduzibilidade da cultura; ao fazê-lo, ela desloca a questão da apropriação da cultura para além do sonho do assimilacionais, ou do pesadelo do racista, de uma “transmissão total do conteúdo”, em direção a um encontro com o processo ambivalente de cisão e hibridização que marca a identificação com a diferença da cultura (BHABHA, 1998, p. 308).

Dessa forma, gradativamente a globalização vem ativamente desenredando e subvertendo cada vez mais seus próprios modelos culturais essencializantes e homogeneizantes herdados dos conceitos Iluministas. As identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão sendo solapadas pela diferenciação que prolifera. Dentro das comunidades das sociedades urbanas, constituem-se um novo processo de “minorização”, segundo Hall (2003), cuja homogeneidade cultural tem sido presumida. Mas essas “minorias” não são efetivamente “restritas aos guetos”; elas não permanecem por muito tempo fechadas. Elas engajam na cultura dominante, num movimento transnacional com conexões múltiplas e laterais. Assim, “marcam o fim da “modernidade” definida exclusivamente nos termos ocidentais” (HALL, 2003, p. 44).

#### 1.4 GLOBALIZAÇÕES ALTERNATIVAS

Quando falamos de modernidade, e, por conseguinte de globalização, nos referimos invariavelmente às transformações institucionais que têm suas origens no Ocidente. Giddens (1991, pp. 173-174) afirma que a globalização – que é um processo de desenvolvimento desigual que tanto fragmenta quanto coordena – introduz novas formas de interdependência mundial, nas quais, mais uma vez, não há “outros”. Mas, acredita-se que a globalização é mais

do que uma difusão das instituições, bens e idéias ocidentais através do mundo, onde outras culturas são esmagadas.

O “outro” economicamente e politicamente mais forte pode responder e contestar as pretensões do que anteriormente eram os supostos centros da cultura universal do mundo, agora cada vez mais vistos simplesmente como centros do limitado projeto ocidental (FEATHERSTONE, 1995, p. 203). Países fora do Ocidente suficientemente fortes economicamente e/ou culturalmente são capazes de influenciar a cultura global; isso acontece mais à medida que a tecnologia evolui e o ritmo da globalização aumenta. O ressurgimento da Rússia, do Leste Europeu e da China entre outros lugares, tem rompido virtualmente com a cisão convencional sobre ordem mundial, e contribuído para o hibridismo e a transculturação numa escala mundial (ROBERTSON, 1992, p. 50). Assim, quando levamos em conta o relacionamento entre o sistema e a cultura, uma mudança no poderoso controle hegemônico sobre o sistema pode ser acompanhada por uma mudança concomitantemente em relação às categorias culturais<sup>5</sup> (FEATHERSTONE, 1995, p. 170).

Pode-se perceber que está havendo uma modificação no equilíbrio global do poder, que se afastou do Ocidente, a ponto de, agora, “não poder deixar de ouvir o “outro” ou presumir que este último se encontre em um estágio anterior de desenvolvimento” (FEATHERSTONE, 1995, p. 29). O sucesso do Leste Asiático, sobretudo dos tigres asiáticos e China, em tornar-se plenamente modernizado sem ser de todo ocidentalizado mostra com clareza que a modernização pode assumir diferentes formas culturais de alcance mundial.

O processo de globalização pode ser entendido como algo que aponta para a fragmentação cultural e para o colapso das hierarquias simbólicas, que ganha muito de seu ímpeto a partir da percepção de

---

<sup>5</sup> Nesse sentido, uma das hipóteses da pesquisa é que a expansão político-econômica da China possa representar uma mudança na ordem cultural mundial.

uma modificação do valor simbólico e do capital cultural do Ocidente, como afirma Featherstone (1995), com florescimento e forte influência de formas de vida e cultura não-ocidentais nas sociedades matrizes da ocidentalidade. Pesquisando a realidade indiana, Srinivas (2004), reconhece esses movimentos de mão dupla:

Ao mesmo tempo em que as forças de globalização cultural penetram *na Índia*, modelos culturais também são crescentemente transmitidos *pela Índia*. As chamadas práticas da Nova Era, entre elas meditação, ioga, cura espiritual, massagem e tantrismo, são hoje populares no Ocidente. Gurus como Deepak Chopra e Shri Sathya Sai Baba têm muitos seguidores em Nova York, Santiago e Munique. Em Kassel, na Alemanha, é possível fazer um retiro ayurvédico de oito dias, incluindo culinária ayurvédica, chás de ervas, massagem, tratamentos individuais com freqüentes banhos nas fontes termais de Kurhesen. Em Birmingham, Inglaterra, é possível comer autênticos *masala dosa* e curry de frango (SRINIVAS, 2004, p. 110).

O estudo do pesquisador indiano sugere que países como a Índia, com civilizações ricas e profundas, têm emissões culturais potenciais, bem como potenciais estruturas alternativas de modernidade. Mas para que uma nação ou civilização se transforme em *emissor cultural*, parece ser necessário o desenvolvimento de uma consciência cultural, como afirma Srinivas (2004). A civilização precisa estar consciente de seu potencial como país emissor e também precisa ver a si mesma em relação com outras civilizações. Por outro lado, o movimento em direção a certas emissões culturais, ou a certos países emissores, parece ser ditado por um complexo sistema de fatores: o poder político do país emissor na balança de poder global, o poder econômico do país emissor, a disponibilidade de mão-de-obra humana e tecnologia, a estética popular naquele momento e os recursos culturais do país emissor. Nesse sentido, "deve surgir uma hierarquia de emissores, com "emissores primários" como os Estados Unidos operando em um nível global e "emissores secundários" operando nas regiões do mundo que eles dominam culturalmente" (SRINIVAS, 2004, pp. 134-135).

Esse conceito de emissor cultural, a série de hibridismos e as reações à cultura global homogeneizante revelam o fenômeno cada vez mais importante das *globalizações alternativas*, ou seja, movimentos culturais com alcance global e origem fora do mundo ocidental, e ainda assim produzindo grande impacto neste. Isso é importante, não apenas porque corrige a idéia de que culturas não-ocidentais e não-americanas estão simplesmente reagindo às forças da globalização cultural, mas porque significa que há mais de um caminho para a modernidade (BERGER, 2004, p. 22). As idéias de múltiplas modernidades baseiam-se em três suposições inter-relacionadas: a presença contínua de tradições como agente ativo na definição do processo de modernização, a relevância das civilizações não-ocidentais para a auto-compreensão do Ocidente moderno e o significado global do conhecimento local (MING, 2002, p. 13).

Na contramão, os discursos políticos e ideológicos provenientes da hegemonia norte-americana no mundo, repetem formulações como as seguintes: a nova ordem econômica mundial, o mundo sem fronteiras, a era do neoliberalismo, o fim das ideologias, o fim da geografia, o fim da história, são as mais recentes manifestações de *ocidentalismo* (IANNI, 2000b). Tanto europeus como norte-americanos sentem-se desafiados pelo desenvolvimento das múltiplas formas globalização pelo mundo, em seus nexos sociais, econômicos, políticos e culturais. E ainda assustam-se com as manifestações práticas e ideologias dos outros povos, culturas e civilizações. Simultaneamente, os Estados Unidos empenham-se em apresentar-se como “guardiões e arautos da ocidentalidade”, compelidos em demarcar a estranheza ou o exotismo de outros povos, e em se afirmar como exemplos, modelos ou parâmetros nos quais os outros deveriam espelhar-se<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> A recente crise econômica tem abalado os mercados, bolsas de valores, mas principalmente a moral dos norte-americanos. O discurso do atual presidente norte-americano, Barack Obama, tem buscado uma nova posição política internacional com a preservação do poder e

Nesse capítulo percorremos as principais vertentes contemporâneas da globalização e do multiculturalismo ligadas aos estudos culturais, buscando entender as mudanças estruturais que estão ocorrendo no globo. Seguindo essa proposta, preferimos adotar autores orientais, africanos, latino-americanos e do leste europeu ao lado de ingleses e norte-americanos, para conseguir um contraponto à visão hegemônica ocidental sobre esse fenômeno mundial.

Veremos, que da mesma forma que no sistema sócio-cultural, não há homogeneidade na produção de sentido pela linguagem. A translingüística, presente na língua e nos discursos, coexiste com a transculturação social. Assim, começaremos a construir o arsenal metodológico, que irá nortear a nossa análise.

## PARTE II: LINGUAGEM E SENTIDO

### 1 SINCRONISMO E DIACRONISMO

Todo o pensamento sobre a linguagem se refere de uma forma ou de outra à obra fundadora de Ferdinand Saussure. No seu *Curso de Lingüística Geral*, o pensador sistematizou as bases científicas da lingüística moderna, definindo-lhe um objeto e um método de análise. Para Saussure, a língua (*la langue*) e a fala (*la parole*) são os elementos constitutivos da linguagem compreendida como a totalidade de todas as variáveis físicas, fisiológicas e psíquicas da comunicação lingüística. A linguagem não pode ser, segundo Saussure (1987), o objeto da lingüística, pois falta-lhe unidade interna e leis independentes, autônomas. Ela é “multiforme e heteróclita”. Assim, propôs que se adotasse a *língua* numa análise lingüística e a tornasse norma de todas as demais manifestações da linguagem, por ser uma parte social compartilhada. A *fala*, ao contrário, não está acessível ao estudo sistemático, por ser essencialmente uma atividade individual: os indivíduos usam uma língua de formas imprevisíveis, de acordo com seus desejos e suas intenções. Assim, na tradição saussurreana, qualquer estudo sistemático da língua deve ser um estudo do próprio sistema, da língua, e não de seu “uso”.

Para Saussure (1987), a linguagem também pode ser pensada de uma dimensão sincrônica (estática) e diacrônica (dinâmica). A lingüística sincrônica irá se ocupar das relações que unem termos preexistentes e formadores de um sistema específico de articulação da língua. Desse modo, produz um controle das variáveis exteriores, que interferem na linguagem. A diacrônica diz respeito aos elementos externos, do contexto histórico, que não constituem um sistema em



si. A proposta do lingüista francês privilegia a perspectiva sincrônica<sup>7</sup>, pois acredita que devem ser enfatizados os aspectos estáveis e não os instáveis na análise lingüística.

Em seus primórdios, a Semiologia seguia esse princípio. O pesquisador deveria descrever os fatos reunidos a partir de *um só ponto de vista* e, por conseguinte, a reter, na massa heterogênea desses fatos, só os traços que interessam a esse ponto de vista, com a exclusão de todos os outros. Assim, naquela perspectiva:

O *corpus* deve ser o mais homogêneo possível; homogeneidade de substância, em primeiro lugar; é claro que se tem interesse em trabalhar com materiais constituídos por uma única e mesma substância; a realidade, entretanto, apresenta mais comumente substâncias misturadas; por exemplo, vestuário e linguagem escrita na moda; imagem, música e fala no cinema, etc; aceitaremos, portanto, *corpus* heterogêneos, mas tendo o cuidado, então, de estudar meticulosamente a articulação sistemática das substâncias envolvidas, isto é, dar à sua própria heterogeneidade uma interpretação estrutural; em seguida, homogeneidade da temporalidade (...).O *corpus* deve abranger tão estritamente quanto possível os conjuntos sincrônicos; preferir-se-á, pois, um corpus variado, mas cingido no tempo, a um corpus estreito, mas de longa duração (BARTHES, 1999, pp. 104-106).

Em princípio, o *corpus* deveria eliminar ao máximo os elementos diacrônicos; deveria coincidir com um estado de sistema, um “corte” da história. Assim, ao isolar o sistema da língua, isto é, os mecanismos cuja produção e transformações estão submetidos a um tempo histórico, a lingüística mostrou muitas vezes que era realmente possível dizer muitas coisas sobre atividade de linguagem sem levar em conta as determinações sociais (VÉRON, 1980). “Essa forma de análise acarreta evidentemente para o analista uma situação de *imanência*, pois observa um dado sistema do interior” (BARTHES, 1999, p. 104).

Nessa pesquisa, prefere-se ultrapassar essa visão sincrônica, própria do estruturalismo, para avançar rumo a uma análise

---

<sup>7</sup> O limite da teoria Sausurreana é o sincronismo, porém essa língua imutável, permanente e pura tão defendida em seu método de análise é uma abstração total. A língua efetivamente só existe enquanto significado, em seu uso vivo pelos indivíduos, como aponta Bakhtin, e não presa ao significante.

diacrônica do discurso, como fez Betânia Mariani (1998) em seu estudo sobre o PCB e a imprensa. Prender-se-à à heterogeneidade discursiva, característica intrínseca da linguagem e do discurso, que insere “o texto na história e história no texto”, como diz Kristeva (1974). Procurar-se-á romper a superfície da língua e quebrar a mecânica conceitual que pôs em foco uma linearidade histórica, e ler uma “*história estratificada*: de temporalidade cortada, recursiva, dialética, irreduzível a um único sentido, mas feita de tipos de *práticas significantes* nas quais a série plural resta sem origem nem fim” (KRISTEVA, 1974, p. 15).

A pesquisa também seguirá uma descrição arqueológica dos discursos que se desenrola na dimensão de uma história geral. Tenderá buscar o domínio das instituições, dos processos econômicos, das relações sociais com as quais pode-se articular uma formação discursiva. A arqueologia concebida por Foucault (1987, p. 202) tenta mostrar como a autonomia do discurso e sua especificidade não lhe dão, entretanto, um estatuto de pura idealidade e de total independência histórica; ela quer revelar o nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discurso, que têm seus tipos próprios de historicidade, e que estão relacionados com todo um conjunto de historicidades diversas.

Como em Bakhtin (1995), fugir-se-á da concepção estruturalista para o qual o discurso não é um *ponto* (um sentido fixo), uma história linear, mas um *cruzamento de superfícies* textuais, um diálogo de diversas escrituras: do escrito, do destinatário, do contexto cultural atual ou anterior. Bakhtin situa o texto na história e na sociedade, encaradas por sua vez como textos que o escritor lê e nas quais ele se insere ao reescrevê-las. Como explica Kristeva (1974, p. 62):

A diacronia se transforma em sincronia e à luz dessa transformação, a história *linear* surge como uma *abstração*; a única maneira que tem o escritor de participar da história vem a ser, então, a transgressão dessa

abstração através de uma escritura-leitura, isto é, através de uma prática de uma estrutura significante em função de, ou em oposição a, uma outra estrutura. (...) que ultrapassa a lógica do discurso codificado, só realizável plenamente à margem da cultura oficial.

Assim, para estar atento ao plural de um texto, deve-se renunciar a estruturar esse texto em grandes blocos, como faziam a retórica clássica e a explicação escolar, não há *construção* do texto: “tudo significa sem cessar e várias vezes, mas, sem delegação a um grade conjunto final, a uma estrutura derradeira. Daí a idéia, e, por assim dizer, a necessidade, de uma análise progressiva incidindo sobre um texto único” ( BARTHES, 1992, p. 44).

(...) o texto único não é acesso (indutivo) a um Modelo, mas entrada de uma rede de mil entradas; penetrar por esta entrada é visar, ao longe, não uma estrutura legal de normas e desvios, uma Lei narrativa ou poética, mas uma perspectiva (de fragmentos, de vozes vindas de outros textos, de outros códigos), cujo ponto de fuga é sempre trasladado, misteriosamente aberto: cada texto (único) é a própria teoria (e não o simples exemplo) dessa fuga, dessa diferença que, sem se conformar, volta indefinidamente (BARTHES, 1992, p. 45).

## 2 SEMIOLOGIA

Ainda se deve muito às contribuições teóricas de Ferdinand Sausurre (1987) para o estudo da produção de sentido. A semiologia francesa nasceu quando se retomou a postulação feita por Sausurre no seu *Curso de Lingüística Geral*, de que existirá uma ciência dos signos, que tomaria emprestado da Lingüística seus conceitos principais, mas da qual a própria Lingüística não passaria de um departamento. Ensina Barthes (1999), que em seus primórdios franceses na década de 1950, a tarefa da Semiologia era dupla: de um lado, esboçar uma teoria geral da pesquisa semiológica e de outro elaborar semióticas particulares, aplicadas a objetos e a outros domínios (o vestuário, a alimentação, a cidade, a narrativa, etc). Nesse período a Semiologia francesa manteve um diálogo constante e transformador com o estruturalismo etnológico (Lévi-Strauss), a

análise das formas literárias (os formalistas, russos, Propp), a Psicanálise (Lacan), a Filosofia (Derrida), o marxismo (Althusser), a teoria do Texto (Sollers, Julia Kristeva), como aponta Barthes (1999, p. 8).

A Semiologia teria por objeto, então, qualquer sistema de signos, seja qual for sua substância, sejam quais forem seus limites: imagens, os gestos, os sons melódicos, os objetos e os complexos dessas substâncias que se encontram nos ritos, protocolos ou espetáculos, e que se não constituem “linguagens”, são, pelo menos, sistemas de significação mitificados, como analisado em Mitologias de Barthes (1980). Naquele momento, o surgimento e desenvolvimento das comunicações de massa forneciam um campo imenso da significação. Nesse sentido, diz Barthes (1999, p. 9): “a Semiologia é talvez, então, chamada a absorver-se numa *translingüística*, cuja matéria será ora o mito, a narrativa, o artigo de imprensa, ora os objetos de nossa civilização”.

Assim, a Lingüística não seria uma parte, mesmo privilegiada, da ciência geral dos signos: a Semiologia é que é uma parte da Lingüística; mais precisamente, a parte que se encarregaria das *grandes unidades significantes* do discurso (VÉRON, 1980, p. 13).

Por seus conceitos operatórios, a semiologia, que se pode definir canonicamente com a ciência dos signos, saiu da lingüística. (...) hoje em toda parte, no político, no social, no cultural, do mesmo modo o objeto da lingüística é sem limites: a língua, segundo uma intuição de Benveniste, é o próprio social. (...) a lingüística se descontrói. É essa desconstrução da lingüística que chamo, quanto a mim, de *semiologia* (VÉRON, 1980, p. 30).

Desse modo, não se pode mais separar língua e discurso, como fazia Sausurre (1987), pois eles deslizam segundo o mesmo eixo de poder. “A língua afluí no discurso, o discurso refluí na língua, eles persistem um sob o outro, como na brincadeira de mão. A distinção entre a língua e o discurso não aparece mais senão como uma operação transitória – algo, em suma, a abjurar” (BARTHES, 1992, p. 31-32).

A Semiologia seria, desde então, aquele trabalho que recolhe o impuro da língua, o refugio da lingüística, a corrupção imediata da mensagem: nada menos do que os desejos, os temores, as caras, as intimidações, as aproximações, as ternuras, os protestos, as desculpas, as agressões, as músicas de que é feita a língua ativa (BARTHES, 1992, p. 32).

O trabalho do semiólogo francês Roland Barthes se efetua na linguagem e, para ele, transformar o mundo é transformar a linguagem, combater o senso-comum e resistir a seus acomodamentos (BARTHES, 1992). Assim, combater os estereótipos é, pois, uma tarefa essencial, porque neles, sob o manto da naturalidade, a ideologia é veiculada, a inconsciência dos seres falantes com relação a suas verdadeiras condições de fala é perpetuada. Por isso, a língua é uma mina de riquezas ou um repertório de possibilidades; “a língua é insuficiência e resistência” (BARTHES, 1980b, p. 65), lugar da mudança social, como concorda Fairclough<sup>8</sup> (2001).

O semiólogo francês também afirma que a semiologia tem uma relação com a ciência, mas não é uma disciplina. Ela pode ajudar certas ciências, “ser, por algum tempo, sua companheira de viagem, propor-lhes um protocolo operatório a partir do qual cada ciência deve especificar a diferença de seu *corpus*” (BARTHES, 1980b, p. 38). Porém, não deve ser entendida como um método que visaria a produzir deciframentos e apresentar resultados. O objeto é a linguagem e todos os sentidos daí provenientes.

Quero assim dizer que ela não repousa numa “*semiófisis*”, uma naturalidade inerte do signo, e que também não é uma “*semioclastia*”, uma destruição do signo. Ela seria antes, para continuar o paradigma grego: uma *semiotropia*: voltada para o signo, este a cativa e ela o recebe, o trata e, se preciso for, o imita, como um espetáculo imaginário. (...) (BARTHES, 1980b, pp. 40-41).

---

<sup>8</sup> Norman Fairclough (2001) concebeu a Teoria Social do Discurso como uma análise lingüística para estudar a mudança social através de uma concepção tridimensional do discurso que integra a análise textual e lingüística, a microsociologia com a análise da prática discursiva e a macrosociologia interpretativa com a análise da prática social.

Por isso, a semiologia prefere e segue os textos do Imaginário, tais como aqueles provenientes das mensagens midiáticas: “as narrativas, as imagens, os retratos, as expressões, as paixões, as estruturas que jogam ao mesmo tempo com uma aparência de verossimilhança e com uma incerteza de verdade” (BARTHES, 1980b, pp. 40-41).

## 2.1 PRODUÇÃO DE SENTIDO: A SEMIOSE SOCIAL

É importante considerar que toda produção de sentido depende do social, pois “é impossível conceber qualquer fenômeno de sentido à margem do trabalho significante de uma cultura” (VÉRON, 1980, p. 173). Quando assim se considera a rede semiótica, o sentido aparece inevitavelmente como resultado, como produto de um *trabalho social* (VÉRON, 1980) ou de uma *prática social* (FAIRCLOUGH, 2003).

No funcionamento de uma sociedade, nada é estranho ao sentido: o sentido está, portanto, *em toda parte*. O ideológico e o poder também estão por toda parte. Dito de outro modo: todo fenômeno social é suscetível de ser “lido” em relação ao ideológico e em relação ao poder. Portanto, “o ideológico e o poder estão por toda parte, enquanto “chaves da inteligibilidade do campo social”, para retomar a expressão de Foucault” (BENVENISTE, 1991). “E o que inscreve o poder é: a linguagem, mais precisamente, sua expressão obrigatória: a língua” (VÉRON, 1980). E, nenhuma linguagem, é claro, está isenta de ideologia.

A produção do sentido, escreve Verón (1980), é inteiramente discursiva, portanto a investigação deve ocorrer nos domínios fronteiriços da lingüística, da semiologia e da teoria marxista da ideologia, investigadas, sempre na perspectiva convergente de uma matéria significante, o discurso, e de um problema central, o da pesquisa em torno dos efeitos de sentido acarretados pela presença

do ideológico nos discursos sociais. Portanto, não se fala mais de “signos” ou de “expressões”, mas de *discursos*.

Assim busca-se uma semiologia, que ultrapassa a pretensa separação entre a sintaxe e a semântica, para ver na significação de um lado, um fenômeno da ordem do *discurso*, do todo constituído por uma matéria significante, não de seus constituintes, quaisquer que possam ser as dimensões, e, de outro lado, o *produto de uma prática significante* que não se deixa reduzir, de modo algum, às simplificações ingênuas e/ou abusivas da dicotomia denotação/conotação.

A questão não é o de investigar o conteúdo de uma mensagem, mas, sim, as regras produtoras do sentido de um sistema ideológico, capaz de investigar qualquer conteúdo de uma mensagem, coisa que nos situa no domínio da intertextualidade, pois “não se analisa jamais um texto: analisa-se pelo menos dois, quer se trate de um texto implícito, virtual, introduzido pelo analista, muitas vezes sem que ele o saiba” (VÉRON, 1980, p. 14). Já se vê que a ideologia aparecerá, assim, como “um sistema de relações entre o textual e o extratextual” (VÉRON, 1980, p. 15)

Um dos trabalhos da ideologia é o de produzir práticas sociais a partir do comportamento dos indivíduos na sociedade, tomados estes como matéria significante a ser investida pelos sistemas ideológicos; como cada comportamento entra em interação com uma pluralidade de práticas, cada um deles é objeto de múltiplos investimentos, econômico, político, sexual, etc., o que faz de cada prática um discurso cujo sentido, longe de ser imanente, é uma variável dependente de diferentes articulações do produto (o textual) com suas condições de produção (o extratextual) (VÉRON, 1980, p. 3).

Para ele, tanto o ideológico quanto o discursivo constituem “vestígios” ou “traços” do social, situando-se aquele no pólo da produção e este no pólo do consumo dos textos nunca homogêneo, mas como um “feixe” de significantes material e substancialmente heterogêneos, escrita-imagem, escrita-imagem-som, e assim por diante, que estabelecem operações de investimento de sentido.

Para Véron (1980), a leitura heterogênea depende dos *fatores extratextuais que deixaram vestígios no próprio discurso*: da infinidade de elementos que poderiam compor o universo extratextual de qualquer discurso só contam, portanto, como elementos extratextuais pertinentes para a análise, os elementos que, por terem participado, efetivamente, da sua produção, deixaram seus traços no discurso; na medida em que: 1) se transformam, assim de “condições de produção” em “traço discursivo”; 2) passando, em consequência, da condição extra-semiótica à condição semiótica, tais fatores se revestem de suma importância para a análise semiológica.

Os discursos sociais são objetos semioticamente heterogêneos ou “mistos”, nos quais intervêm, ao mesmo tempo, várias matérias significantes e vários códigos. O próprio discurso lingüístico não é nunca monocódigo: quer se trate da escrita ou do discurso falado, há sempre regras paralingüísticas que não podem ser reduzidas apenas ao código da “língua”. Isto se aplica aos discursos que circulam no nível das “comunicações de massa”, mas também à comunicação interpessoal sempre constituída por “pacotes” de comportamento-e-fala. De qualquer forma, não se deve perder de vista esta “impureza” significativa e códiga, tendo em vista ser ela a produtora do efeito de sentido global de tais discursos, o que equivale a dizer que, no interior destes “pacotes”, as operações de investimento do sentido nas diferentes matérias significantes se *co-determinam*” (VÉRON, 1980, p. 79).

Assim, qualquer que seja o nível de produção de sentido em que nos coloquemos, qualquer que seja o lapso de tempo histórico que recortemos, não coincidem jamais exatamente. O ideológico e o poder são essas redes de produção social de sentido perpetuamente reajustadas pelos mecanismos dinâmicos da sociedade e sempre mais ou menos desajustadas uma em relação à outra. “Na medida em que o tecido da semiose social não é senão a dimensão significativa da organização social, ela é incessantemente dinamizada pelos conflitos sociais” (VÉRON, 1980, p. 201).

O sentido só existe se incorporado a agenciamentos complexos de matérias sensíveis nas lutas sociais, resultando no que Véron chama de “investimentos”. Mesmo quando se fala de “representações” ou de “sistemas de representações”, estes, para a



análise da produção do sentido, não podem ter outra forma de existência que não seja a de investimentos significantes em matérias. O ponto de referência obrigatório de qualquer diligência nesse domínio são, então, fenômenos de sentido atestados, agenciamentos de matérias significantes portadoras de sentido, conjuntos significantes que foram extraídos, por necessidades de análise, da rede infinita da semiose, como em Peirce, num contexto social dado. “O que aqui chamo de ‘investimentos’ outra coisa não é senão a *colocação do sentido no espaço-tempo*, sob a forma de processos discursivos” (VÉRON, 1980, p. 191)

A semiose social, sendo prática, *não é um sistema fechado*; está, conseqüentemente, aberta a todas as *práticas* de sentido. Se ela é ideológica como toda atividade significativa, a ideologia que a impregna é a única à qual não escapará, pois esta ideologia *constitui* toda sociedade. Trata-se da ideologia do *conhecimento*, de uma diferença que tende a se aproximar daquilo de que, originariamente, foi diferenciada. Ela é ideológica, ainda, na medida em que deixa ao semioticista “a liberdade” de escolher seu objeto e de orientar sua partilha, de acordo com sua posição na história (KRISTEVA, 1974, p. 122).

Véron (1980) funda uma compreensão de que o aparecimento de uma prática de produção de conhecimentos relativos num determinado campo do real, enquanto fenômeno histórico, (1) *não tem a unidade de um acontecimento* -, é um processo e não um acontecimento singular; (2) *não tem a unidade de um ato*, cuja fonte seria um agente humano singularizado -, portanto não tem um sujeito; (3) *não tem a unidade de um lugar* ou de um espaço (mesmo textual) -, portanto é inútil buscá-lo “em alguma parte”.

Se todo fenômeno de sentido remete ao extratextual, então um discurso, as matérias significantes não são jamais um *lugar* de sentido. O texto como lugar autônomo de sentido, cuja análise imanente nos permitiria o acesso a não sei quais “estruturas”

universais era uma ilusão nutrida pela primeira semiologia, herdeira de uma lingüística cujo projeto era precisamente o estudo da língua em si, como na obra fundadora de Saussure. Portanto, o estudo semiológico, por conseguinte, não pode ter outra forma que não seja a de uma rede de relações entre o produto e sua produção; só pode ser demarcada como um sistema puramente relaciona entre o textual e o extratextual. “Não há, por conseguinte, nem pode haver, análise de um texto em si mesmo” (VÉRON, 1980, p. 205).

Desse modo, analisar um texto é sempre analisar pelo menos *dois* textos. Do ponto de vista do sentido discursivo, um texto não é senão aquilo que o diferencia de outro texto. Não é senão uma *posição* na rede da semiose, e, como toda posição, só pode ser determinada relativamente a outras posições.

(...) a análise semiológica só pode avançar por diferença, isto é, por comparação entre objetos textuais. Um texto não tem propriedades “em si”: caracteriza-se só por aquilo que o diferencia de outro texto. É justamente a diferença que pede uma explicação, possível de ser encontrada somente ao nível da posição social dos produtores. (...) Não se pode nunca fazer a análise de um texto (outra ilusão oriunda do formalismo); trabalha-se sempre sobre vários textos, quer se saiba ou não, já que as operações em ação na matéria significante são, por definição, intertextuais. Mas, não havendo *uma* leitura exaustiva ou “absoluta” de um texto, todo texto admitindo várias leituras, não há tampouco diferenças absolutas: cumpre determinar sempre um ponto de vista sobre o texto (VÉRON, 1980, p. 82-83).

Afirmar que um texto comporta uma multiplicidade de leituras equivale a afirmar que, no interior da semiose social, um texto é o elo de diversas cadeias; quer dizer, o sentido semiótico é multidimensional. Portanto, o estudo dos discursos sociais só se pode situar nos *desvios* definidos por esta rede de distâncias em que se constitui o processo da semiose social (VÉRON, 1980, p. 206).

Assim, os objetos tornam-se matéria significante na medida em que formam uma “espécie de “tecido” de remissões tanto em relação aos sistemas de ação que podem rodeá-los quanto uns em relação a

outros. Tais sistemas de remissão obedecem à regra simbólica da contigüidade” (VÉRON, 1980, p. 67).

## 2.2 SEMIOLOGIA DOS DISCURSOS SOCIAIS

A Semiologia dos Discursos Sociais, desenvolvida por Milton Pinto, propõe uma sistematização de análise crítica do uso da linguagem com base na tradição francesa de Análise de Discurso ao lado das contribuições de Michel Foucault e da Pragmática anglo-americana. Busca interpretar o discurso abarcando também as questões de polifonia/dialogismo e de gêneros de discurso presentes nas obras de Mikhail Bakhtin, sem deixar de lado a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo (PINTO, 2002, p.26). Assim, caracteriza-se por focar os processos de comunicação como decorrentes do contexto e da prática social. Explica os modos de dizer exibidos pelos textos, que para a prática analítica seja explicitada em modos de mostrar, de interagir e de seduzir (PINTO, 2002, P. 26).

Essa Semiologia possui três postulados como princípios teóricos-epistemológicos básicos (PINTO, 1994).

O primeiro é o postulado da Semiose Infinita, proveniente dos estudos de Peirce. Assim, não existe objeto sem significação em uma cultura. Todo e qualquer objeto é sempre produtor de significados, dotado de sentidos e funcionando como um ponto de interseção entre as diversas cadeias de interpretações. Essas, por sua vez, são constituídas por uma série de objetos significantes relacionados culturalmente remetidos uns aos outros infinitamente. A essência deste postulado é a idéia de intertextualidade enquanto um jogo de relações entre textos, capacidade deles se relacionarem uns

com os outros. O texto não tem uma unidade estável, ele é algo que recorta e é recortado em várias direções, é um objeto heterogêneo, podendo ser abordado de infinitas maneiras.

O segundo postulado é o da economia política do significante. Só é possível chegar à condição de significante dentro de um processo de comunicação. É dentro de um contexto histórico que todo objeto significante é produzido e circula no meio social, sendo consumido direta ou indiretamente. O sentido de um objeto significante depende do contexto e é diferencial. Diferencial porque qualquer diferença entre as condições de produção de dois discursos resulta em diferenças de sentido. É o princípio da diferença que vai justificar a metodologia comparativa da semiologia dos discursos sociais, pois qualquer diferença de sentido entre dois discursos é resultado das diferenças nas condições de produção.

O terceiro, e último postulado, é o da heterogeneidade enunciativa. Na heterogeneidade, o emissor do enunciado põe em cena um ou mais enunciadores que são vozes a quem se creditam as representações co-presentes no enunciado, sem poder fazer atribuições de palavras precisas. A heterogeneidade enunciativa manifesta-se num texto em dois planos distintos: como heterogeneidade mostrada (Authier-Revuz) ou polifonia (Bakthin, Ducrot) e como heterogeneidade constitutiva (Authier-Revuz) ou plural de vozes (Barthes). O que importa neste terceiro momento da Semiologia é o processo e não a estrutura. Não se pode dizer, na Semiologia Social dos Discursos, que o sentido já está fechado no objeto, pelo contrário, ele está sempre em processo de construção, produzido pelos atos de fala, pelo discurso e na relação do indivíduo com o outrem.

A Semiologia dos Discursos Sociais nos fornece ainda a base teórica para análise das imagens junto aos textos (PINTO, 1995), pois qualquer imagem, mesmo isolada de qualquer outro sistema

semiótico, deve sempre ser considerada como um discurso, recusando a categoria de “signos icônicos” ou “ícones” em que são em geral classificadas pelo semiólogos (PINTO, 2002, p. 36). Nas fotografias e nas ilustrações da cultura midiática contemporânea também se encontram marcas textuais, como nos textos verbais. “A imagem transforma-se na escrita, a partir do momento em que é significativa. Como a escrita, ela exige uma *léxis*” (BARTHES, 1980, P. 132), que deve ser aliada ao texto para uma leitura crítica, nos moldes dessa semiologia.

Na análise discursiva de produtos jornalísticos impressos, como jornais e revistas, na maioria das vezes depara-se com textos mistos, que reúnem texto verbal e imagens. Há poucos casos em que o imagético se projeta como texto único. Entretanto, nas capas de publicações periódicas como as revistas, a imagem é certamente mais imperativa do que a escrita, pois impõem a significação de uma só vez, sem analisá-la, sem dispersá-la (BARTHES, 1980). “A mídia impressa, em especial nas capas de revistas e jornais em todo o mundo, utiliza diversas técnicas de tratamento de imagens e diagramação para definirem posições enunciativas” (PINTO, 2002, P. 37-38).

Assim, as posições discursivas dos meios de comunicação impressos são primordialmente demarcadas na capa. A análise proposta pelo instrumental teórico da Semiologia dos Discursos Sociais deve apontar algumas posições enunciativas e códigos ideológicos da publicação. O ato de falar deve ser visto sempre como intencional, da forma que sustenta Foucault (1987), pois o discurso responde a certas necessidades e visa a certas finalidades sociais. A escolha por uma determinada posição discursiva atende a visões de mundo bem específicas, pois “há sempre formas alternativas de significar – de atribuir sentido a – domínios particulares de experiência, o que implica “interpretar” de uma perspectiva teórica,

cultural ou ideológica particular” (KRISTEVA apud FAIRCLOUGH, 2001, p. 121).

### **3 BAKHTIN: DIALOGISMO E POLIFONIA**

O método de análise estruturalista fundado por Sausurre deixou efetivamente de fora a subjetividade, a ideologia e a história do estudo da linguagem, que as manifestações pós-estruturalistas, muitas delas inspiradas nos estudos bakhtinianos, trouxeram de volta nos dias atuais<sup>9</sup>.

Bakhtin sempre criticou o método saussurreano, e desenvolveu sua análise em contraposição a essa forte corrente da época. Para ele, o significado lingüístico é sempre contextual, deve privilegiar a fala com toda a heterogeneidade própria das práticas sociais, e não apenas a língua monológica. A própria língua tem a sua importância no uso prático; é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida. O sistema lingüístico (a língua) está sempre inserido na prática viva de comunicação social. “As pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavras (numa concepção rigorosamente lingüística), ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua” (BAKHTIN, 1990 [1978], p. 297).

Para Bakhtin, a forma lingüística não é concebida apenas como um sinal, mas valiosamente agregada à fala na constituição de um valor lingüístico. Assim, os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal, atribuindo significação própria na interação social, no diálogo com o outro. “O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão,

---

<sup>9</sup> Numa perspectiva semiológica, contextual-exterior e não acabada da língua, Bakhtin irá desenvolver todo o seu pensamento e toda a sua filosofia da linguagem, que ainda reverbera nos paradigmas comunicacionais e sociais da contemporaneidade.

não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo”, diz Bakhtin (2006 [1977], p. 125).

Os enunciados são elos de uma cadeia da comunicação verbal, que dialogam uns com outros, constituindo o que o pensador russo denomina *dialogismo*. A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se, para ele, da orientação natural de qualquer discurso vivo. O enunciado existente, surgido de maneira significativa num determinado momento social e histórico, não pode deixar de tocar os milhares de “fios dialógicos” existentes, tecidos pela consciência ideológica da enunciação. Desse modo, não pode deixar de ser participante ativo do diálogo social:

Os enunciados não são indiferentes uns aos outros nem são auto-suficientes, conhecem-se uns aos outros, refletem-se mutuamente. (...) O enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal. O enunciado deve ser considerado acima de tudo com uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera: refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles (BAKHTIN, 1990 [1978], p. 316).

O enunciado está ligado não só aos elos que o procedem, mas também aos que lhe sucedem na cadeia da comunicação verbal. A linguagem é grandemente pluridiscursiva, pois coexistem contradições sócio-ideológicas entre presente e passado, entre diferentes épocas do passado, entre diversos grupos sócio-ideológicos, entre correntes, escolas, círculos. “Estes ‘falares’ do *plurilingüismo* entrecruzam-se de maneira multiforme, formando novos ‘falares’ socialmente típicos” (BAKHTIN, 1990 [1972], p. 98). Desse modo, a linguagem constitui e organiza o mundo em sua multiplicidade.

A variedade de vozes presentes nos enunciados constitui uma característica peculiar da linguagem para Bakhtin, a *polifonia*. O discurso sobre determinado objeto não o é pela primeira vez, este locutor não é o primeiro a falar dele. “Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o

primeiro a nomear” (BAKHTIN, 1990 [1978], p. 319). Assim, a polifonia constitui todo e qualquer discurso. Os objetos discursivos contêm uma multiplicidade de vozes sociais que se relacionam entre si, harmonicamente orquestradas num enunciado particular. “Em todos os domínios da vida e da criação ideológica, nossa fala contém em abundância palavras de outrem” (BAKHTIN, 1990 [1975], p. 139).

A inovação e a criatividade do ato lingüístico vão existir em cada momento da existência histórica individual pela ação do indivíduo na sociedade, a partir de seu *cronotopo*. O tempo e o espaço constituintes do *cronotopo* definem a singularidade da ação do sujeito, que não é dado a priori como em Kant, mas construído na relação do sujeito com o mundo pela linguagem. A significação, portanto, não é prévia, mas viva e dinâmica, a partir dos diferentes lugares no tempo e espaço em que se ocupa no mundo. Contudo, a ampla gama de possibilidades variadas de expressão à individualidade está inserida invariavelmente nos *gêneros do discurso*, tipos relativamente estáveis de enunciados elaborados dentro de uma esfera de utilização da língua. “Os atos de fala se adequam aos pontos de vista específicos, às atitudes, às formas de pensamento, às nuances e às entonações desses gêneros” (BAKHTIN, 1990 [1978]).

Por ser característica intrínseca da língua, mesmo os gêneros do discurso com tendência a certa estabilidade possuem heterogeneidade. “A diversidade desses gêneros deve-se ao fato de eles variarem conforme as circunstâncias, a posição social e o relacionamento pessoal dos parceiros: há o estilo elevado, estritamente oficial, deferente, como há o estilo familiar que comporta vários graus de familiaridade e de intimidade” (Bakhtin, 1990 [1978], p. 302). Para ele, não há razão para minimizar a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso e a conseqüente dificuldade quando se trata de definir o caráter genérico do



enunciado. Importa levar em consideração a diferença essencial existente entre o gênero de discurso primário (simples) e o gênero de discurso secundário (complexo). Os gêneros secundários do discurso aparecem em circunstância de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita. Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples), que se constituíram em circunstâncias de uma comunicação verbal espontânea (BAKHTIN, 1990 [1978]). “A inter-relação entre os gêneros primários e secundários de um lado, o processo histórico de formação dos gêneros secundários do outro, eis o que esclarece a natureza do enunciado e, acima de tudo, o difícil problema da correlação entre língua, ideologias e visões do mundo”, diz Bakhtin (1990 [1978], p. 282).

Os enunciados e os gêneros do discurso são “as correias de transmissão que leva a história da sociedade à história da língua” (BAKHTIN, 1990 [1978], p. 285). Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade de discursos em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. Por essa característica intrínseca da linguagem em constituir gêneros de discurso, o enunciado não pode ser considerado como uma combinação absolutamente livre das formas da língua, do modo concebido por Sausurre, que opõe o enunciado, como um ato puramente individual, ao sistema da língua como fenômeno puramente social e coercitivo para o indivíduo. Ao definir o enunciado como “ato individual de vontade e de inteligência”, Sausurre ignora o fato de que, além das formas da língua, há também as formas de combinação dessas formas da língua, ou seja, ignora os gêneros do discurso (BAKHTIN, 1990 [1978]).

Os gêneros do discurso são, em comparação com os códigos da língua, muito mais fáceis de combinar, mais ágeis, porém, para o indivíduo falante, não deixam de ter um certo valor normativo: eles lhe são dados, não é ele que os cria (BAKHTIN, 1990 [1978], p. 304). O gênero discursivo sempre faz parte de uma visão de mundo específica, de uma *cosmovisão*, constituinte de uma ideologia. A *ideologia*, para Bakhtin, está sempre condicionada a um determinado olhar (individual) sobre a realidade proveniente da interação social, não ao “falseamento” e “alienação” da concepção marxista ortodoxa. “Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico socialmente constituído. (...) Tudo o que é ideológico remete a algo situado fora de si mesmo, acontece no processo de interação social” (BAKHTIN, 2006 [1977], p. 33-34). Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo, e sem signos não existe ideologia.

Um signo ideológico constitui uma arena de luta, instável, produto de tensões e negociações na construção de sentido. É dialético, porque sempre busca uma estabilidade ideológica e um dado de inovação. A ideologia presente em cada enunciação tenta monopolizar o significado, impor uma visão de mundo específica e conter a heterogeneidade e a polifonia.

Toda expressão semiótica exterior, por exemplo, a enunciação, pode assumir duas orientações: ou em direção ao sujeito, ou a partir dele, em direção à ideologia. No primeiro caso, a enunciação tem por objetivo traduzir em signos exteriores os signos interiores, e exigir do interlocutor que ele os relacione a um contexto interior, o que constitui um ato de compreensão puramente psicológico. No outro caso, o que se requer é uma compreensão ideológica, objetiva e concreta, da enunciação (BAKHTIN, 2006 [1977]). “O signo ideológico é o território comum, tanto do psiquismo quanto da ideologia; é um território concreto, sociológico e significativo” (BAKHTIN, 2006 [1977], p. 58).

Cada signo ideológico não é apenas um reflexo, uma sombra da realidade, como afirma os marxistas ortodoxos, mas também um fragmento material dessa realidade. “Não pode entrar no domínio da ideologia, tomar forma e aí deitar raízes, senão aquilo que adquiriu um valor social” (BAKHTIN, 2006 [1977], p.46). Mas, para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições socioeconômicas essenciais do referido grupo, que concerne alguma maneira às bases de sua existência material. “O signo e a situação social em que se insere estão indissoluvelmente ligados. O signo não pode ser separado da situação social sem ver alterada sua natureza semiótica” (BAKHTIN, 2006 [1977], 63). A própria realização deste signo social na enunciação concreta é inteiramente determinada pelas relações sociais. “A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação” (BAKHTIN 2006 [1977], p. 117). Portanto, o sentido do enunciado é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis. A enunciação revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.

Para Bakhtin, ao estudar as diversas formas de discurso, não se pode separar os procedimentos de elaboração deste discurso (rigidamente lingüístico) dos procedimentos de seu enquadramento contextual (dialógico): um se relaciona indissoluvelmente ao outro. O fundo dialógico é essencialmente importante:

Toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. (...) A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros (BAKHTIN, 2006 [1977], p. 117).

A construção de um sentido resulta de um intenso processo social e individual, pois Bakhtin não dissocia “o indivíduo” do “social”. Todo signo resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Essa é a razão pelas quais as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo (BAKHTIN, 2006 [1977], p. 45).

As enunciações são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. Para o pensador russo, a palavra tem uma importância fundamental, pois é sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra remetida de significado é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais.

A mudança de significação é sempre, no final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro. Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou apreciativo. Sem acento apreciativo, não há palavra. Desse modo, “Não se pode construir uma enunciação sem modalidade apreciativa. Toda enunciação compreende, antes de mais nada, uma orientação apreciativa, uma ação do indivíduo sobre o enunciado” (BAKHTIN, 2006 [1977], p. 140).

De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma *atitude responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e esta atitude do ouvinte está em elaboração constante durante todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado

vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda compreensão preme de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz: o ouvinte torna-se o locutor (BAKHTIN, 1990 [1978], p. 290).

Ao conceber o ouvinte/receptor como um agente ativo do processo discursivo, Bakhtin desconstrói aqui uma forte corrente dos estudos da comunicação baseados no estruturalismo, que vê o receptor como um recipiente vazio, pronto para receber conteúdos informacionais predeterminados. Assim, o discurso é definido na produção e na recepção ativa do emissor e do receptor, portanto é algo vivo e dinâmico. Essa dimensão responsiva ativa do receptor - *respondibilidade* - constitui um modo de pensar a interpretação e a compreensão como uma forma de diálogo.

De fato, a significação pertence a um objeto discursivo, enquanto traço de união entre os interlocutores, que só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. "Só a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação", diz Bakhtin (2006 [1977], p. 203). O enunciado visa à resposta do outro, uma compreensão *responsiva ativa*, e para tanto busca exercer uma influência sobre o leitor, convencê-lo, suscitar sua apreciação crítica, persuadir opiniões opostas. Faz o leitor tomar uma determinada posição. "É um elo na cadeia da comunicação verbal que se relaciona com outros enunciados: com aqueles a que responde e com aqueles que lhe respondem, e, ao mesmo tempo está separado das outras pela fronteira absoluta da alternância dos sujeitos falantes" (Bakhtin, 1990 [1978], p. 304). Assim, o dialogismo bakhtiniano designa a escritura simultaneamente a subjetividade e como *intertextualidade*; face a esse dialogismo, a noção "pessoa-sujeito da escritura" começa a se esfumar, para ceder lugar a uma outra, a da "ambivalência da escritura" (KRISTEVA, 1974, 67)

O termo "ambivalência" implica a inserção da história (da sociedade), no texto, e do texto na história; para o escritor, são uma única e mesma coisa. Nesse sentido, o texto não pode ser apreendido

apenas pela lingüística. Bakhtin postula a necessidade de uma ciência, que denomina de *translingüística* e que, partindo do dialogismo da linguagem, lograria compreender as relações intertextuais, *relações* que o discurso do século XIX nomeia “valor social”, ou “mensagem” moral da literatura (KRISTEVA, 1974, p. 67).

Como princípio de toda enunciação, assim como ao nível da “história” em Benveniste, história que, como o nível do “discurso” benvenistiano, supõe uma intervenção do locutor na narrativa e uma orientação para o outro. O autor pode se servir da palavra de outrem, para nela inserir um sentido novo, conservando sempre o sentido que a palavra já possui. Resulta daí, que a palavra adquire duas significações, que ele se torna *ambivalente*. Esta palavra ambivalente é, pois, o resultado da junção de dois sistemas de signos relativiza o texto (KRISTEVA, 1974. “O sujeito da narração, pelo próprio ato da narração, se dirige ao outro, e é em relação a este outro que a narração se estrutura” (KRISTEVA, 1974, p. 73).

O *sujeito do enunciado* é, simultaneamente, representante do sujeito da enunciação e representado, enquanto objeto do sujeito da enunciação. “É, portanto, comutável com o anonimato do autor e é este engendramento do duplo a partir de zero que é a *personagem* (o caráter). É “dialogica” (...)” (KRISTEVA, 1974, p. 75).

A autora explica que o *discurso monológico* compreende o modo representativo da descrição e da narração; o discurso histórico e o discurso científico. Nesses discursos, o sujeito assume o papel de “Deus” ao qual, pelo mesmo procedimento, se submete. “O diálogo imanente a todo discurso, é abafado por um *interdito*, por uma censura, de modo que esse discurso se recusa a voltar-se sobre si mesmo (a “dialogar”) (KRISTEVA, 1974).

Já o *discurso dialógico* é o do carnaval<sup>10</sup>, da menipéia e do romance polifônico<sup>11</sup>. O dialogismo substitui os conceitos da tradição

---

<sup>10</sup> O conceito de carnaval foi desenvolvido por Bakhtin na obra *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*.

aristotélica, ao absorvê-lo ao conceito de relação, e não visa a uma superação, mas a uma harmonia, implicando sempre uma idéia de ruptura (oposição, analogia) como modo de transformação (KRISTEVA, 1974).

A estrutura *carnavalesca* é semelhante ao indício de uma cosmogonia que não conhece a substância, a causa, a identidade, fora da relação com o todo *que existe apenas em e pela relação*. A sobrevivência da cosmogonia carnavalesca é antiteológica (o que não significa antimística) e profundamente popular. Ela permanece como substrato, freqüentemente desconhecido ou perseguido pela cultural ocidental oficial, ao longo de toda sua história e melhor se manifesta nos jogos populares, no teatro medieval e na prosa medieval (anedotas, *fabliaus*, o romance de Renart). O carnaval é essencialmente dialógico (feito de distâncias, relações, analogias, oposições não-exclusivas). Este espetáculo não conhece ribalta, este jogo é uma atividade; este signifiante é um significado (KRISTEVA, 1974, p. 77-78).

Equivale a dizer que dois textos nele se encontram, se contradizem e se relativizam, repudiando seu papel de representação. Quem participa do carnaval é, ao mesmo tempo, ator e espectador; perde sua consciência pessoal, para passar pelo zero da atividade carnavalesca e se desdobrar em sujeito do espetáculo e objeto do jogo. A platéia não existe, há a proposição do único espaço em que a linguagem escapa à linearidade. “No carnaval o sujeito é aniquilado: aí se efetua a estrutura do *autor* enquanto anonimato que cria e se vê criar, enquanto eu e enquanto outro, enquanto homem e enquanto máscara” (KRISTEVA, 1974, p. 77-78). Enfim, o carnaval é a metáfora da suspensão da inversão temporária e sancionada da ordem; um tempo em que baixo se torna alto e o alto, baixo, o momento da reviravolta, do “mundo às avessas”.

Estudando a ambivalência da carnavalização (a representação realista grotesca), poder-se-ia apreender a linha onde a ruptura ou a junção que entre eles se faz. “Isto seria o gráfico do movimento no qual nossa cultura arranca-se a si mesma, para se ultrapassar” (KRISTEVA, 1974, p. 89).

---

<sup>11</sup> Como em Dostoiévski, segundo a análise de Bakhtin (1981).

#### 4 LINGUAGEM E AÇÃO: O SUJEITO DISCURSIVO E O LUGAR DA FALA

Benveniste foi uma dos primeiros a explorar a natureza e o papel no enunciador e a assinalar seus traços na linguagem. Retomou uma longa discussão que tem uma de suas fontes principais a “escola analítica inglesa”<sup>12</sup> e desenvolveu a partir dos trabalhos de Strawson, Austin e, mais recentemente, Searle, primeiramente uma teoria das operações referenciais e posteriormente uma teoria mais global dos “atos de linguagem” que constitui, de fato, um dos modos de criar uma teoria geral da enunciação” (BENVENISTE, 1991, p. 39)

Os esboços de teorias de enunciação tomaram a si certos problemas decisivos aos quais se chamavam outrora “problemas pragmáticos” (BENVENISTE, 1991, p. 40). Porém, Benveniste vai assinalar a emergência, na lingüística, de uma concepção de sentido que implica a dissolução da trilogia sintaxe/semântica/pragmática. Esta concepção parece abrir a possibilidade de constituir uma teoria da linguagem que supõe a construção de uma metalinguagem apta a escrever a atividade de linguagem como um sistema complexo de *operações* que incidem numa *matéria significante*, operações cujo “suporte” é um *enunciador*. “Esse sujeito enunciador é, em última análise, um *produtor de discursos*” (BENVENISTE, 1991, p. 59).

Os próprios lingüistas começaram a conjecturar que a problemática dos produtores de discursos exige modelos que levam ao social e implica, quer se queira ou não, *uma teoria da ação*, pois parece que a produção da linguagem é uma atividade e das mais importantes que se possam encontrar na sociedade (BENVENISTE, 1991, p. 60). “O discurso é um fenômeno social à parte e constitui

---

<sup>12</sup> Diz Benveniste (1990, p. 42): “Em todo caso, as dimensões sociológicas tornaram-se mais explícitas em diversos lugares da pesquisa lingüística. É o que acontece com as proposições elaboradas pela “escola analítica inglesa” acerca dos “atos de linguagem”, proposições que inspiraram, na França, os trabalhos de Ducrot, cuja perspectiva foi ainda recentemente apresentada de maneira sistemática”.



um dos “vínculos” mais importantes de produção de sentido no interior de uma sociedade (BENVENISTE, 1991, p. 60) Em última análise, equivale a dizer que essa lógica natural que habita *tanto* o discurso *como* a ação, *é o próprio trabalho da ideologia sobre as matérias significantes* (BENVENISTE, 1991, p. 61).

As operações produtoras de significação no seio do discursivo, isto é, as operações de investimento do sentido nas matérias significantes são, ao mesmo tempo, *práticas sociais específicas*. Os “códigos” como conjunto de operações, são, portanto, apenas *sistemas de regras às quais obedece ao trabalho social produtor de significação*. Dissemos já que os discursos estão sempre situados: com efeito, é evidente que a noção de processo de produção pressupõe a noção de um *sujeito produtor*. Ora, esse sujeito produtor nada mais é que o suporte das operações que definem a produção de um certo tipo de discurso. É preciso aqui evitar descambar para uma concepção psicológica ou instrumental da produção de sentido. “A produção de sentido nada tem a ver com a intencionalidade de um sujeito que gostaria de transmitir uma mensagem”. (VÉRON, 1980, p. 81).

Só aqui a semiologia adquire sua dimensão *explicativa*. Por que, em determinadas situações (e, uma vez mais: só há discursos *situados*), um conjunto de matérias significantes foi investido por certas operações e não por outras? Quem está autorizado a ter esta espécie de linguagem? De que lugares institucionais provêm o discurso? Quais as posições do sujeito (enunciador)? Estes tipos de questões colocam o problema explicativo, a que só se pode responder por meio de uma análise das condições de produção (VÉRON, 1980, p. 82).

Essa instância comporta também *o regime e os processos de apropriação* do discurso: pois em nossas sociedades (e em muitas outras, sem dúvida) a propriedade do discurso – entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados e já formulados, capacidade enfim de investir esse discurso em

decisões, instituições ou práticas – está reservada de fato (às vezes, mesmo, de modo regulamentar) a um grupo determinado de indivíduos (...)  
(FOUCAULT, 1992, p. 84).

O sujeito produtor só pode ser definido em termos de sua posição social. O conjunto de determinações que definem a posição social dos produtores é o que se pode designar como *as condições de produção* dos discursos, constituintes da formação discursiva (FOUCAULT, 1992). Uma formação discursiva será individualizada se definir o sistema de formação das diferentes estratégias que nela se desenrolam, num contínuo jogo de relações (FOUCAULT, 1992, p. 84-85). Quando se fala de um sistema de formação, não se compreende somente a justaposição, a coexistência ou a interação de elementos heterogêneos (instituições, técnicas, grupos sociais, organizações perceptivas, relações entre discursos diversos), mas, sobretudo, seu *relacionamento* – e sob uma forma bem determinada – pela prática discursiva<sup>13</sup> (FOUCAULT, 1992, p. 89-90).

A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com outros sujeitos) e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo (a evidência de que eu e tu somos sujeito) em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade (PÊCHEUX, 1975). É nela também, como dissemos, que o sentido adquire sua unidade.

Para o homem ocidental das sociedades contemporâneas, a vontade é uma das dimensões essenciais da pessoa. Por isso o “eu”, nas sociedades capitalistas, aparece como a origem da ação de um sujeito autônomo que se manifesta em atos. “Não há ação que não

---

<sup>13</sup> Sobre a prática discursiva, escreveu Foucault (1967, P. 147): “Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito-que-fala quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.

tenha um agente individualizado que seja seu centro, sua fonte” (ORLANDI, 1993, p. 49)

Nas teorias da ação e da enunciação, que têm como autor fundamental E. Benveniste, o sujeito-locutor centraliza esse ato de produção e aparece como fonte da linguagem. Além disso, há nos textos, segundo essas teorias, marcas que atestam a relação do sujeito com seu dizer e, através dele, com o mundo. Na constituição da subjetividade, que é segundo a teoria da enunciação a propriedade principal da linguagem, o sujeito dela se apropria definindo-se ao mesmo tempo a si mesmo como “eu” e a um parceiro como “tu” (ORLANDI, 1993, p. 54).

Entretanto, as marcas da enunciação manifestam o jogo da inter-subjetividade. O discurso não é um conjunto de textos, é uma prática. Para se encontrar sua regularidade não se analisam seus produtos, mas os processos de sua produção.

As escolhas estratégicas de produção de sentido não surgem diretamente de uma visão de mundo ou de uma predominância de interesses que pertenceriam mais propriamente, a este ou aquele sujeito que fala. A sua possibilidade é determinada por pontos de divergência no jogo dos conceitos, mas “descritas a partir da posição que ocupa o sujeito em relação ao domínio de objetos que fala” (FOUCAULT, 1992, p. 90).

Assim, é preciso saber a que se refere o enunciado, qual é seu espaço de correlações, para poder dizer se uma proposição tem ou não um referente. Um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados. Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por “contexto” – real ou verbal – isto é, do conjunto de elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e determinam-se o sentido (FOUCAULT, 1992, p. 122). Portanto:

(...) não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, apoiando-se neles e se distinguindo deles: integra-se sempre em um jogo enunciativo (FOUCAULT, 1996, p. 124).

Para Orlandi (1993), é preciso explicitar-se, em relação a essa definição, que os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social, ideológico, ou seja, as condições de produção constituem o sentido da seqüência verbal produzida, não são meros complementos.

Todo falante e todo ouvinte ocupam um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações. Portanto, as palavras não significam por si, mas pelas pessoas que as falam, ou pela posição que ocupam os que as falam (ORLANDI, 1993, p. 95).

Por isso é que, em análise de discurso, se considera que o que define o sujeito é o lugar do qual ele fala em relação aos diferentes lugares de uma formação social. Para entender o sentido de cada uma das construções apresentadas acima é preciso pensar sua relação com as demais (ORLANDI, 1993, p. 109).

## **5 LEITURA PLURAL DO TEXTO**

Como ensina Kristeva (1974, p. 98), o verbo "ler" tinha, para os antigos, uma significação que merece ser lembrada e valorizada, com vistas a uma compreensão da prática literária. "Ler" era também "recolher", "colher", "espiar", "reconhecer os traços", "tomar",

“roubar”. “Ler” denota, pois, uma participação agressiva, uma apropriação ativa do outro. “Escrever” seria o “ler” convertido em produção, indústria.

Leitura, vista em sua concepção mais ampla, pode ser entendida como “atribuição de sentidos” (ORLANDI, 1993, p. 7). Ler e interpretar é, pois em um sentido, pesar o “valor” dos enunciados. Valor que não é definido por sua verdade, que não é avaliado pela presença de um conteúdo secreto; “mas que caracteriza seu lugar, sua capacidade de circulação e de troca, sua possibilidade de transformação, não apenas na economia dos discursos, mas na administração, em geral, dos recursos raros” (KRISTEVA, 1974, p. 150).

Não há leituras fechadas de um texto, em geral, como se o texto fosse fechado em si mesmo e auto-suficiente, mas há leituras previstas para ele (ORLANDI, 1993, p. 88). Na busca de estabelecimentos de um plural, não podemos suspender esse plural na leitura: também a leitura deverá ser plural, como se o texto estivesse reconstituído para terminar em seu artifício de continuidade, o significante ganhando, então uma figura suplementar: o deslizamento (KRISTEVA, 1974, p. 49).

Tampouco deve-se estruturar o campo simbólico; esse campo é o da multivalência e da reversibilidade; a tarefa principal continua, pois, sendo mostrar que se acede a esse campo por várias entradas iguais (KRISTEVA, 1974, p. 53). Assim, interpretar um texto não é dar-lhe um sentido, é, ao contrário, estimar de que plural é feito.

Tomemos, inicialmente, a imagem de um plural triunfante, não limitado por nenhuma coerção de representação (de imitação). Nesse texto ideal, as redes são múltiplas e se entrelaçam, sem que nenhuma possa dominar as outras; esse texto é uma galáxia de significantes, não uma estrutura de significados; não tem início; é reversível; nele penetramos por diversas entradas, sem que nenhuma possa ser considerada principal; os códigos que mobilizam perfilam-se a *perder de vista* (KRISTEVA, 1974, p. 39).

Porém, nada tem de liberal a interpretação que exige abordar um texto em seu plural: não se trata de conceder alguns sentidos, reconhecer magnanimamente em cada um sua parte de verdade; trata-se, contra toda indiferença, de afirmar o ser da pluralidade, que não é o ser do verdadeiro, do provável ou até do possível. Esta afirmação necessária é, no entanto, difícil, pois, ao mesmo tempo em que nada existe fora do texto, nunca há um todo do texto: “é necessário simultaneamente liberar o texto de seu exterior e de sua totalidade” (KRISTEVA, 1974, p. 40).

Enfim, ler é lutar para nomear, é submeter as frases do texto a uma transformação de sentido. O discurso nos leva em direção a outros possíveis, outros significados afins: “a leitura é, assim, assimilada em uma espécie de deslizar metonímico, cada sinônimo acrescentando a seu vizinho um traço, um novo ponto de partida” (ORLANDI, 2003, p. 120) Esta expansão é o próprio movimento do sentido: “o sentido desliza, recobre e simultaneamente avança; ao invés de analisá-la, deveríamos, ao contrário, descrevê-lo através de suas expansões, a transcendência lexical” (ORLANDI, 1993).

Todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto. Em lugar da noção de intersubjetividade, instala-se a de *intertextualidade* e a linguagem lê-se pelo menos como *dupla*. Portanto, “a tarefa da semiótica consistirá em encontrar os formalismos correspondentes aos diferentes modos de encontro das palavras no espaço dialógico dos textos” (KRISTEVA, 1974, p. 64).

Para isso deve-se atentar que, “a leitura é produzida em condições determinadas, ou seja, em um contexto sócio-histórico que deve ser levado em conta” (ORLANDI, 1993, p. 86). Porque, sem dúvida, na multiplicidade de sentidos possíveis atribuíveis a um texto, há uma determinação histórica que faz com que só alguns sentidos sejam “lidos” e outros não (ORLANDI, 1993).

Nesse sentido, Barthes afirma que o discurso por um lado avança, desvenda, e por outro lado demora, oculta; “procura impregnar o vazio com o que cala do pleno do que diz, confundir duas verdades diferentes, a verdade da palavra e a verdade do silêncio” (BARTHES, 1992, p. 183).

Dessa forma, quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que também está significando.

E o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito, mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe; outras maneiras diferentes de se dizer o que se disse e que significa com nuances distintas, etc. (ORLANDI, 1993, p. 11).

## 5.1 TEMÁTICAS E FORMAÇÕES DISCURSIVAS

Há também outra forma de trabalhar com o sentido sem que ele condicioná-lo a uma estrutura, uma fixação. Ao se utilizar da Temática opera-se “a semântica das expansões”, conforme Barthes (1992, P. 121):

Tematizar é, por um lado, afastar-se do dicionário, seguir algumas cadeias sinonímicas (*turbulento, turvo, instável, desfeito*), entregar-se a uma nominação em expansão (que pode provir de um certo sensualismo), e, por outro lado, voltar essas diferentes etapas substantivas para delas fazer o ponto de partida de uma forma constante (“*aquilo que não pega*”), pois a rentabilidade de um sema, sua aptidão em ir ao encontro de uma economia temática, depende de sua repetição (...) porque esse elemento aparecerá em outros significantes.

Pode-se procurar na existência desses temas os princípios de individualização de um discurso. Mas, antes que buscar a permanência dos temas, das imagens e das opiniões através do tempo, antes que retrair a dialética de seus conflitos para individualizar conjuntos enunciativos, não poderíamos demarcar a dispersão dos pontos de escolha, e definir, antes de qualquer opção,

de qualquer preferência temática, um campo de possibilidades estratégicas? (BARTHES, 1992, p. 50).

Tal análise não tentaria isolar, para lhes descrever a estrutura interna, pequenas ilhas de coerência. Em lugar de reconstituir *cadeias de inferência* (como se faz freqüentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer *quadros de diferenças* (como fazem os lingüistas), descreveria *sistemas de dispersão*.

No caso em que se pudesse descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), dir-se-á, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. Chamar-se-á *regras de formação* às condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma repartição discursiva dada (ORLANDI, 1993).

As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas para que se possa “dizer qualquer coisa” dele e várias pessoas possam dele dizer coisas diferentes, as condições para que ele se inscreva em um domínio de parentesco com outros objetos, para que possa estabelecer com eles relações de semelhança, de vizinhança, de afastamento, de diferença, de transformação – essas condições, vê-se, são numerosas e pesadas. Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização; e essas relações não estão presentes no objeto; não são elas que são



desenvolvidas quando se lhes faz a análise. Elas não definem sua constituição interna, do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a elas, “definir sua diferença, sua irreducibilidade e eventualmente sua heterogeneidade, enfim, de ser colocado em um campo de exterioridade” (ORLANDI, 1993, p. 59-60).

As formações discursivas representam, na ordem do discurso, as formações ideológicas que lhes correspondem. É a formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada. Isso significa que as palavras e expressões recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Dito que forma mais direta, a formação discursiva é o “lugar da construção do sentido (sua ‘matriz’, por assim dizer)” (PECHÊUX apud FOUCAULT, 1996)

A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada) determina o que pode e deve ser dito.

Por aí se pode ver que a relação com a ideologia (através do jogo entre as formações discursivas) não é homogênea, nem automática, nem estática. Como também não o é nem o sujeito, nem os sentidos. Contradição, reprodução, transformação, memória, esquecimento, o mesmo e o diferente, jogam todo o tempo na produção de um discurso, ou de uma leitura. (FOUCAULT, 1996, p. 110).

Enfim, há um sistema de regras que define a sua especificidade da enunciação: há uma dispersão de textos, mas o seu modo de inscrição histórica permite defini-la como um espaço de regularidades enunciativas (MAINGUENEAU apud ORLANDI, 1993, p. 55).

O significante de apoio será recortado em uma sequência de curtos fragmentos contíguos, que aqui chamaremos *lexias*, já que são unidades de leitura. Esse corte será inteiramente arbitrário; não implicará nenhuma responsabilidade metodológica, pois incidirá sobre

o significante. A lexia é apenas o “envelope de um volume semântico”, a linha saliente do texto plural, disposta como uma base de sentidos possíveis, mas, regulados, atestados por uma leitura sistemática (BARTHES, 1992, p. 47).

A atenção se voltará para essas articulações postíças; a translação e a repetição dos significados. Listar sistematicamente, e para cada lexia, esses significados não visa estabelecer a verdade do texto, mas sim seu plural: as unidades de sentidos (as conotações), desfiadas separadamente para cada lexia, não serão reagrupadas, providas de uma meta-sentido, que seria a construção final que lhes seria dada, como fez Honoré de Balzac na novela *Sarrasine*. Propor-se-á a matéria semântica de várias vertentes (psicológica, psicanalítica, temática, histórica, estrutural); que fará fazer ouvir a sua voz, que é a escuta de uma das vozes do texto (BARTHES, 1992, p. 48).

O semiólogo afirma que, na verdade, trata-se não de manifestar uma estrutura, mas, tanto quanto possível, produzir uma estruturação. (...) “se o texto é submetido a uma forma, esta forma não é unitária, arquitetada, acabada: é o trecho, o fragmento, a rede cortada ou apagada, são todos os movimentos, todas inflexões de um imenso *fading* (...)” (BARTHES, 1992, p. 54).

A cada enunciado, dir-se-ia que vozes em *off* são ouvidas: são os códigos: ao entrelaçar-se, esses códigos cuja origem perde-se na massa perspectiva do já-escrito, desoriginam a enunciação: o concurso das vozes (dos códigos) torna-se a escritura, espaço onde se cruzam os cinco códigos, as “cinco vozes: Voz da Empiria (os proairetismos), Voz da Pessoa (os semas), Voz da Ciência (os códigos culturais), Voz da Verdade (os hermeneutismos), Voz do Símbolo”. (BARTHES, 1992, p. 54)

Esses cinco códigos, por vezes ouvidos simultaneamente, garantem ao texto uma certa qualidade plural (o texto é realmente polifônico), mas, dos cinco códigos, apenas três propõem traços permutáveis, reversíveis, não

submetidos à limitação do tempo (os códigos sêmico, cultural, simbólico); os dois outros impõem seus termos segundo uma ordem irreversível (os códigos hermenêutico e proairético) (BARTHES, 1992, p. 63).

O que Barthes chama de código, não remete em nada a concepção tradicional de signo, mas refere-se a uma perspectiva de citações, uma miragem de estruturas; dele só se conhece os pontos de partida e os retornos; as unidades que dele provêm (aquelas que inventariáramos) são elas próprias, sempre, saídas do texto, a marca, a etapa de uma digressão virtual em direção ao restante de um catálogo (...) “são estilhaços desse algo que sempre foi *já* lido, visto, feito, vivido: o código é o sulco desse *já*”. (...) cada código é uma das forças que se podem apoderar do texto (cuja rede é o texto), uma das Vozes que compõem a malha do texto”(BARTHES, 1992, p. 54).

Nesse capítulo percorremos os principais conceitos de Semiologia e de Análise do Discurso. Alguns desses conceitos serão diretamente aplicados na análise dos discursos das capas da revista *Veja* sobre a China. Outros – apesar de não serem utilizados diretamente – serviram como balizadores do olhar na análise sobre esses discursos. Ajudaram a perceber o objeto de uma determinada forma, a fazer uma certa leitura plural e diacrônica.

A intenção não foi fazer uma análise minuciosa das marcas lingüísticas e enunciativas, mas perceber o sentido *dominante* ou *preferencial* das mensagens, no sentido de Hall (2003, p. 374), além dos implícitos, das entrelinhas e dos não-ditos.

### PARTE III: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA CHINA

#### 1 ORIENTE COMO CONSTRUÇÃO DO OCIDENTE<sup>14</sup>

Ocidente e Oriente são metáforas, construções discursivas contrapostas reais e imaginativamente, e não apenas realidades geográficas, históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Em larga medida, “são realidades e metáforas produzidas pela prática e o pensamento ocidental de como a reconhecer, classificar, delimitar, codificar, destacar, privilegiar, marcar, estigmatizar” (IANNI, 2000a, p. 156-157). Na história ocidental, classificar afirma-se como uma modalidade privilegiada de conhecimento, permitindo que o mundo em sua dispersão e multiplicidade se apresente de forma ordenada em segmentos visíveis e discriminados. Uma vez imersos num sistema de classificação, tendemos a tomá-lo como espelho ou representação fiel e necessária da realidade a que se referem. Mas no fundo, nessa atitude teórica do Ocidente vigora um imperativo prático de dominação. “Por isso também o *Discurso* paradigmático por excelência, mais do que o silêncio – a narrativa, antes que a meditação –, constitui o *estilo* preferencial do Ocidente” (AMARAL, 2004, p. 26).

Os discursos ocidentais estabelecem sempre *representações*, e não descrições naturais do Oriente. Deve-se atentar para o fato de que, o discurso que comumente circula dentro de uma cultura, não é a ‘verdade’, mas uma *re-presença*, uma representação (SAID, 2007). Foucault assinala que tais imposições exigem dos enunciados não uma novidade ou um vigor, e nem importa se são verdadeiros ou falsos, mas apenas que estejam no cânone ou *dans le vrai* (no verdadeiro), baseados em instituições, tradições, convenções acadêmicas, códigos consensuais de compreensão. Com o tempo,

---

<sup>14</sup> Sub-título do livro clássico *Orientalismo* de Edward Said, escrito em 1978, mas que aborda questões cada vez mais atuais.

esses textos podem *criar* não só conhecimento, mas também a própria realidade que parecem descrever, numa relação e concepção dialética do discurso (FOUCAULT, 1996). Assim, é interessante observar o estilo, as figuras de retórica, o cenário, os esquemas narrativos, as circunstâncias históricas e sociais, e *não* a correção da representação, nem sua fidelidade a algum grande original, como sugere Said (2007) no seu estudo do Orientalismo.

O Orientalismo como um discurso, refere-se a um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente, seja fazendo afirmações a seu respeito. descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o. O Oriente que aparece no Orientalismo, portanto, é um “sistema de representações estruturado por todo um conjunto de forças que introduziram o Oriente na erudição ocidental, na consciência ocidental e, mais tarde, no império ocidental” (SAID, 2007, p. 275-276), sob alguns dogmas:

(...) um dos dogmas é a diferença absoluta e sistemática entre o Ocidente, que é racional, desenvolvido humanitário, superior, e o Oriente, que é aberrante, não desenvolvido, inferior. Outro dogma é que as abstrações sobre o Oriente, particularmente as baseadas em textos que representam uma civilização oriental “clássica”, são sempre preferíveis a evidências diretas das modernas realidades orientais. Um terceiro dogma é que o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de se definir; portanto, supõe-se ser inevitável e até cientificamente “objetivo” um vocabulário altamente generalizado e sistemático para descrever o Oriente de um ponto de vista ocidental. Um quarto dogma é que o Oriente é no fundo algo a ser temido (o Perigo Amarelo, as hordas mongóis, etc.) ou controlado (pela pacificação, por pesquisa e desenvolvimento, pela ocupação cabal sempre que possível) (SAID, 2007, p. 402).

A expansão do Orientalismo como campo de estudo e atuação deve-se ao fato que desde o início da especulação ocidental sobre o Oriente, a única coisa que o Oriente não podia fazer era representar a si mesmo. “As evidências do Oriente só eram dignas de crédito e reforçadas depois de passarem pelo fogo purificador da obra do orientalista” (SAID, 2007, p. 378-379). Dessa forma, “só o orientalista pode interpretar o Oriente, sendo o Oriente radicalmente incapaz de interpretar a si mesmo. (...) O orientalista em oposição ao

oriental é que o primeiro *escreve* a respeito, enquanto o segundo é *descrito*” (SAID, 2007, p. 386). O Oriente é dado como uma realidade fixa e estável. “Nenhuma dialética é desejada ou permitida” (SAID, 2007, p. 411).

Ainda assim, o orientalista fala pelos orientais no sentido de que aquilo que ele poderiam ter a dizer, se lhes fosse perguntado e pudessem responder, confirmaria um tanto inutilmente o que já é evidente: que “eles são uma raça subjugada, dominada por uma raça que os conhece e sabe o que é bom para eles mais e melhor do que poderiam possivelmente saber eles próprios” (SAID, 2007, p. 66). Nesse sentido, tudo caminha para a premissa que orientais deveriam naturalmente serem dominados pelos ocidentais. O Oriente como um local que exigia a atenção, a reconstrução, até a ‘redenção’ ocidental da modernidade.

É, portanto, correto dizer que todo europeu, no que podia falar sobre o Oriente, era conseqüentemente um racista, um imperialista e um etnocêntrico quase por inteiro. “(...) as culturas mais avançadas, quase nunca ofereceram ao indivíduo algo que não fosse imperialismo, racismo e etnocentrismo para lidar com “outras culturas”, como lembra Said (2007, p. 277).

O Orientalismo não só cria, mas igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa *vontade* ou *intenção* de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é, sobretudo um discurso que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ao natural, mas antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder, modelado em certa medida pelo intercâmbio com o poder político (como um regime imperial ou colonial), o poder intelectual (como as ciências dominantes, por exemplo, a lingüística ou a anatomia comparadas, ou qualquer uma das ciências políticas), o poder cultural (como as ortodoxias e os cânones de gosto, textos, valores), o poder moral (como as idéias sobre o que “nós” fazemos e o que “ele” não podem fazer ou compreender como “nós” fazer e compreendemos). O Orientalismo (...) tem menos a ver com o Oriente do que com o “nosso” mundo (SAID, 2007, p. 41).

No sistema de conhecimento sobre o Oriente, ele é menos um lugar do que um *topos*, um conjunto de referências, uma coleção de

características, que parece ter sua origem numa citação, num fragmento de um texto, num trecho citado da obra de alguém sobre o Oriente, em algo imaginado antes, ou num amálgama de todas essas possibilidades. (p 246). Com isso concorda Ianni (2000a, p. 74):

A rigor, no contraponto Oriente e Ocidente, o que se constrói são *tipos ideais*, principalmente. Além das diversidades e interdependências, o que sobressai são duas construções típico-ideais. O Oriente, para os ocidentais, é uma construção imaginada, ainda que inspirada em fatos, conjunturas críticas, transformações evidentes. Ao lado dos acontecimentos, sobressaem os traços selecionados, originais, diferentes, estranhos, exóticos, demarcados. Pode ser um artifício narrativo, uma forma de sublinhar a diferença ou uma técnica de dominação. Simultaneamente, os europeus e norte-americanos estão construindo a si próprios como diferentes e nitidamente demarcados, ou melhor, como originais, referentes, parâmetros e emblemas. Constroem o próprio desenho desenhando os outros. Ao caracterizar os asiáticos, ou hindus, chineses, japoneses e outros orientais, caracterizam-se si próprios como ingleses, franceses, holandeses, alemães, norte-americanos ou ocidentais.

Todos estão, todo o tempo, inseridos na lógica dos espelhos, na auto-imagem construída no reflexo do outro. Nem um nem outro, Ocidente e Oriente, têm estabilidade ontológica; ambos são constituídos pela afirmação e pela identificação com a alteridade. Longe de ser estática, portanto, a identidade do eu ou do "outro" é um processo histórico, social, intelectual e político muito elaborado que ocorre como uma luta que envolve indivíduos e instituições em todas as sociedades.

Ao fazer do Oriente o seu Outro, o Ocidente também se inventou como Outro do seu Outro, o Mesmo de uma identidade fabricada pela invenção da alteridade. Portanto a identidade do Ocidente também não é uma coisa, um território determinado, uma certa cultura, alguns povos sabidos; e, também, sobretudo não é a mesma coisa. Por isso Ocidente/Oriente é uma história: porque são muitos, nunca idênticos a si mesmos, e se deslocam, ao acaso de forças poderosas, no tempo-espço (AMARAL, 2004, p. 45).

Assim, tanto quanto o próprio Ocidente, o Oriente é uma idéia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente. "As duas entidades geográficas, portanto, sustentam e, em

certa medida, refletem uma à outra” (SAID, 2007, p. 31). É evidente que o contraponto sempre esteve e continua a estar impregnado de hibridismo, mas também de polarização ideológicas, compreendendo xenofobias, etnicismos ou racismos. Ao lado das simpatias, acomodações e cumplicidades, expressas em níveis individuais e coletivos, manifestam-se as mais diversas expressões de intolerância. Aos poucos essas diversidades são transformadas em desigualdades, hierarquias, marcas, estereótipos, estigmas e ideologias (IANNI, 2000a, p. 70).

Assim, a relação entre o Ocidente e o Oriente é uma relação de poder, de dominação, de graus variáveis de uma hegemonia complexa, o que está indicado com muita acuidade no título do clássico de K.M. Panikkar, *A dominação ocidental na Ásia*. O orientalista examina o Oriente a partir de uma posição superior, com o objetivo de mostrar e decifrar a grande diversidade à sua frente. Como sua cultura era a mais forte ele podia penetrar dar forma e significado ao grande mistério asiático. “O resultado é geralmente polarizar a distinção: Nós somos ‘isto’, e eles ‘aquilo’”, diz Said (2007, p. 96). Nesse sentido, o oriental torna-se mais oriental, o ocidental mais ocidental, e limita-se o encontro humano entre culturas, tradições e sociedades diferentes.

“O Oriente, portanto, oscila em geral entre o desprezo ocidental pelo que é familiar e seus estremecidos de prazer – ou de medo – diante da novidade” (SAID, 2007, p. 97). É comum a utilização de figuras de linguagem associadas ao Oriente para reforçar a sua estranheza, sua diferença, sua sensualidade exótica. Mas, para os orientalistas:

Sua estranheza pode ser traduzida, seus significados decodificados, sua hostilidade domada; mas a *generalidade* atribuída ao Oriente, o desencanto que sentimos depois de encontrá-lo, a excentricidade não resolvida que revela, tudo é redistribuído no que é dito ou escrito a respeito (SAID, 2007, p. 154).



Nesse reino, construído na forma discursiva, todos os textos possuem a mesma poderosa generalidade – unidade geográfica, cultural e étnica – e validade cultural. Essas atitudes orientalistas contemporâneas inundam a imprensa e o imaginário popular. As imagens culturais do Oriente fornecidas pelos meios de comunicação de massa reforçam essa homogeneização e o reforço do modelo ocidental.

Entretanto, daquela inicial de que: “Eles [os orientais] não podem representar a si mesmos; devem ser representados” (SAID, 2007, p. 445), passa-se para a premissa de que hoje o Outro pode falar. A introdução de novas teorias e textos escritos por mulheres, artistas e pensadores não europeus desafia a perspectiva eurocêntrica dominante de que eles “não tem nada a dizer”, como temos demonstrado nesse trabalho.

O ponto importante, entretanto, é que se abriu na consciência pública uma brecha (...) entre as antigas idéias da hegemonia ocidental de um lado, e, de outro, as idéias mais novas que se tornaram influentes entre as comunidades subalternas e desamparadas e entre um amplo setor de intelectuais, acadêmicos e artistas. Agora, muito extraordinariamente, os povos menores – outrora colonizados, escravizados, suprimidos – não precisam mais ficar calados ou se deixar explicar apenas por europeus e americanos mais velhos do sexo masculino. Houve uma revolução na consciência das mulheres, das minorias e dos marginais, tão poderosa a ponto de afetar o pensamento dominante em todo o mundo (SAID, 2007, p. 462).

Desse modo, o Orientalismo como fenômeno cultural e político, não representa uma ordem eterna, mas uma experiência histórica de dominação cujo fim – ou pelo menos correção parcial – pode estar próximo (SAID, 2007, p. 466).

## **2 O PAPEL DA MÍDIA**

No contexto globalizante, dentre todos os fatores técnicos da mobilidade, um papel particularmente importante é desempenhado

pelo transporte da informação – o tipo de comunicação que não envolve o movimento de corpos físicos ou só o faz secundária e marginalmente, como explica Baumann (1999, p. 21):

Desenvolveram-se de forma consistente meios técnicos que também permitiram à informação viajar independente dos seus portadores físicos – e independente também dos objetos sobre os quais informava: meios que libertaram os “significantes” do controle dos “significados”. A separação dos movimentos da informação em relação aos movimentos dos seus portadores e objetos permitiu por sua vez a diferenciação de suas velocidades; o movimento da informação ganhava velocidade num ritmo muito mais rápido que a viagem dos corpos ou a mudança da situação a qual se informava. Afinal, o aparecimento da rede mundial de computadores pôs fim – no que diz respeito à informação – à própria noção de “viagem” (e de “distância” a ser percorrida), tornando a informação instantaneamente disponível em todo o planeta, tanto na teoria como na prática.

De fato, com a globalização, as relações sociais nas sociedades modernas são deslocadas dos contextos territoriais de interação e se reestruturam por meio de extensões indefinidas de tempo-espço. O controle do espaço-tempo se materializa na técnica e na tecnologia, ou seja, nas Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação (NTICs), como ponto de apoio dessa estrutura global. Nesse sentido, o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação influencia decisivamente o modo pelo qual as pessoas estabelecem, intensificam e generalizam suas relações socioculturais.

O papel central da comunicação nessa nova ordem sócio-tecnológica criou, pois, uma base material tão inédita para o desenvolvimento das atividades humanas no sistema social e tão específica historicamente, que acabou impondo a sua própria lógica à maioria dos processos sociais e condicionando, de maneira fundamental e irreversível, toda a estrutura da sociedade (ELHAJJI, 2001, p. 5).

As profundas transformações sociais e institucionais da pós-modernidade sugerem um deslocamento de um sistema mundial baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação (GIDDENS, 1991, P. 13). Dessa forma, a comunicação tem uma função política ideológica e

organizacional inerente às relações de poder que sustentam toda organização social, funcionando, portanto, como mecanismo de articulação dos diferentes níveis da estrutura social.

As mensagens transmitidas ininterruptamente pela mídia, por um lado, constitui e representa uma parte importante da realidade social e, por outro, contribui dialeticamente para a reprodução do social, sendo um reflexo de estruturas mais profundas. Os meios de comunicação constituem um gênero particular de discurso, sendo um dos principais aparatos da luta social e de produções de sentidos na contemporaneidade. Essa dimensão predominantemente político-ideológica do discurso midiático estabelece, mantém e transforma as relações, as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) e os significados do mundo nas relações de poder. A prática discursiva recorre às convenções, às ideologias particulares e as próprias convenções sociais, que naturalizam essas relações de força e dominação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94).

Esse imperativo midiático cria um novo *bios*, no sentido aristotélico do termo, segundo Muniz Sodré (2002). Ao lado do *bios theoretikos* (vida contemplativa), *bios politikos* (vida política) e *bios apolaustikos* (vida prazerosa, vida do corpo) definida por Aristóteles em *Ética a Nicômaco*, Sodré admite um quarto âmbito existencial, um novo bios: midiático.

Assim, a sociedade contemporânea rege-se pela *mediatização*, pela tendência à “virtualização” ou “telerrealização” das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação. Implica a mediatização, uma qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo, pensando-se na classificação aristotélica das formas de vida, um *bios* específico (SODRÉ, 2002, p.24).

O *bios* midiático é hibridizante, não atua sozinho. Não basta, por exemplo, a visibilidade pura e simples de um indivíduo na mídia –

a excessiva exposição de sua imagem na tevê ou nos jornais. É preciso que se apele para todo um arsenal de identificações entre a imagem e a audiência, a fim de se obter feitos, não mais apenas projetivos, como no caso do entretenimento clássico, e sim de reconhecimento narcísico de si mesmo no “espelho” tecnocultural (Sodré, 2002, p. 35). Assim, “o “espelho” midiático não é simples cópia, reprodução ou reflexo, porque implica uma forma nova de vida, com um novo espaço e modo de interpelação coletiva dos indivíduos, portanto, outros parâmetros para a constituição das identidades pessoais” (SODRÉ, 2002, p.23).

O conteúdo dessa interpelação constante do discurso midiático não remete a qualquer efeito prático além da repetição do código utilitarista do mercado em busca de consenso social e do fomento ao consumo. “Trata-se de uma moralidade com valores extremamente efêmeros, que depende dos interesses empresariais do momento” (SODRÉ, 2002, p. 66).

O *bios* midiático proposto por Sodré implica de fato uma reconfiguração do mundo pela ideologia norte-americana (portanto, uma espécie de narrativa política), caucionada pelo fascínio da tecnologia e do mercado. Nele estão presentes as marcas essenciais de uma ‘universalidade’ americana, como confirma Mattelart (2000, p. 121-122).

Centro de propagação da revolução tecnocrônica, ela é a sociedade que se comunica mais que qualquer outra, visto que 65% de toda a comunicação no mundo partem dela. Esta onipresença a transforma naturalmente no protótipo de um “modelo global de modernidade”, indicador dos modos de comportamento e dos valores a serem adotados em todo mundo.

Como grande financiadores dessa lógica atual, os Estados Unidos também investem pesado na categoria de intelectuais, que se mobilizam na organização e na dinâmica desse universalidade. São eles que pensam os meios e os modos de operação do todo e de suas partes, colaborando para que se articulem, de modo a constituir um sistema mundial.

A aldeia global seria ininteligível, como realidade ou imaginação, sem a colaboração ativa de toda uma multidão de intelectuais trabalhando em todo o mundo, nas mais diversas organizações e corporações públicas e privadas, nacionais, regionais, transnacionais e propriamente globais. São pesquisadores, analistas, estrategistas, executivos, consultores, assessores, técnicos, especialistas, *juniores seniors*, formados nos mais diferentes campos do saber, sempre mobilizando conhecimentos científicos para o desenvolvimento e a implementação de técnicas. Trata-se dos *think-tanks*<sup>15</sup> de todos os tipos, organizados para pensar na organização e na dinâmica da sociedade global (IANNI, 2000b, p. 128).

Portanto, para se compreender as transformações mundiais do momento, portanto, é preciso dar atenção às mediações entre a economia e a cultura, focalizando as atividades dos especialistas e intermediários culturais a público cada vez maior (FEATHERSTONE, 1997). Esses atores realizam um processo de produção, reprodução e universalização cultural cada vez mais intenso, sistemático e generalizado, já que extremamente potenciado pelas mais diversas tecnologias. Em decorrência das tecnologias oriundas da eletrônica e da informática, os meios de comunicação adquirem maiores recursos, mais dinamismos, alcances maiores. Os meios de comunicação de massa, potenciados por essas tecnologias, rompem ou ultrapassam fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades sócio-econômicas e hierarquias raciais, de sexo e idade.

Assim, a mídia traduz as imagens da realidade e as visões do mundo de blocos de poder, composições de classe e grupos sociais que detêm meios e modos de organizar e influenciar as estruturas de dominação política e apropriação econômica prevalentes na sociedade global. "É através dela que se adscrive o *status* de cada categoria da sociedade e se elabora o projeto existencial do grupo em conformidade com os interesses da categoria que controla os meios

---

<sup>15</sup>\**think-tanks*: equipes de intelectuais dedicados, em geral de modo exclusivo e sistemático, à realização de estudos, diagnósticos e prognósticos relativos aos mais distintos problemas locais, nacionais, regionais e mundiais, conforme Ianni (2000b).

de produção de sentido (meios de comunicação)” (ELHAJJI, 2001, p. 13).

Essa faculdade da mídia globalizada explica-se, em boa medida, porque o mundo da cultura diz respeito ao modo pelo qual o indivíduo tende a ver-se, imaginar-se ou traduzir-se. Toda realidade mais ou menos complexa, problemática ou não, sempre se traduz em representações, imagens, metáforas, parábolas e alegorias, assim como em descrições e interpretações. E é por meio das linguagens que isto ocorre, por isso é que os meios de comunicação colocam-se diretamente no âmago do mundo da cultura, das condições e possibilidades de representação e imaginação (IANNI, 2000b, p. 132).

Cada uma das corporações mundiais da mídia, e todas em conjunto, certamente exercem influência mais ou menos decisivas nas formas pelas quais os indivíduos situam-se diante das configurações e movimentos da realidade social. “É claro que a mídia global não é monolítica, (...) no entanto, uma parte dessa mesma mídia opera em consonância com centros de poder de alcance mundial. Está acoplada às organizações e empresas transnacionais” (IANNI, 2000b, p. 122).

O clima cultural e imaginário da era global pós-moderna propicia o reflorescimento da “imagem”, como uma linguagem importante e, muitas vezes, essencial no que se refere a comunicação, informação e entretenimento. À medida que se desenvolve a imprensa, o texto é freqüentemente acompanhado pela imagem, seja desenhos, gravuras, litografias e pinturas que ilustram ou facilitam a comunicação. Trata-se de um processo que adquire desenvolvimentos excepcionais na segunda metade do século XX, quando as tecnologias eletrônicas são sintetizadas na televisão, no computador e na internet. “Em pouco tempo, a “estética” do videoclipe transborda da televisão e do *marketing*, para todos os outros meios de comunicação, do cinema ao jornal, da escola à

igreja, do *show* de música popular à Copa do Mundo, dos conflitos sociais às guerras” (IANNI, 2000b, p. 240).

Esse é o clima da pós-modernidade: a história substituída pelo efêmero, pela imagem do instante, pelo lugar fugidio. Tudo se dissolve no momento presente, imediatamente superado pelo outra imagem, colagem, bricolagem, montagem, mensagem. Assim se deteriora o passado remoto e imediato. Não se interrompem as seqüências nem as descontinuidades, apenas apagam-se do horizonte, deixam de ser, esgarçadas, anuladas. Privilegia-se o dado imediato, evidente, cotidiano, inesperado, prosaico, surpreendente, fugaz (...). (BAUMANN, 1999, p. 9).

Na pós-modernidade, privilegia-se o discurso ou texto enquanto sistema semiótico tomado em sua singularidade e autonomia. “A linguagem parece tornar-se independente, revelando-se eletrônica, informática, cibernética; ou estrutural, sistêmica, semiótica” (IANNI, 2000b, p. 245). Vários elementos e suas articulações, que pareciam importantes em termos de modernidade, são questionados e abandonados. “O discurso é tomado como o sistema de signos a ser deslindado, sem referência a sujeito ou objeto, representação, tema ou história. O desafio é desconstruir o discurso, *ad infinitum*”, conforme Ianni (2000b, p. 243).

Nesse sentido, é assertiva a visão de Jameson (1996) ao afirmar a dissolução da esfera autônoma da cultura como uma explosão; uma prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio do social, até o ponto em que tudo em nossa vida social pode ser considerado como cultural. “Essa proposição, no entanto, é totalmente consistente com o diagnóstico anterior de uma sociedade da imagem ou do simulacro, e da transformação do “real” em uma série de pseudo-eventos” (JAMESON, 1996, p. 74).

Numa cultura contemporânea dominada pela mídia, os meios dominantes de informação e entretenimento contribuem para nos ensinar a nos comportar e o que pensar e o que sentir, em que acreditar, o que temer e desejar e o que não, como explica Kellner (2001). Porém, a mídia cria formas de dominação ideológica que ajudam a reiterar relações vigentes de poder, ao mesmo tempo em

quem fornece instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, luta e resistência (KELLNER, 2001, p. 32).

Na abordagem de Norman Fairclough (2001), o discurso, inclusive o midiático, pode contribuir para preservar e reproduzir as relações e as hegemonias tradicionais e pode, portanto, ligar-se a convenções problematizadas, ou pode ser uma contribuição para a transformação dessas relações mediante a luta hegemônica” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 128). Para o autor, é certo que a mudança sempre envolve formas de transgressão, na reunião de convenções existentes em novas combinações, no cruzamento de fronteiras, tanto sociais quanto discursivas, pois entende-se que o discurso por um lado constitui e representa uma parte importante da realidade social e, que por outro, contribui dialeticamente para a reprodução do social, sendo um reflexo de estruturas mais profundas, no sentido de Foucault (1987, 1992).

### **3 A CHINA NA MÍDIA**

Quanto mais complexa uma sociedade, tanto mais complexa a semiose, os sentidos que a atravessam. Assim, é um desafio pesquisar a produção de sentido da civilização mais antiga do mundo ainda viva, com uma história de mais de 5 mil anos, detentora uma riquíssima tradição cultural, que sobreviveu a invasões estrangeiras, fomes, enchentes, terremotos, pragas, e no último século às consequências da Revolução Cultural do líder comunista Mao Tsé-tung<sup>16</sup>; e que caminha com sua população de 1,3 bilhão de pessoas para se tornar superpotência mundial.

É importante considerar que não existe apenas “uma China” apresentada pela mídia; homogênea, imutável e eterna, pronta a ser desvendada. A cultura chinesa tem diversas nuances, e há que se

---

<sup>16</sup> Durante o período da Revolução Cultural, milhões de chineses morreram de fome ou perseguição política.



considerar as diferenças regionais e as culturas das minorias étnicas, que apresentam ainda mais peculiaridades e variações. Cerca de 94% do povo chinês pertence à etnia Han. Os outros 6% são compostos por cerca de 56 etnias diferentes, como, por exemplo, os Zhuang, os Hui, os Miao e os Tibetanos<sup>17</sup>. Contudo, os Han dominam a política, o comércio, a ciência e a tecnologia, enfim predominam a cena chinesa.

Aqui se buscará compreender o sentido das mensagens transmitidas pela revista *Veja* sobre essa China multifacetada. É importante ponderar que o discurso midiático não tem nenhuma responsabilidade em relação ao real, pois “o que se chama real (na teoria do texto realista) nunca é mais do que um código de representação (de significação)” (KRISTEVA, 1974, p. 109). Com o tempo, esses textos podem criar não só conhecimento, mas também a própria realidade que parecem descrever, numa relação e concepção dialética do discurso (FOUCAULT, 1996). Assim, o texto está duplamente orientado: para o sistema significante no qual se produz (a língua e a linguagem de uma época e de uma sociedade precisa) e para o processo social do que participa enquanto discurso (KRISTEVA, 1974, p. 12). Por isso, foge-se da dicotomia de língua/fala, preconizado por Saussure, para uma visão dialógica e polifônica do discurso, atuando nos interstícios e nos deslizos do sentido.

Busca-se os “agenciamentos”<sup>18</sup>, termo utilizado por Deleuze (1997) que significa a ligação entre as multiplicidades do campo social. Assim, considera-se que os enunciados se organizam em agenciamentos coletivos de enunciação, ligando os regimes de signos às ações do campo social, funcionando como engrenagens de produção. O discursivo, portanto, está constantemente agenciado ao

---

<sup>17</sup> Sobre os recentes conflitos dos tibetanos contra o governo chinês, ver BASTOS, Aline. “Olimpíadas Ameaçadas: Imagens das Manifestações Pró-Tibete na Mídia Brasileira”. Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal/RN – 2 a 6 de Setembro de 2008.

<sup>18</sup> Segundo Caiafa (2002, p. 151), agenciamento é preferido pelos autores em contraste com “estrutura”, pois enquanto as estruturas estão associadas a “condições de homogeneidade”, os agenciamentos sempre envolvem componentes heterogêneos”.

não-dicursivo. No agenciamento não há sujeito individual como ponto de partida, mas como efeito de certos agenciamentos sempre produzidos pela coletividade, portanto “os agenciamentos são datados, transitórios e sempre em relação com um limiar que, atingido, promove uma virada, uma mudança”, explica Caiafa (2002, p. 151).

### 3.1 ANÁLISE DAS CAPAS DA REVISTA VEJA SOBRE A CHINA

A revista *Veja*, da Editora Abril, nasceu em setembro de 1968 e inaugurou uma nova fase no jornalismo brasileiro. Ao contrário da revista *Realidade*, o maior fenômeno editorial da época, de periodicidade mensal, a proposta de *Veja* era ser semanal. Por isso, sob o comando de Roberto Civita, Mino Carta saiu em viagem, em fevereiro de 1968, para pesquisar o modelo de revistas como *Time*, *Newsweek*, *L'Express* e *Der Spiegel*.

O primeiro número da revista *Veja* alcançou uma tiragem de 10.000 exemplares. Em se tratando da época, e por ser uma revista nova, era um bom começo. Mas, passaram-se anos com a publicação atuando em *déficit* financeiro, até que o diretor da Editora Abril inaugurou o sistema de assinaturas. Assim, vinte anos depois, em 1988, *Veja* alcançou uma tiragem de 370 mil exemplares e tornou-se a principal revista brasileira.

Até hoje, a revista *Veja* é a maior e mais influente revista semanal de informação do Brasil. Com uma circulação de mais de um milhão de exemplares – sendo em média 83% proveniente de assinaturas –, e cerca de sete milhões de leitores, *Veja* está situada como a maior revista informativa da América Latina e a quarta revista semanal de informação do mundo.

Ao completar 40 anos de história, as palavras do presidente e editor Roberto Civita traduzem bem a missão de *Veja*:

Ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em *sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil*. Essa é a missão da revista. *Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos*<sup>19</sup>. [grifo nosso]

Assim, está implícito na mensagem do seu presidente, que para entender do mundo e do Brasil, todos devem ler a revista *Veja*, ou melhor, só se pode entender do mundo e do Brasil quem lê *Veja*. Pode-se afirmar que a revista, pela sua abrangência e linha editorial, representa uma das principais arenas de mobilização política e disputa ideológica no Brasil, constituindo visões de mundo determinantes na sociedade brasileira. O discurso da revista constrói representações sociais, que se cristalizam ao longo dos anos em posições hegemônicas ou formações discursivas (FOUCAULT, 1996), que estão sempre em disputa e negociação no sentido de Gramsci (1971), podendo levar a uma mudança social pela linguagem (FAIRCLOUGH, 2001).

Ao longo da história da publicação, a China foi assunto direto de doze matérias de capa, com destaque para a edição de nove de agosto de 2006, em que ocupou 105 páginas incluindo um encarte especial, ou mais da metade da revista. Pode-se dizer que tivemos uma “edição especial” sobre a China, tamanha a relevância dada a esse tema pela equipe editorial da revista.

Percebe-se que a abordagem de capa sobre a China concentra-se em períodos históricos específicos como na década de 1970, no auge do poder comunista sob liderança de Mao Tsé-tung, que agregou metade das matérias de capa existentes. A década de 1980 contemplou duas capas. Na década de 1990 percebe-se um vazio editorial sobre o tema. Já em 2000, a revista *Veja* traz quatro capas

---

<sup>19</sup> Disponível em: [www.veja.abril.com.br](http://www.veja.abril.com.br). Acesso em: 04/04/2008.

sobre a China, sobretudo em 2008, ano em que os Jogos Olímpicos acontecem em Pequim.

### 3.1.1 Os Estados Unidos voltam a se aproximar da China

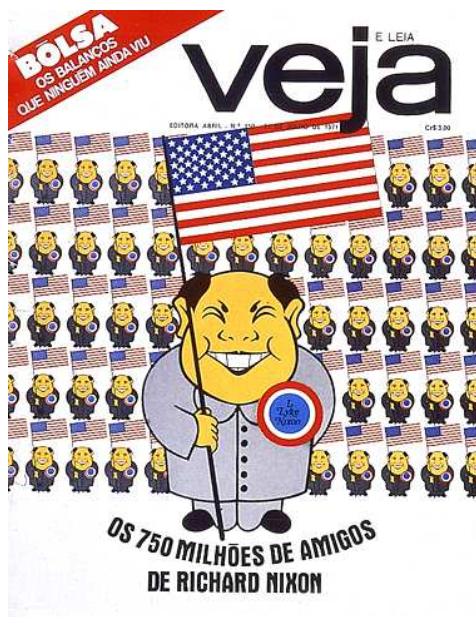


Figura 1 – Revista Veja: 21 de julho de 1971

A capa dessa edição da revista *Veja* (“Os 750 milhões amigos de Nixon”) apresenta uma caricatura do líder comunista Mao Tsé-tung, vestido com o tradicional uniforme comunista monocromático, segurando uma bandeira dos Estados Unidos e portando um botom nas cores americanas sobre o coração com a inscrição “*I like Nixon*”. Ao fundo a reprodução da figura em série, significa uma sutil crítica às ações do governo comunista na China, onde todos se vestiam iguais com um uniforme monotom e seguiam obedientemente as diretrizes do líder do partido comunista. Assim, se os Estados Unidos

conquistarem o coração e a mente de Mao, conquistarão o coração e a mente de milhões de chineses. Nessa composição, também podemos identificar aquele típico preconceito étnico contra os asiáticos, considerados “todos iguais”.

Porém, em nenhum momento da reportagem e nem na análise da conjuntura internacional percebe-se um posicionamento das autoridades chinesas rumo ao fortalecimento dessa amizade. O interesse chinês parece se voltar ao apoio norte-americano em relação ao conflito com os rebeldes de Taiwan (ou Formosa). As raras falas dos líderes chineses na reportagem são sobre a firme posição da China em retomar a Ilha de Taiwan. A aceitação da visita de Nixon pode representar uma abertura para o diálogo, mas não para uma “amizade” estampada no peito, como apresenta a capa da reportagem, pelo menos não do lado chinês. Parece que o maior interesse dessa aproximação é realmente dos Estados Unidos, afastados dos chineses há décadas. Dessa análise pode-se perceber o forte cunho ideológico norte-americano do discurso da revista *Veja*, que acompanhará fortemente o posicionamento discursivo da publicação.

China e Estados Unidos viviam num abismo político e diplomático. Há vinte e dois anos, as relações sino-americanas estavam cortadas. Meses antes, havia a ameaça de um confronto direto entre as duas nações motivada pela intervenção aliada no Laos. O clima entre os dois países em plena Guerra Fria era tenso, falar em amizade seria muito prematuro<sup>20</sup>, mas o discurso midiático, como já se viu, pode contribuir para a construção de realidades sociais, como aponta Foucault (1996).

---

<sup>20</sup> Atualmente, as economias dos dois países funcionam como numa simbiose. A afeição consumista da maior economia do mundo é apaziguada pelo vigor da indústria chinesa. Os milhões de dólares em títulos da dívida do governo americano são bancados pelo governo chinês.

Numa manobra diplomática, o conselheiro do presidente dos Estados Henry Kissinger passou quarenta e nove horas em Pequim combinando uma viagem de Richard Nixon à China sem que ninguém levantasse suspeita. Kissinger havia anunciado a todos aos repórteres que estava doente.

A Viagem de Nixon à China e seu convite para que Chu En-Lai, braço direito de Mao Tsé-tung, visite os Estados Unidos, pode abrir uma nova era no equilíbrio mundial, depois de vinte e dois anos de afastamento:

De um golpe, ela abre novas perspectivas para a solução da guerra no Vietnã, a admissão da China na ONU, a modificação na relação EUA-Rússia e Rússia-China, além de toda uma gama de possibilidades em problemas tão diversos quanto o futuro de Formosa, as negociações no Oriente Médio ou a crescente influência do Japão na Ásia<sup>21</sup>.

Quando o presidente Harry Truman percebeu a ascensão da força do líder comunista Mao Tsé-tung e a iminência de uma guerra civil entre comunistas e as forças de Chiang Kay-shek - líder taiwanês, enviou o general George Marshall à China para tentar reconciliar as duas partes. Era a última visita de um representante dos Estados Unidos à nação chinesa: dois anos após o fracasso da missão Marshall, Mao Tsé-tung assumia irremediavelmente o controle de todo o país, instituíu a República Popular da China e forçava as tropas de Chiang Kai-shek a se refugiarem na ilha de Taiwan.

Essa aproximação norte-americana à China certamente enfureceu os chineses nacionalistas de Taiwan, que tinham nos Estados Unidos um parceiro estratégico. Chiang Kai-shek avaliou a visita de Nixon, como jogo sujo dos Estados Unidos. Os japoneses, em pleno "milagre econômico", também não viram com bons olhos o principal fiador se aproximar do governo comunista.

---

<sup>21</sup> Convite para um novo mundo. **Veja**, São Paulo, ed. 150, p. 26, 21 jul. 1971.

O mais curioso é a visita de um presidente americano acontecer antes a Pequim do que a Moscou - embora os Estados Unidos mantivessem relações com a União Soviética há quase quarenta anos -, antes mesmo de reconhecer a legitimidade do governo de Mao.

A estranheza em Moscou, o desagrado em Taipé, os problemas em Tóquio, nada disso parece, no entanto, ser mais importante do que o suspiro de alívio coletivo ouvido em quase todas as capitais mundiais. E num dia antes de maio, quando Mao Tsé-tung responder com um caloroso "*huangyn*" (bem-vindo) ao "*hello*" de Richard Nixon, um momento histórico estará ocorrendo. Primeiro passo para a paz ou fonte de insuspeitados conflitos, será certamente o instante em que se começará a desenhar uma nova face para as relações internacionais no século XX<sup>22</sup>.

A reportagem fecha com a mesma mensagem de sua abertura. Os dois países gigantes devem se aliar para a prospecção de um ambiente pacífico internacionalmente. Parece ser essa direção que o presidente Nixon está disposto a percorrer junto com Mao. A visita significou "Um convite para um novo mundo", conforme chamada principal da reportagem, pois em plena Guerra Fria todos estavam ávidos por outro ambiente que não aquele fortemente militarizado e belicoso, tanto internacionalmente quanto nacionalmente.

O conselheiro do presidente dos Estados Henry Kissinger estava percebendo que a política global de poder estava sendo remodelada, mais especificamente da passagem de um "mundo bipolar marcada pela Guerra Fria para um mundo multipolar com o aparecimento de três centros adicionais de poder político e econômico - Europa Ocidental, China e Japão" (KENNEDY, 1989, p. 393). Richard Nixon anunciava que havia agora cinco centros de poder econômico no mundo, incluindo U.R.S.S. e Estados Unidos. Em sua fala: "Serão esses cinco que determinarão o futuro econômico e, *como o poder econômico será a chave de outros tipos de poder*: o futuro do mundo

---

<sup>22</sup> Convite para um novo mundo. **Veja**, São Paulo, ed. 150, p. 30, 21 jul. 1971.

sob outros aspectos, no último terço deste século” (KENNEDY,1989, p. 394, grifo nosso)<sup>23</sup>.

Quando a República Popular da China (RPC) começou a organizar seu contingente populacional na época de quase 800 milhões de pessoas, ou um quarto da população mundial, analistas internacionais passaram a creditar que a China seria, claramente, uma grande força nas questões mundiais. Entretanto, o governo comunista sempre foi intolerante e agressivo com os estrangeiros.

Os choques com os Estados Unidos, sobre a Coreia e Quemói e Matsu; a ocupação do Tibete; as lutas de fronteira com a Índia; o irado rompimento com a U.R.S.S e os confrontos militares nas regiões disputadas; o sangrento choque com Vietnã do Norte; e o tom geralmente combativo propaganda chinesa (especialmente Mao) ao criticar o imperialismo ocidental e a “hegemonia russa”, e estimular os movimentos de libertação em todo mundo, fizeram dela uma figura mais importante, mas também mais imprevisível nas questões mundiais (KENNEDY,1989, p. 399)

Nesse período, a menção era por um declínio americano, dado que a Europa com o plano Marshall e o Japão viviam um período de forte expansão econômica. “Na verdade, os americanos não estavam produzindo significativamente menos, mas sim os outros estavam produzindo muito mais” (KENNEDY, 1989, p. 411) O aumento dos gastos militares americanos no exterior, e não apenas no Vietnã, resultou ano após ano em *déficits* governamentais, grandes aumentos nos preços e crescente falta de competitividade da indústria americana. “Transformou o país de prestador a tomador de empréstimos” (KENNEDY, 1989, pp. 413-414).

Dessa forma, não se pode deixar de avaliar que a aproximação dos Estados Unidos com a China visava não só um forte aliado internacional, mas também a abertura de novos mercados para os americanos.

---

<sup>23</sup> Como vimos na primeira parte, o poder econômico pode começar a ditar as regras para o estabelecimento do poder simbólico e cultural.



### 3.1.2 A China começa a demonstrar sua força política internacional na ONU

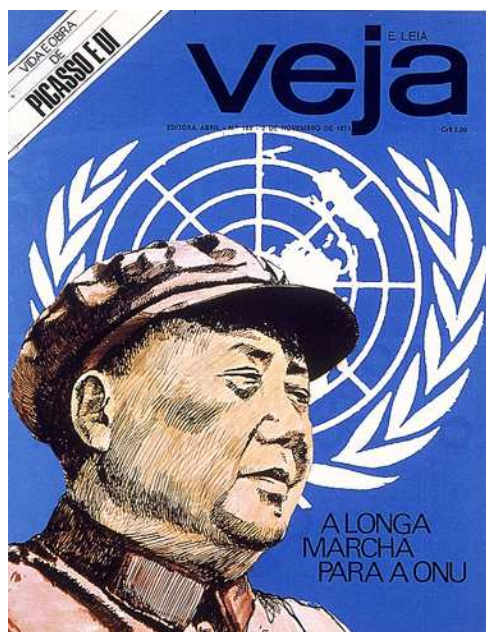


Figura 2 – Revista Veja: 03 de novembro de 1971

Na capa dessa edição (“A Longa Marcha para a ONU”), a figura de Mao Tsé-tung aparece à frente do emblema da ONU. Os louros existentes nesse emblema, que na imagem aparecem sobre a cabeça de Mao, remetem aos louros da vitória – como nos campeões olímpicos, nos heróis – do líder comunista ao chegar a ocupar uma cadeira permanente na ONU e ao derrubar o apoio internacional e a legitimidade da representação chinesa por Taiwan, seu principal inimigo.

O paradoxo é que a China conquistou esse lugar com o apoio do governo americano, que meses antes visitou o país, acenando para o mundo que sua posição quanto à verdadeira “China” estava começando a mudar. Antes disso, o apoio à República da China

(Taiwan) contra a República Popular da China (RPC) era a questão primordial da América durante a Guerra Fria. O apoio e proteção dos americanos, assim como dos japoneses, ajudaram no desenvolvimento de Taiwan, que ocupava o assento da China no Conselho de Segurança das Nações Unidas até a entrada dos comunistas chineses.

A Longa Marcha, presente no título da reportagem, foi um fato histórico da China e aconteceu no final de 1934, quando o Partido Comunista Chinês (PCC) agrupou mais de cem mil pessoas com o objetivo de encontrar uma nova base territorial em províncias afastadas do poder nacionalista dominante de Sun Yatsen. Assim, o título da reportagem aponta para a intertextualidade, como trabalhada pelas principais correntes semiológicas, ao fazer referência a marcha comunista liderada por Mao Tsé-tung que culminou com a instauração da República Popular da China (RPC). E também com a “cumplicidade”, o que Véron chama de “efeito de reconhecimento”, compartilhar um saber entre o veículo e seu leitor.

Para percorrer o Sudoeste da China, a Longa Marcha teve de atravessar rios e montanhas, evitando planícies e suas poucas rodovias. A maior parte do caminho, portanto, era feita subindo colinas e percorrendo vales, raramente em terreno plano. Na Longa Marcha, o alto comando do Exército Vermelho do PCC percorreu quase todo o caminho dormindo em liteiras carregadas por dois homens, enquanto a coluna seguia as trilhas rochosas atravessando colinas e arrozais. Geralmente, os líderes haviam passado a noite acordados lidando com problemas de serviço de informações, de logística, de pessoal e de estratégia em preparação para a marcha ou a luta do dia seguinte.

A Longa Marcha sempre apareceu um milagre, mais documentado do que Moisés levando seu Povo Escolhido através do Mar Vermelho. (Dez mil quilômetros em um ano equivalem a 27 quilômetros a cada dia). Como foi possível tantos soldados e organizadores do partido caminharem a pé tão longe e tão depressa? A resposta, é claro, é que apenas o líderes e uma proporção muito pequena de soldados fizeram todo o caminho (FAIRBANK, 2007, p. 282).

A velocidade de marcha era tão crucial que a linha cargueira original, de muitos quilômetros de comprimento, com seus milhares de carregadores portando equipamento pesado, arquivos, suprimentos e também soldados convalescentes, teve de ser descartado. No princípio foram listados 86 mil militares. Os que chegaram a Shaanxi no ano seguinte eram apenas uns poucos mil, embora muitos recrutas novos houvessem ingressado no Exército Vermelho ao longo do caminho. Daí em diante, os veteranos da Longa Marcha passaram a ser a aristocracia da Revolução.

A Longa Marcha também ajudou o novo líder comunista a surgir. Durante a Marcha, Mao já estava se distanciando de seus colegas. Assim que se tornou o Chefe Único, preferiu morar em aposentos separados do resto da liderança.

Se pudermos, por um momento, olhar tanto para trás como para frente, a ascensão de Mao Zedong ao poder nos lembra a fundação das dinastias Han, Tang e Ming. Em cada caso, um bando de líderes se organizou e trabalhou junto sob um líder principal. Uma vez formada, essa liderança mobilizou o povo em sua área para apoiar um esforço militar, derrubar tiranos ou expulsar estrangeiros da terra, em ambos os casos, uma causa popular (FAIRBANK, 2007, p. 284-285).

A admissão de Pequim e a expulsão de Taiwan (Formosa) do Conselho de Segurança da ONU possui um grande simbolismo, por isso esse fato ganhou a capa. Segundo a revista, a China, enfim, chegava a poucos passos do término de sua marcha. E ficava claro que as maiores arrancadas tinham sido dadas fora da ONU: o fim da Revolução Cultural, a campanha de Chu En-lai para quebrar o isolamento chinês, o ritmo cada vez mais rápido com que governos ocidentais trocaram embaixadas com Pequim, a guinada fundamental

na política exterior americana com a visita de Richard Nixon ao país depois de 22 anos de afastamento.

Dentro dos Estados Unidos, entretanto, uma onda de indignação se levantou contra a decisão da ONU. O próprio Nixon, ressentido, condenou a "animosidade pessoal" de alguns delegados contra a representação americana.

Foi um momento de infâmia, declarava, logo após a sua derrota por 76 votos contra 35 e 17 abstenções, o delegado americano George Bush, numa opinião oposta à de muitos delegados africanos e asiáticos, que dançavam, riam ou gritavam no que lhes parecia uma hora de glória. "A ONU", acrescentou Bush, "acaba de cruzar uma ponte muito perigosa." (..) O secretário Rogers chamou a decisão de "lamentável". A desilusão de muitos americanos, inclusive, induziu alguns políticos, como o senador Barry Goldwater e o governador George Wallace, a insistirem no tema de que a ONU deveria retirar sua sede do território americano<sup>24</sup>.

Entretanto, a opinião dos novos membros nunca chegaram a predominar. Sem formar um bloco compacto, sua maioria numérica tem permanecido sem expressão. Por outro lado, o fim da Guerra Fria aproximou americanos e russos, tornando seus interesses, em relação aos pequenos, cada vez mais coincidentes. É essa a situação que a entrada de Pequim pode mudar. Em sua primeira declaração oficial sobre a admissão, pela Rádio Pequim, anunciaram que não irão à ONU com propósitos de "grande". Nessa sua tentativa de assumir a liderança dos subdesenvolvidos e transformar sua superioridade numérica numa força mais efetiva, Pequim talvez force Washington e Moscou a reformularem sua atitude de indiferença para com os pequenos - só procurados, geralmente, nas raras ocasiões de votações muito importantes<sup>25</sup>. Aqui começa a se desenhar a oposição e a discriminação contra a China pela elite norte-americana e ocidental e a posição chinesa nas relações internacionais contemporâneas, que buscará o equilíbrio e a harmonia entre as nações, como conta (JIRU, 2004).

---

<sup>24</sup> Pequim na arena. **Veja**, São Paulo, nº 165, p. 30, 03 nov. 1971.

<sup>25</sup> Pequim na arena. **Veja**, São Paulo, nº 165, p. 30, 03 nov. 1971.

O equilíbrio e a harmonia estão associados às rubricas mestras que permeiam não apenas a filosofia como a praticamente todas as manifestações culturais do povo chinês através dos princípios do *yin* e do *yang* (GRANET, 1997). Ao *yang* corresponde o *yin* e vice-versa, como se vê na conhecida figura:



<b>Yang:</b>	claro	homem	ativo	céu	forte	duro
<b>Yin:</b>	escuro	mulher	passivo	terra	fraco	macio

Na figura do *taichi* (figura acima) observa-se que cada um deles contém a semente do outro. Os pólos são complementares, um não existe sem o outro. Em termos filosóficos, significa a inexistência de princípios absolutos. O predomínio de um pólo acarreta desequilíbrio, indesejável na natureza e na vida humana. Nesse sentido, pensamento chinês enfatiza que o equilíbrio entre o *yin* e o *yang* é a receita para a saúde física, social e mental. A civilização chinesa volta-se para a harmonia, sendo contrária à belicosidade e amante da paz. É chinês o ditado: não se faz prego com bom ferro, nem soldados com bons homens. A delicadeza dos rituais e mesmo dos homens, de caráter anti-belicoso. Tais características já eram percebidas pelos cronistas do século XVI, como Matteo Ricci:

Para lhe dizer a verdade, por mais que eu escrevesse a Vossa Excelência sobre os chineses, eu não diria que são homens de guerra, pois, tanto na aparência exterior como no íntimo do coração, são como mulheres: se alguém lhes mostra os dentes fazem-se humildes, e qualquer um que os sujeite pode pôr-lhes o pé no pescoço (SPENCE, 1998, p. 55).

De certo, com o desembarque de sua delegação e funcionários em Nova York, a China vai provocar, na cidade, um impacto quase

tão grande quanto o que causará dentro da ONU. A era do ostracismo chinês, aparentemente, caminha para um fim definitivo. E, entre os símbolos que servirão para marcá-lo, a chegada dos chineses a Nova York será com certeza o mais eloquente<sup>26</sup>.

### 3.1.3 O encontro presidencial mais aguardado do século



Figura 3 – Revista Veja: 23 de fevereiro de 1972

Em “Encontro de Pequim” de 23 de fevereiro de 1972, a edição traz esculturas caricaturadas em pedra do presidente norte-americano Richard Nixon e do presidente chinês Mao Tsé-tung num fundo vermelho. O vermelho é a cor da felicidade, do calor do fogo, da força e da fama. As noivas chinesas usam trajes vermelhos, e o pai de um filho recém-nascido distribui ovos vermelhos. Está associado à fonte de energia do universo, é estimulante e utilizado para canalizar e reter o ch'i, energia vital. Também é a cor da bandeira chinesa e do partido comunista chinês (PCC), e parece ser

---

<sup>26</sup> Após séculos de isolamento do Ocidente, os chineses, nesse período caminhavam para uma aproximação com outras nações, o que provocaria profundas transformações mundiais, como apontou Castells (1999).

essa vertente predominante. A época era de Guerra Fria e do auge da ditadura militar no Brasil. Os comunistas eram conhecidos como “os vermelhos”.

A reportagem começa com uma metáfora ao trazer a afirmação de que começa o diálogo entre o país mais poderoso e nação mais populosa da Terra, “numa aventura política comparável ao primeiro passo do homem na Lua”.

Ao contrário da visita secreta do presidente norte-americano em fevereiro de 1971, esse encontro promete ser bastante badalado. A data – na qual já se comemora o aniversário de George Washington – foi batizada pelo Congresso dos EUA de Dia de Oração Nacional pela Paz Mundial.

Mais do que uma grande tacada política, a visita foi um espetáculo<sup>27</sup> televisivo que acompanhou cada momento da preparação para o embarque do presidente Nixon e da primeira-dama no avião presidencial.

Um mês antes da viagem de Nixon, as duas principais cadeias de TV dos EUA - a CBS e a NBC - já haviam vendido a preço de ouro todo o espaço comercial da cobertura da visita. Ao longo da semana, horários especiais estão reservados para boletins diários de trinta a sessenta minutos, além da cobertura ao vivo de todas as cerimônias e passeios (apenas a visita à Grande Muralha está excluída do esquema de cobertura, devido a dificuldades técnicas). O custo dessa operação será exorbitante - mas nenhuma das três cadeias nacionais americanas ousou recusar as facilidades que a Casa Branca lhes ofereceu de maneira tão generosa<sup>28</sup>.

“A viagem é um acontecimento que sacudirá a Terra”, profetizou exaltado o líder do Partido Republicano no Senado, Hugh Scott, em entrevista à publicação. Antes de tudo, nunca dois homens que encarnam tão dramaticamente o conflito de forças da história

---

<sup>27</sup> O espetáculo na sociedade capitalista para Debord domina todas as esferas da vida humana. A visibilidade passa a ser imperativa e sua aceitação incontestável. Conforme Debord (1997): “Toda vida nas sociedades as quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (#1).

<sup>28</sup> Encontro de Pequim. **Veja**, São Paulo, nº. 181, p. 44, 23 fev. 1972.

moderna, como Richard Nixon e Mao Tsé-tung, aproximaram-se, em pé de igualdade, para alterar a estrutura do poder mundial. Instantes antes de seu embarque, no entanto, o próprio Nixon falava com grande serenidade: "Não temos a ilusão de que vinte anos de hostilidade sejam eliminados com uma semana de conversações"<sup>29</sup>.

O espírito da Guerra Fria, mesmo com o seu fim declarado, ainda persistia. Enquanto estiver na China, Nixon teria condições para ordenar um imediato ataque nuclear: basta pedir o código necessário para ativar o arsenal nuclear a um funcionário que o acompanhará permanentemente.

Em torno da visita presidencial, entretanto, havia um silêncio quase total, como conta o repórter de *Veja*. As repartições do governo estiveram fechadas durante os dias de festa do Ano Novo Chinês, tornando difícil a obtenção de informações mais detalhadas sobre o programa oficial, que, até o final da semana, continuava parcialmente mergulhado em mistério. Embora todo o noticiário local sobre a visita tenha dado pouca importância à visita, parece certo que a grande maioria da população adulta foi informada da chegada do presidente americano, através das três reuniões políticas semanais a que assistem normalmente. "Contudo, raros são os que têm alguma noção de sua aparência: segundo alguns velhos residentes estrangeiros na China, a imprensa jamais publicou uma foto de Nixon"<sup>30</sup>. Conta Spence (1995, p. 590):

O presidente Nixon não foi recebido em Pequim, como alguns de seus assessores esperavam, por grandes multidões de chineses entusiasmados, o que daria uma força via televisão, para a imagem dele junto aos americanos. Em vez disso, na manhã de 21 de fevereiro de 1972, e apertou a mão do premiê Zhou En-lai, havia apenas uma pequena fila de autoridades chinesas e uma guarda de honra vestida com simplicidade, embora impressionante. O desfile em automóvel até o local onde ficariam os americanos atravessou ruas vazias e a imensa praça *Tiananmen*, em frente à Cidade Proibida, também estava deserta.

---

<sup>29</sup> Encontro de Pequim. **Veja**, São Paulo, nº. 181, p. 44, 23 fev. 1972.

<sup>30</sup> O encontro de Pequim. **Veja**, São Paulo, nº 181, p. 47, 23 fev. 1972.



Para chegar do aeroporto a sua moradia em Pequim, Nixon precisa atravessar boa parte da cidade. Todos os cartazes que durante os últimos vinte anos denunciavam o imperialismo americano foram retirados. Um sinal de que o comunismo chinês estava se tornando cada vez mais aberto e flexível ao Ocidente. Da mesma forma, parece que também os americanos estão mais próximos dos chineses.

Isso se nota não apenas nos grandes vôos diplomáticos como nos detalhes mais prosaicos da vida americana: programam-se cruzeiros à China, surge um grande entusiasmo pela cozinha e moda chinesas, livros sobre o país de Mao são best-sellers garantidos<sup>31</sup>.

A aproximação diplomática que culmina com a visita do presidente norte-americano à China é devido ao trabalho de dois profissionais: o primeiro-ministro chinês Chu En-lai e o conselheiro presidencial para a Segurança Nacional dos Estados Unidos, Henry Kissinger. Chu En-lai quer romper o isolamento do comunismo chinês e abrir uma nova frente contra o comunismo soviético. Henry Kissinger abre uma nova fronteira no tabuleiro internacional, deixando sob ameaça de xeque a União Soviética. O clima da Guerra Fria sobrevive.

Chu En-lai tem uma experiência muito mais ampla e variada do que a de Henry Kissinger. "Nesse ponto, o ocidental de 48 anos é um neófito perto do oriental de 73. No entanto, o revolucionário e o conservador poderão encontrar uma linguagem comum"<sup>32</sup>. Kissinger já trazia em si solidamente alicerçados os fundamentos da teoria que hoje domina a política externa americana. Trata-se da noção do equilíbrio do poder<sup>33</sup>. Pelo menos na prática - e não na teoria - essa

---

<sup>31</sup> O encontro de Pequim. **Veja**, São Paulo, nº 181, p. 50, 23 fev. 1972.

<sup>32</sup> O encontro de Pequim. **Veja**, São Paulo, nº 181, p. 50, 23 fev. 1972.

noção pode muito bem ser compreendida e aceita por Chu En-lai, baseado na tradição cultural chinesa e nos seus estudos na Inglaterra, França e Alemanha.

Em uma passagem, o repórter José Roberto Guzzo afirma que a impressão dos estrangeiros é de uma China poderosamente uniforme ou de uma terra de profundos contrastes, e não igualdades: o povo chinês e o mundo por ele criado seriam na essência qualitativamente diversos de todos os outros povos e de todo o resto do mundo.

Nada tão enganoso quanto as duas elaborações. Nem a China é absolutamente igual a si mesma, nem a alma de seu povo ou sua vida concreta diferem tanto de outras almas e outras vidas. Nisso reside sua força e sua fraqueza. Na verdade, ainda que tenha optado por um regime minoritário no universo, a China surge como um grande resumo compacto de toda a experiência humana contemporânea. Esse é o segredo do fascínio e também da repulsa que a China desperta em todos os que não são chineses. No entanto, é enganoso julgar que todos ou quase todos os chineses são iguais, por dedicarem o máximo de seus esforços ao trabalho ou se vestirem do mesmo jeito. Exatamente por todos usarem as mesmas roupas, as diferenças individuais acabam aparecendo mais. Em suma, a China é uma terra de contrastes<sup>34</sup>.

---

<sup>33</sup> Conforme a reportagem: "A regra principal do equilíbrio do poder, em que Metternich foi mestre, reza que, quando as nações entram na arena da política internacional, elas agem como Estados-nações. Não são governos revolucionários ou conservadores, direitistas ou esquerdistas. E sim entidades dispostas ao compromisso, maleáveis, tendentes a negociar quando ameaçadas pelo uso da força. Conservadores e revolucionários podem assim entender-se, em benefício mútuo, tendente a favorecer o mais forte. Casos raros são os movimentos ultra-radicais, que pretendem alterar o equilíbrio do poder. A arma a utilizar contra eles não é a ameaça - e sim o uso da força, até reduzir o adversário à necessidade da negociação". Parece que essa lógica norte-americana sobreviveu até os dias atuais.

<sup>34</sup> O encontro de Pequim. **Veja**, São Paulo, nº 181, p. 47, 23 fev. 1972.

### 3.1.4 Encontro sino-americano representa um passo rumo a um novo mundo



Figura 4 – Revista Veja: 01 de março de 1972

A capa dessa revista (“Sorrisos em Pequim”) traz fotos reais dos personagens, não caricaturas, esculturas ou desenhos representativos. Pela primeira vez, houve a valorização do homem chinês na capa da publicação. Mao Tsé-tung aparece do lado esquerdo portando seu traje comunista tradicional e Richard Nixon, do lado direito, de terno escuro, conforme etiqueta ocidental. Pela foto, parece que Mao está mais voltado e aberto ao seu interlocutor esticando o braço para cumprimentar Nixon que se apresenta de forma mais contida. Essa imagem pode querer representar a predisposição da China em se abrir aos Estados Unidos e ao Ocidente. O título “Sorrisos em Pequim” demonstra o clima amistoso do encontro presidencial.

A reportagem acontece em tom de crônica. José Roberto Guzzo, enviado especial de VEJA à China, percorreu desde o momento em que Richard Nixon desceu as escadas do avião presidencial em Pequim, até o embarque da comitiva americana para Hangchow e Xangai, ponto de despedida de Nixon da China.

Há dois pontos marcantes nesse relato. O primeiro deles é que durante a visita, o primeiro-ministro chinês Chu En-Lai praticamente mostrou a Nixon que está disposto ao restabelecimento das relações diplomáticas e excluiu a guerra como meio de resolver as diferenças entre os dois países. Nixon, após indicar que os resultados das negociações de Pequim poderiam mudar o mundo e "aumentar incomensuravelmente as chances da paz mundial", propôs uma longa marcha junto com a China, "em estradas diferentes levando ao mesmo destino". E no seu brinde surpreendeu a todo mundo, com a citação famosa de Mao: "Certas tarefas gritam para ser feitas e sempre com urgência. O mundo gira. O tempo passa. Dez mil anos é muito tempo. Aproveite o dia. Aproveite a hora". Segundo Nixon, aquele era o dia e aquela era a hora de "construir um mundo novo e melhor"<sup>35</sup>.

O outro é que, um pouco antes que terminasse esse encontro, é o "Diário do Povo" surpreendeu todos com a extensa cobertura das atividades de Nixon na China. Foram publicadas duas páginas e meia e sete fotografias, algo nunca visto no sisudo jornal de seis páginas e 2 milhões de exemplares diários.

Até então, a imprensa chinesa tinha guardado silêncio: a rádio só deu uma curta notícia da chegada de Nixon, com oito horas de atraso. E o jornal não publicara nada. Quanto à televisão, mesmo depois do degelo, sempre apresentou seus noticiários no dia seguinte ao dos acontecimentos<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> A visita da paz. **Veja**, São Paulo, nº 182, p. 36, 01 mar. 1972.

<sup>36</sup> A visita da paz. **Veja**, São Paulo, nº 182, p. 41, 01 mar. 1972.

Nixon chegou a um entendimento com os líderes chineses, mas o término da visita não culminou a assinatura de um tratado de cooperação, como era de se esperar. O que ocorreria somente no início de 1979. Mas, "ao que tudo indica, os primeiros passos na direção de uma paz mundial já foram dados"<sup>37</sup>.

Essa edição da revista *Veja* encerra um ciclo de reportagens de capa sobre a reaproximação da China com os Estados Unidos, ocorrido no início da década de 70. Em tempos de Guerra Fria, os Estados Unidos estavam à procura de alianças, sobretudo nos países fronteiriços à URSS. Como a China havia rompido recentemente com os comunistas de Moscou, aproximar-se do país mostrou-se fundamentalmente estratégico para os norte-americanos, além de representar um acesso a um mercado gigantesco para os seus produtos. Essa aproximação vai se intensificar nas próximas décadas na medida em que a China começava a atrair tecnologia e recursos de empresas ocidentais, sobretudo norte-americanas. Atualmente, os Estados Unidos e China possuem suas economias funcionando em profunda simbiose, refletindo uma dependência mútua.

A China só voltaria a ser tema de uma capa quando voltou a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil em agosto de 1974.

---

<sup>37</sup> A visita da paz. **Veja**, São Paulo, nº 182, p. 41, 01 mar. 1972.

### 3.1.5 O fortalecimento das relações Brasil-China



Figura 5 – Revista Veja: 21 de agosto de 1974

Essa capa (“Brasil-China: do comércio à diplomacia”) traz um membro do partido comunista, Chen Chieh, vice-ministro do Comércio Exterior chinês, que veio ao Brasil oito dias antes frente à missão comercial, que acabou culminando com a assinatura do Comunicado Conjunto de Relações Diplomáticas entre Brasil e China. Na imagem da capa, estereótipos chineses são ressaltados como o uniforme comunista em tom acinzentado, os olhos puxados e o sorriso, num realce ao “desconcertante jeito oriental de reservar o mesmo sorriso para todas as ocasiões”<sup>38</sup>. Portanto, há um nítido mal-estar com a vestimenta, os costumes e a cultura do país que naquele momento se aproximava do Brasil – tomava um cafezinho, produto típico brasileiro – com a declaração do ministro das Relações

<sup>38</sup> O pragmatismo sorridente. **Veja**, São Paulo, nº 311, p. 24, 21 ago. 1974.

Exteriores, Antônio Francisco Azeredo da Silveira no Palácio do Planalto.

As relações diplomáticas do Brasil com a China datam da abertura do Consulado brasileiro em Cantão, no ano de 1843, conforme Silva (1989). Em 1880, o Brasil assinaria o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com a China. As relações se seguiram até a ocupação do território chinês continental pelos exércitos maoístas na revolução de 1949.

A primeira missão enviada pelo Brasil à China ocorreu em 1961, liderada pelo próprio vice-presidente João Goulart. Em 1962, veio ao Brasil uma delegação do Banco da República Popular da China, e um ano depois foi autorizada a abertura de um escritório do Conselho de Expansão do Comércio Exterior da China no Brasil. Com o golpe de 64, ocorreria o primeiro incidente diplomático entre os dois países. Os nove representantes desse Conselho foram presos e condenados a dez anos de prisão, apesar da “inexistência total de provas e indícios autênticos” (PINTO apud SILVA, 1989, p. 194). Logo depois, o Congresso, sob o regime militar, rejeitaria um acordo comercial com a China.

Na década de 70, com as políticas do partido comunista, a China começa a emergir como uma das grandes potências mundiais, ao lado dos EUA, URSS, Europa Ocidental e Japão, conforme Kennedy (1989, p. 393). Desde a abertura político-econômica ocorrida depois da década de 70, todos os países do mundo voltam-se para a China em busca de melhores oportunidades comerciais. No período de 1971 a 1973, a China estabeleceu relações diplomáticas com 31 países, e retomou relações com outros nove. Os contatos com o Brasil começaram a se estreitar por intermédio de uma série de missões comerciais à China, que culminariam na assinatura do Comunicado Conjunto de Relações Diplomáticas no Palácio do Itamaraty, em 16 de agosto de 1974.

O discurso do Chanceler brasileiro, Ministro Azeredo da Silveira, no ato de estabelecimento de relações diplomáticas, já deixava claro os antagonismos existentes e previa a convergência de interesses dos dois países:

Nossos Governos têm enfoques distintos para a condução dos seus respectivos destinos nacionais. Ambos consideramos, no entanto, que é um direito inalienável de cada povo o de escolher o seu próprio destino. O que é fundamental, sim, é que nas suas relações internacionais os Governos estejam dispostos a, efetivamente, respeitar esse direito.

O Brasil e a República Popular da China convergem nesse propósito. Fundamos nosso relacionamento nos princípios de respeito mútuo à soberania e de não-intervenção nos assuntos internos do outro país. Estes são os alicerces da nossa amizade (CABRAL FILHO, 2001, p. 2-3).

Desde então, os dois países mantêm uma relação equilibrada, baseada nos Cinco Princípios de Coexistência: “respeito mútuo à soberania e à integridade territorial, não agressão, não intervenção nos assuntos internos, igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica” (CABRAL FILHO, 2000, p. 6). A agenda de cooperação internacional, que sempre esteve presente nas políticas externas dos dois países, visava principalmente à “criação de um ambiente internacional pacífico, estável e favorável ao desenvolvimento” (CABRAL FILHO, 2001, p. 4).

Nos primeiros anos da década de 1990, os líderes dos dois países chegaram ao consenso de estabelecer uma união duradoura, estável e de benefício mútuo. Assim, o Brasil tornou-se o primeiro país em desenvolvimento com quem a China estabeleceu uma sólida parceria estratégica. As altas autoridades dos dois países trocaram visitas, com relativa freqüência, desde a assinatura do acordo, o que aumentou o conhecimento e a confiança mútuos. O presidente da China, Jiang Zemin, visitou duas vezes o Brasil, nos anos de 1993 e 2001. O presidente Fernando Henrique Cardoso também visitou a China no ano de 1995.



Em 2004, o presidente Luís Inácio Lula da Silva esteve em visita oficial à China, acompanhado de uma comitiva de 400 empresários. Nessa viagem, foram assinados dezenas de acordos oficiais, que envolviam desde a facilitação na concessão de vistos de negócios e investimentos chineses em obras de infra-estrutura no Brasil, até a ampliação do comércio bilateral e cooperação em programas de satélites. Em discurso proferido em rede nacional, no dia de seu embarque para a China, 23 de maio de 2004, o presidente Lula afirmou que faria a viagem mais importante de seu governo, buscando estreitar, sobretudo, os laços comerciais com os chineses, para estimular o crescimento econômico e gerar empregos no Brasil. Porém, essa viagem e as relações sino-brasileiras não se resumem ao aspecto econômico. O próprio presidente Lula anunciou dias antes de seu embarque:

Estamos completando 30 anos de boas relações entre o Estado brasileiro e o Estado chinês. E que há uma determinação dos dois países que nossas relações têm que ser relações estratégicas, pensadas não apenas do ponto de vista comercial, mas do ponto de vista tecnológico, militar, cultural, que seja uma aliança efetivamente ampla <sup>39</sup>.

As relações entre Brasil e China tornam-se cada vez mais abrangentes no aspecto científico e tecnológico, cultural e educacional. Em comemoração dos 25 anos do estabelecimento das relações diplomáticas, no ano de 1999, pôde-se reconhecer o primeiro grande resultado da cooperação científica entre os dois maiores países em desenvolvimento, com o lançamento do satélite sino-brasileiro de levantamento de recursos da terra (*Chinese-Brazilian Earth Resources* – CBER), conforme Cabral Filho (2000, p. 7). Em 2003, aproximadamente 10 milhões de brasileiros visitaram a exposição “Os Guerreiros de Xi’an e os Tesouros da Cidade Proibida”,

---

<sup>39</sup> Entrevista coletiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a jornalistas, no dia 11 de maio de 2004.

em São Paulo, em que puderam conhecer um pouco mais da história e da arte chinesas através dos guerreiros de terracota e objetos da Dinastia Qin de 220 a.C. Em comemoração aos 30 anos de relações diplomáticas, ocorreu também uma aproximação cultural entre Brasil e China com a exposição “Amazônia: tradições nativas” na Cidade Proibida com coleções de arte plumária – cocares e vestimentas rituais e de arqueologia amazônica, além de vídeos com cenas do cotidiano das tribos indígenas, que atraíram a atenção dos orientais.

O desenvolvimento da China, na Ásia, e do Brasil, na América Latina, e o fortalecimento da relação sino-brasileira devem estabelecer um novo funcionamento do sistema internacional, fazendo frente à supremacia norte-americana. Severino Cabral acredita que:

Nessa construção, estratégica para o futuro do mundo no século XXI, o Brasil e a China, como os dois maiores países em desenvolvimento teriam o potencial nacional para agregarem esforços e alicerçarem o fundamento de uma nova ordem internacional” (CABRAL FILHO, 2001, p.5).

O embaixador brasileiro na China, Afonso Celso Ouro Preto, também concorda com essa visão: “A parceria Brasil-China é capaz de mudar o tabuleiro da política internacional e fragilizar a hegemonia dos Estados Unidos”<sup>40</sup>. Um editorial do jornal inglês *Financial Times*, considerado um dos mais importantes jornais do mundo, comenta a viagem do presidente Lula à China e observa que “a ampliação dos laços entre chineses e brasileiros representa uma ameaça à posição hegemônica que os Estados Unidos ocupam atualmente no cenário internacional”<sup>41</sup>. O ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, contudo, acredita que não há motivos para os americanos se incomodarem: “Os Estados Unidos são grandes demais para ficarem

---

<sup>40</sup> LULA inicia visita à China em busca de grandes parcerias. Gazeta do Povo, Curitiba, 23 de maio de 2004, Caderno Especial Brasil-China, p. 17.

<sup>41</sup> PARCERIA não é ameaça aos EUA, diz Amorim. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 de maio de 2004. p. A5.

preocupados”<sup>42</sup>. Se essa aproximação pode mudar a ordem hegemônica internacional, há inúmeras dificuldades, como as oscilações na economia mundial e o distanciamento cultural e lingüístico existentes entre os dois países. Segundo Mario Marconini, diretor executivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais:

Para o Brasil, o melhor é encarar a China principalmente como uma grande oportunidade de diversificar mercados. (...) o potencial de cooperação entre os dois países é grande, mas transformar isso numa relação estratégica forte é mais complicado <sup>43</sup>.

### 3.1.6 Morre o Grande Timoneiro



Figura 6 – Revista Veja: 15 de setembro de 1976

<sup>42</sup> PARCERIA não é ameaça aos EUA, diz Amorim. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 de maio de 2. p. A5.

<sup>43</sup> SOARES, Lucila. O que esperar da China. Revista Veja. São Paulo, edição 1854, ano 37, nº 20, 19 de maio de 2004. p. 98.

<sup>7</sup> SOUZA et al. *Análise das Relações Econômicas entre China e Brasil*. Trabalho de pesquisa para a disciplina de Metodologia Científica do curso de Relações Internacionais. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo. 2003. p. 18.

Dessa vez, a revista *Veja* ("A morte de Mao") imprime em sua capa uma foto, não um desenho, uma estátua ou caricatura de Mao Tsé-tung. Parecendo querer humanizá-lo no momento da morte, Mao se assemelha a qualquer outra pessoa, mas pela sua grandiosidade torna-se um mártir. E o que vem após a sua morte? "Um futuro de incertezas" <sup>44</sup>, responde a reportagem, já que radicais - geralmente fortes nos meios de comunicação e nas escolas - defendem lutam pelo primado da ideologia comunista sobre as considerações de crescimento econômico.

A morte de Mao Tsé-tung definitivamente representou um marco na história chinesa moderna e causou comoção nacional, como conta a reportagem:

Homens e mulheres de todas as idades, jovens e crianças choravam em lojas, nas praças, em postos médicos, dentro dos ônibus. Depois, começaram a aparecer as faixas pretas nos ombros dos que usavam trajes claros, e flores de tecido nos que se vestiam de branco. Muitos usavam na roupa um crisântemo branco - símbolo do luto e da dor na China<sup>45</sup>.

Nota-se que as sociedades contemporâneas têm, cada vez mais, reconduzido a morte de alguns notórios eleitos ao "mundo dos vivos", através de sua encenação midiática. Assim, a morte recupera o caráter público, condição que ela já teve na Idade Média, como conta Rondelli e Herschmann (2005).

A morte surge como principal pretexto para uma recuperação da vida quem morre, num ato biográfico que adquire cores específicas com o relato espetacularizado. (...) O morto famoso ingressa no mundo do espetáculo e passa a ter a sua vida editada e reeditada para usufruto e exemplo de quem permaneceu (RONDELLI; HERSCHMANN, 2005, p. 80).

---

<sup>44</sup> Apaga-se a última estrela. **Veja**, São Paulo, nº 419, p. 32-33, 15 set. 1976.

<sup>45</sup> Apaga-se a última estrela. **Veja**, São Paulo, nº 419, p. 30, 15 set. 1976.

Deste modo, é – especialmente a partir de sua morte – que a vida começa a ganhar sentido e o sujeito passa, então a habitar a memória, o imaginário social. E, a cobertura deste acontecimento parece produzir mais impacto e comoção social, na medida em que a audiência, se identifica com o “personagem” cuja trajetória de vida esteja sintonizada com os códigos e valores de ascensão dominantes da sociedade. Os leitores, após lerem a reportagem, poderiam se perguntar: “Seria a morte de Mao o prenúncio do fim do comunismo na China?”

Na historiografia tradicional chinesa, a iminência de profundas convulsões políticas conduzindo ao colapso de dinastias era usualmente anunciada por um cataclismo natural, como uma enchente ou um terremoto, ou por algum augúrio celestial. Meses antes da morte de Mao, um gigantesco meteoro espatifou-se contra a região nordeste e uma avassaladora sucessão de terremotos espalhou pelo país destruição e mortes ainda não avaliadas em toda a sua extensão. Quando os chineses receberam a notícia de que Mao Tsé-tung morrera de complicações decorrentes de sua longa enfermidade, em 9 de setembro, dez minutos depois da meia-noite, muitos devem ter ligado os acontecimentos (SPENCE, 1995, p. 607).

Mesmo com décadas de poder absoluto, a China pode relegar a Mao Tsé-tung o mérito de sua transformação e ascensão. A sua obsessão era tirar o país da humilhação e da fragilidade perante as potências estrangeiras, principalmente Inglaterra e Japão que dominavam o território chinês e massacravam física e moralmente o povo. O presidente Mao queria transformar a China em uma grande nação, o que de fato só viria acontecer depois de sua morte.

A fundação do Partido Comunista Chinês (PCC), de inspiração marxista-leninista, nas primeiras décadas do século XX foi o prelúdio de um movimento secreto e conspiratório para tomar o poder e guiar a China a esse objetivo.

A princípio, o Partido Comunista Chinês e o Partido Nacionalista (Guomindang) de Sun Yatsen tanto cooperaram como competiram na década de 1920 para esmagar os senhores da guerra, que tentavam reviver o império instaurando a desordem no país, e o imperialismo que comandava a economia e a administração dos portos (FAIRBANK, 2007). Essa revolução nacionalista bastante agressiva em seus primórdios também estimulou uma revolução social que visava mobilizar as massas de agricultores em defesa da terra.

Em 1922, Sun Yatsen, fora deposto do cargo de presidente da República Chinesa depois de começar a seguir os ensinamentos da Rússia soviética. Seu sucessor Chiang Kaishek começará a romper com os comunistas soviéticos e chineses, do grupo do PCC. Mas, ainda havia domínio japonês a ser combatido em várias províncias chinesas.

Nesse período, o PCC lutava para sobreviver nas aldeias, e só começou a ganhar expressão quanto substituiu a classe operária industrial e seus líderes urbanos pelos camponeses, modificando totalmente a sua teoria. A essa altura, Mao Tsé-tung, um dos fundadores do partido, já havia aceitado integralmente o conceito leninista de um movimento mundial contra o imperialismo capitalista na base de uma luta de classes, dessa vez da classe camponesa.

No final de 1934, o PCC iniciou a Longa Marcha, com o objetivo de encontrar uma nova base territorial na periferia do poder nacionalista. Já em Yan'an, no início da década de 40, os comunistas se esforçavam para unificar o partido, garantir a disciplina e começar a sua expansão. Fortalecido como líder, o pensamento de Mao, um marxismo chinês chamado de maoísmo, foi aclamado como guia do partido após a instauração da República Popular da China (RPC) em 1949.

Se por um lado, esse pensamento estava baseado no sentimento dominante de nacionalismo chinês, baseado no orgulho

cultural e histórico, o que significava que a China não poderia ser menosprezada por outrem (estrangeiro), por outro lados, chineses poderiam ser acusados e humilhados publicamente diante de uma platéia grande e em geral zombeteira que representava a comunidade. Os métodos de reforma do pensamento de Mao foram realizados pela primeira vez em 1942 em Yan'na, mas iriam se tornar muito familiares na história do regime, como conta Fairbank (2007, p. 300):

O indivíduo cujos pensamentos deviam ser reformados primeiramente era investigado e persuadido a descrever a si próprio e sua experiência de vida ao ponto em que o grupo poderia começar a criticá-lo. Na crítica de grupo de estudo, o indivíduo era imediatamente isolado e submetido às repreensões ou admoestações de todos os outros. Isso abalava a sua autoconfiança. (...) Cada vez mais pressionado, sem poder fugir da difamação de sua antiga pessoa, o indivíduo era levado a escrever confissões para analisar sua má conduta e seu desejo de mudar. A pressão era ainda maior se ele então fosse isolado na prisão – mas de papel que não poderia romper sem consequências terríveis. Dessa forma, a conseqüente obliteração de sua personalidade preparava-o para a etapa final de renascimento e reconciliação. Quando sua confissão era realmente aceita e o partido o recebia de volta à sua conveniência, ele talvez experimentasse uma tremenda euforia e disposição para aceitar a orientação do partido.

Quando o PCC assumiu o poder<sup>46</sup> em 1949 e instaurou a República Popular da China, a necessidade mais urgente era restabelecer o forte poder central de um Estado unificado e recriar seus valores e a estrutura social de acordo com os novos princípios do marxismo-leninismo de Mao. Para isso, eles deveriam estabelecer o controle sobre os pensamentos e o comportamento do povo chinês<sup>47</sup> e o pensamento crítico precisaria ser banido. Nas décadas de 1950, centenas de professores do sistema educacional foram submetidos a inúmeras reformas de pensamento.

---

<sup>46</sup> Nesse momento, o grupo de Chiang Kaishek é derrotado pelos comunistas e refugia-se na ilha de Taiwan.

<sup>47</sup> Esse hábito da era Mao ainda pôde ser observado recentemente durante as Olimpíadas de Pequim 2008, em que o governo distribuiu milhares de cartilhas para orientar os chineses como se comportar nos estádios, nas ruas e na relação com os turistas estrangeiros.

A cada um foi pedido que relatasse sua prévia subserviência ao imperialismo capitalista, se profundo senso de culpa por ter, portanto, traído o povo chinês e sobre sua gratidão ao presidente Mao por ter-lhes apresentado uma nova visão. Filhos de pais importantes foram induzidos a denunciá-los como reacionários. Cada confissão, quando aceita para publicação, oferecia uma explicação engenhosa de por que o réu, manchado com os males da antiga ordem, não podia mais servir como modelo para a juventude. Assim, os professores sofreram terrível humilhação e destruíram sua imagem pública (FAIRBANK, 2007, p. 334)

Os relatos dessa época ficam ainda mais impressionantes quando contados em tom pessoal, como o faz a chinesa Jung Chang em *Cisnes Selvagens* e em seguida na biografia de Mao Tsé-tung, em que ela revela a história do maior ditador da história mundial.

O discurso e o carisma de Mao Tsé-tung impulsionavam milhões de pessoas originárias da zona rural. Mas, entre 1958-1960, cerca de vinte a trinta milhões de pessoas morreram em virtude da desnutrição e da fome causadas por políticas econômicas pelo Partido Comunista Chinês, denominada de o Grande Salto para Frente. Avaliado pelas estatísticas, esse foi um dos maiores desastres da humanidade. "A situação econômica da China era tão grave e de difícil resolução que o presidente Mao teve de admitir sua falta de conhecimento em economia. O Grande Salto para Frente foi reconhecido como a catástrofe criada por Mao" (FAIRBANK, 2007, P. 343). Após alguma recuperação econômica no início da década de 1960, durante a fase revolucionária subsequente a China fechou-se de novo ao mundo externo, inclusive rompendo relações com a União Soviética.

Durante a última década de vida de Mao (1966-1976), a China viveu um complexo confronto político interno envolvendo cem milhões de pessoas. Nesse período da Revolução Cultural, Mao assumira prerrogativas de um imperador, como nas antigas dinastias chinesas. Promoveu e manipulou uma convulsão social, estimulando a juventude estudantil doutrinada pelas citações do presidente no "livro vermelho de Mao" a atacar os males institucionais e purificar a



China daqueles que abandonaram os objetos da revolução. “Com certa margem de erro, a taxa de eliminação entre os membros do partido era em torno de 60%. Estimou-se que cerca de quatrocentas mil pessoas morreram devido a maus-tratos” (FAIRBANK, 2007, P. 355). A Gangue dos Quatro, formada pela esposa de Mao, Jiang Qing e três companheiros dela no Grupo da Revolução Cultural, foi acusada de ter incriminado falsamente e perseguido mais de setecentas mil pessoas, das quais 35 mil foram condenadas à morte. Muitas outras ficaram incapacitadas física e mentalmente e um grande número cometeu suicídio (FAIRBANK, 2007, p. 356). Assim, Mao Tsé-tung eliminou certos funcionários que eram indiferentes aos seus programas e assegurou a aquiescência do partido representado por Zhou Enlai, Liu Shaoqi e Deng Xiaoping.

Tudo mudou com a morte de Mao e a derrota da extrema esquerda na metade da década de 70, com a derrubada do bando dos quatro. O regime comunista, liderado por Deng Xiaoping, abriu-se aos mercados ocidentais, à iniciativa privada e ao capital estrangeiro, privatizou empresas e promoveu a produtividade. Foram estabelecidas Zonas Econômicas Especiais, perto de Hong Kong e Macau, que ofereciam incentivos, como isenções tributárias, mão-de-obra e terras baratas.

A influência das Zonas Econômicas Especiais, entre outras iniciativas do Governo, logo se expandiu para mais regiões da China, promovendo um acelerado crescimento econômico. Essas experiências com o capitalismo provaram-se bem sucedidas, atraindo investimentos internacionais e a instalação de fábricas, gerando emprego, capital e uma nova classe consumidora, além de diminuir os níveis de pobreza de considerável parcela da população, como apresenta a próxima capa sobre a China, que só viria cerca de dez anos depois.

### 3.1.7 O despertar da China

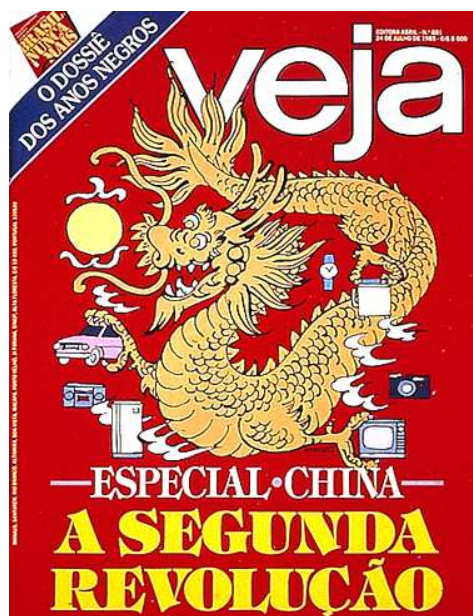


Figura 7 – Revista Veja: 24 de julho de 1985

A capa da revista de 21 de julho de 1985 (Especial China – “A Segunda Revolução”) retrata um dragão, símbolo tradicional da cultura chinesa, segurando com uma expressão de empolgação ao segurar os “Oito grandes” com a cor vermelha ao fundo. O título “A Segunda Revolução” trabalha com a intertextualidade ao fazer referência à Revolução Cultural – a primeira revolução –, que instituiu a República Popular da China (RPC). A reportagem, repleta de fotos amplas e coloridas, mostra a pressa e avidez do país pelas benesses crescimento econômico, e a “aventura [dos chineses] de conviver com o mundo exterior”<sup>48</sup>.

O título da reportagem “O despertar da China” remete a famosa frase de Napoleão Bonaparte: “A China é um gigante adormecido, quando despertar fará o mundo tremer”. Num artifício intertextual, a

<sup>48</sup> O despertar da China. **Veja**, São Paulo, nº 881, p. 58, 24 jul. 1985.

reportagem quer dizer que o país com mais de um bilhão de pessoas, “um gigante”, está acordando e entrando fortemente no capitalismo, já podendo causar tremores pelo mundo.

O milagre econômico chinês trouxe para o país produtos, serviços e tecnologias do Ocidente antes desconhecidas, como ilustra bem a capa da revista *Veja* com a figura do dragão ostentando vários objetos ocidentais antes inacessíveis. A quantidade de renda que chegava agora aos chineses que estavam se beneficiando das Quatro Modernizações e da nova liberação econômica levava uma demanda insaciável por bens de consumo. Nesse período, os “Quatro Necessários” (uma bicicleta, um rádio, um relógio e uma máquina de costura), que definiam os anseios materialistas sob o maoísmo, já não eram mais suficientes. A sociedade chinesa ansiava pelos “Oito Grandes”: uma televisão em cores, um refrigerador, um aparelho estereofônico, uma máquina fotográfica, uma motocicleta, mobília, uma máquina de lavar e um ventilador (SPENCE, 1995, P. 681).

É verdade que a revolução realizada pela liderança de Mao Tsé-tung fez, segundo suas próprias palavras, “sua pátria levantar-se dos próprios joelhos”, mas foi seu sucessor Deng Xiao-ping quem realmente transformou a China.

As “políticas de portas abertas”, instituída pelo líder comunista, tornariam a economia chinesa, uma das mais fortes do planeta já no final da década de 70 e colocariam a China entre as grandes potências mundiais, ao lado dos EUA, URSS, Europa Ocidental e Japão (KENNEDY, 1989, p. 393).

Deng Xiao-ping colocou em prática o “programa das quatro modernizações”: agricultura, indústria, defesa nacional e tecnologia, até o final do século XX, estimularia o investimento do governo e de empresas multinacionais no país. Criou zonas econômicas especiais, em que o capitalismo seria estimulado, pois defendia que: “Se a economia melhorar; outras políticas poderão ser bem-sucedidas, e a

fé do povo chinês no socialismo se intensificará. Em caso contrário, o socialismo estará ameaçado na China e também no resto do mundo” (CASTELLS, 1999, p. 352). Portanto, o que passou a imperar na China foi um “socialismo de mercado”, que possibilitou um crescimento médio nas últimas décadas de 9,5% ao ano.

Assim, o Governo continuaria nas mãos do partido comunista chinês, longe do modelo de democracia ocidental; porém, a abertura econômica nos moldes do capitalismo mundial transformou a experiência chinesa em única no mundo. Tu Wei-Ming (2002, p. 359) admite: “Essa identificação positiva [da China] com o Ocidente e a participação ativa na reestruturação fundamental do próprio mundo segundo o modelo ocidental não têm precedente na história humana”. Do mesmo modo, afirma o famoso sociólogo espanhol Castells (1999, p. 348): “O fato do Império do Meio, rompendo com um padrão milenar de isolamento, ter se incorporado deliberadamente ao resto do mundo mudou o curso da história universal”.

Contudo, a absorção da ciência, tecnologia e algumas práticas econômicas do Ocidente pela China e a expansão internacional do seu comércio foram acompanhados por um influxo de idéias políticas e valores ocidentais (FAIRBANK, 2007, p. 374).

Ao final da década de 1980, esse influxo converteu-se em uma onda gigantesca que varreu a China primeiro por meio de livros, viagens, telefone, filmes, rádio, televisão e fax e, em meados da década de 1990, através de e-mail, internet, celulares, propaganda e cultura popular do exterior. Além disso, o enfraquecimento deliberado de Deng das práticas ideológicas abriu espaço para a expressão intelectual, cultural e individual jamais visto na história moderna da China (FAIRBANK, 2007, p. 374).

Esse movimento talvez explique a ocorrência do violento massacre ocorrido na Praça da Paz Celestial (Tiananmen), que manchou a China no período Deng.

### 3.1.8 O massacre da Praça da Paz Celestial



Figura 8 – Revista Veja: 16 de junho de 1989

O violento massacre das manifestações pró-democracia realizadas por estudantes, professores e intelectuais em 1989 é a principal mancha na China que começou a ser desenhada com as reformas de Deng Xiaoping. Durante quase dois meses, entre meados de abril e início de junho, o regime comunista foi sujeito ao mais severo ataque interno desde sua instalação, desferido por milhares de pessoas que ocuparam a praça Tiananmen, que significa “Paz Celestial”.

O que começou como um ato para marcar a morte do líder comunista simpático a reformas democráticas Hu Yaobag, no dia 15 de abril, evoluiu para questionamento do próprio regime (TREVISAN, 2006, p. 180).

Durante semanas, mais de um milhão de estudantes acamparam na praça Tiananmen, que é o centro do poder na China: de um lado está a Cidade Proibida, de outro, o Grande Palácio do Povo, onde os presidentes costumam receber visitantes estrangeiros,

e, no centro, o mausoléu com o corpo embalsamado de Mao Tsé-tung.

No período que durou a manifestações, viu-se uma queda-de-braço de tensão crescente entre os dirigentes comunistas e os estudantes. Depois de várias tentativas sem sucesso da liderança do PCC para conter a manifestação, no dia 3 de junho, tarde da noite, o exército atacou sob a ordem do presidente Deng Xiaoping, como conta Spence (1995, p. 689):

Apoiadas por muitos tanques pesados e viaturas blindadas que passaram por cima das barricadas, esmagando quem caísse diante deles ou tentasse deter seu avanço, as tropas convergiram sobre Tiananmen pelas largas avenidas a leste a oeste da praça. Levando armas automáticas, eles atiravam aleatoriamente sobre as pessoas na rua, em que se movesse nos prédios vizinhos e nos que se aproximavam demais de suas posições (SPENCE, 1995, P. 689).

O massacre durou toda a madrugada e deixou um número não revelado de mortos. Veja chamou de “Noite dos assassinos” e continuou: “O movimento pela democracia é sufocado com um banho de sangue, milhares de pessoas são mortas e a ditadura festeja a paz dos cemitérios”<sup>49</sup>.

No Ocidente, o fim dos protestos de Tiananmen foi marcado pela imagem de um chinês solitário que bloqueia a passagem de uma fila de tanques, já depois da desocupação da praça, como estampado na capa da edição da revista *Veja* de 16 de junho de 1989 (“Fúria na China”). “O desconhecido de camisa branca”, durante seis minutos, impediu o avanço de dezesseis tanques, movendo-se como um toureiro cada vez que eles tentavam contorná-lo. A cena foi registrada por duas câmeras de uma televisão americana e estremeceu o mundo inteiro. Por fim, um grupo de pessoas avançou e tirou o homem a força do meio da avenida.

---

<sup>49</sup> O desconhecido de camisa branca. **Veja**, São Paulo, ano 22, nº 23, p. 48, 14 jun. 1989. É interessante registrar que branco é a cor de luto na China, e também significa silêncio, paz e leveza.

Há uma série de versões contraditórias sobre a identidade e o destino do manifestante, que foi batizado de O Rebelde Desconhecido ou o Homem Tanque. Entre elas, a de que foi preso e executado, como aconteceu com estudantes e professores que sobreviveram ao massacre. Muitos foram perseguidos, e os que não conseguiram fugir do país terminaram na prisão e, mesmo depois de libertados, continuaram a ser tratados como inimigos do regime ou contra-revolucionários, acusação equivalente à de alta traição (TREVISAN, 2006).

Referências ao massacre nunca apareceram na imprensa oficial chinesa e a data de seu aniversário, 4 de junho, é acompanhada do aumento de tensão e censura. Os dissidentes são colocados sob vigilância da polícia e é reforçada a segurança na praça e em seus arredores. Os noticiários das redes internacionais de notícia, como CNN e BBC, sai do ar cada vez que há menção ao episódio e as autoridades comunistas se comportam como se Tiananmen não tivesse existido (TREVISAN, 2006, p. 183).

A violenta repressão valeu à China a condenação unânime de países democráticos em todo o mundo – a revista chamou Deng Xiao ping de “o tirano travestido de reformista” -, a imposição do boicote à venda de armas que vigora até hoje e adoção de sanções econômicas, especialmente por parte dos Estados Unidos. O ritmo dos investimentos estrangeiros no país declinou, mas que acabou se normalizando nos anos seguintes, com a ampliação dos benefícios concedidos pelo governo.

Depois de 1989, nenhum movimento pró-democracia de proporções relevantes voltou a surgir na China. A principal razão do enfraquecimento de uma expressão interna de desejo de democracia na China foi o crescimento impetuoso da economia chinesa e a atração que exerceu sobre milhões de novos empreendedores urbanos e rurais chineses e investidores estrangeiros de todo o mundo (SPENCE, 1995). Porém, esse enorme crescimento acarretou

conseqüências indesejáveis como crescentes disparidades geográficas, desigualdade social, aumento das exigências e expectativas por parte da população, descontentamento da massa trabalhadora e danos ecológicos. Esses fatores têm potencial para provocar novos levantes sociais e instabilidade política que poderiam minar o extraordinário sucesso econômico ocorrido na China nas últimas décadas (FAIRBANK, 2007, p. 427). Se observarmos a história:

Repetidamente, o povo chinês comum, com pouca ou nenhuma instrução e sem nenhuma ideologia orientadora em particular, levantara-se contra os que o oprimiam ou exploravam. Sonhos vagos de uma vida melhor, um senso inato de desesperança, condições de vida miseráveis, tudo isso se revelara estímulo potente para a ação contra governos manifestamente negligentes e inflexíveis. E aqueles sem armas que queriam matar soldados tinham de usar suas próprias mãos até tomar os arsenais do inimigo. Os rebeldes camponeses do período Mng tardio, os seguidores desesperados das seitas de Wang Lun, Lin Qing ou do Lótus Branco, os *nians*, os boxers, camponeses e operários de Hunan ou Xangai no século XX, todos mostravam que havia limites para as indignidades que estavam dispostos a suportar (SPENCE, 1995, p. 693).

A própria reportagem de Veja ressalta o pensamento de Hanna Arendt, depois de outra revolta popular contra a opressão, a de 1956 na Hungria. "A natureza humana é imutável", escreveu ela. "Mesmo na ausência de todo ensinamento e na presença da doutrinação esmagadora, um anseio de liberdade e verdade sempre surgirá do coração e da mente do homem"<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> O desconhecido de camisa branca. **Veja**, São Paulo, ano 22, nº 23, p. 46, 14 jun. 1989.



### 3.1.9 A próxima potência mundial



Figura 9 – Revista Veja: 22 de outubro de 2003

A capa da edição de 22 de outubro de 2003 traz imagens do astronauta chinês ao lado de guerreiros de terracota do século III a.C com o título em destaque: “A próxima potência – Em 30 anos, a China será a maior economia do mundo”. Nesse mesmo ano, aproximadamente 10 milhões de brasileiros visitaram a exposição “Os Guerreiros de Xi’an e os Tesouros da Cidade Proibida”, em São Paulo, em que puderam conhecer um pouco mais da história e da arte chinesas através dos guerreiros de terracota e objetos da Dinastia Qin de 220 a.C. Anos depois em Londres, a exposição com os guerreiros de terracota denominada *The First Emperor: China's Terracotta Army* ("O Primeiro Imperador: o Exército de Terracota da China", tradução livre) bateu recorde de público no Museu de Londres. Antes mesmo de a mostra ter início, 135 mil ingressos já haviam sido vendidos, um número nunca registrado pelo museu antes de uma exposição começar.

Ao fundo das ilustrações da capa há uma estilização da bandeira da República Popular da China, instituída pelo Partido Comunista. Assim, ao lado exaltação econômica da China marca-se fortemente na capa a ideologia política comunista que impera no país – um traço de diferença –, combatida pelos valores hegemônicos que imperam na mentalidade ocidental. Esse valor ideológico perpetua-se ao lado da exaltação da economia chinesa e da demarcação de traços exóticos de sua cultura milenar, como na imagem da capa em que os guerreiros de terracota dominam a cena ficando à frente do astronauta, representante da evolução tecnológica do país.

Historicamente, todo o Oriente é reconhecido pelo pensamento ocidental pela sua estranheza, excentricidade e exotismo. Os meios de comunicação reforçaram ainda mais esses estereótipos.

Um aspecto do mundo eletrônico pós-moderno é que houve um reforço dos estereótipos pelos quais o Oriente é visto. A televisão, os filmes e todo os recursos da mídia têm forçado as informações a se ajustar em moldes cada vez mais padronizados. No que diz respeito ao Oriente, a padronização e os estereótipos culturais intensificaram o domínio da demonologia imaginativa e acadêmica do “misterioso Oriente” do século XIX (SAID, 2007, p. 58).

No século XX, todos os países asiáticos, inclusive a China, representava a desagradável probabilidade de uma súbita explosão que destruiria o “nosso” mundo, como disse John Buchan em 1922:

A terra está fervilhando com um poder incoerente e uma inteligência desorganizada. Já refletiram sobre o caso da China? Lá temos milhões de cérebros ativos abafados em tarefas ordinárias. Eles não têm direção, nem força motora, assim a soma de seus esforços é fútil e o mundo ri da China”. (SAID, 2007, p. 338).

Porém, a China assimilou a técnica racional do Ocidente, organizou-se e, atualmente, todos olham com espanto e entusiasmo para o ritmo de seu crescimento econômico.

Desse modo, a mídia reforça a idéia de que a China desponta como a próxima superpotência mundial. A experiência chinesa adotou

o desempenho proporcionado pelo desenvolvimento econômico em ascensão e a legitimidade nacionalista, proporcionada pela invocação das características próprias de sua cultura. O líder socialista, Deng Xiaoping, construiu uma ampla reforma e implantou a diretriz de construir uma economia nacional forte, baseada no programa das Quatro Grandes Modernizações: agricultura, indústria, ciência técnica e defesa nacional. Nas últimas décadas, o êxito dessas políticas se concretizou num concentrado e extraordinário ciclo de crescimento econômico e industrial a uma taxa média anual de 10%, levando a China a ocupar posição junto aos líderes da economia mundial. Segundo estudos de bancos de investimentos mundiais como o Goldman Sachs, a China se tornará a maior potência econômica mundial nas próximas décadas por volta do ano 2020<sup>51</sup>. A matéria descreve a trajetória da República Popular da China (RPC) desde a sua instituição pelo líder comunista Mao Tsé-tung e apresenta as excelentes projeções de respeitadas institutos e bancos internacionais sobre a economia chinesa para as próximas décadas, apresentando o inacreditável avanço tecnológico do país.

A China, com sucesso do seu “capitalismo com características chinesas” - mercado aberto, governo fechado -, mostrada pela mídia, legitima os valores ocidentais de mercado e consumo. Com um mercado de consumidores da ordem de 120 milhões de pessoas, que podem chegar à 700 milhões até 2015, segundo estimativas<sup>52</sup>, e o contínuo desenvolvimento da sua indústria, a China tornou-se sem dúvida a “celebridade” do projeto capitalista neoliberal, apresentada a todo momento pela mídia ocidental.

O país vem deixando para trás a imagem da Guerra fria; o contraste entre o Ocidente (norte-americano) capitalista farto e próspero e o Oriente (soviético; chinês) socialista sombrio e atrasado. Renovou as concepções liberalistas ocidentais, pois na China a falta

---

<sup>51</sup> As ambições do planeta China. **Veja**, São Paulo, ano 36, nº 42, p. 125, 22 out. 2003.

<sup>52</sup> Ver 800 milhões de novos consumidores. **Revista Exame**. Edição 873. Ano 40. Nº15. 02 de agosto de 2006.

de liberdade política presente ainda na sociedade chinesa não está intimamente ligada à asfixia da liberdade do consumidor, como em Slater (2002). A mão forte do Estado também não coibiu a “soberania do consumidor”, ao contrário, possibilitou a atual prosperidade econômica da nação por intermédio de enormes subsídios, empréstimos e concessões.

A abertura do mercado chinês para o Ocidente a partir da metade do século XX sempre está profundamente centrada no pragmatismo chinês: “Não importa se o gato é branco ou preto, contanto que pegue o rato”. Daí o “socialismo de mercado” ou “capitalismo com características chinesas”. Assim, mais importante que definições político-econômicas são a harmonia e a prosperidade nacional com a evolução da sociedade chinesa, para se constituir a “sociedade harmônica”, atual slogan político do país.

Essa trajetória desenvolvimentista de prosperidade econômica e modernização tecnológica sempre visou preservar o socialismo, ou seja, o poder; o controle e a influência do Partido Comunista, como representante do povo chinês. “Se a economia melhorar; outras políticas poderão ser bem-sucedidas e a fé do povo chinês no socialismo se intensificará. Em caso contrário, o socialismo estará ameaçado na China e também no resto do mundo”, fala o presidente Deng Xiaoping no 13º Comitê Central em 1990 (CASTELLS, 1999, P. 349).

É disso que o discurso da revista *Veja* parece se ressentir, sem aceitar as políticas do partido comunista e da forte tradição cultural chinesa, mesmo com os extraordinários avanços no campo econômico.

### 3.1.10 Império China



Figura 10 – Revista Veja: 09 de agosto de 2006

A capa dessa edição com o título “China – Uma equipe foi ver como os chineses estão construindo seu império global” apresenta um enorme e imponente dragão, figura tradicional da cultura chinesa, estrangulando o mundo, com garras afiadas prontas a atacar ameaçadoramente o globo. O interior da revista surpreende pelas mais de cem páginas da reportagem especial dedicadas a desvendar “a reinvenção do mundo pelos chineses”. A visão de ameaça e perigo amarelo que imperou no imaginário do Ocidente durante séculos torna-se evidente na mensagem da revista. A China é apresentada como um grande ator social dotado de uma força e superioridade inigualável, que vem dominar e subjugar o mundo, segundo suas próprias concepções e valores. “Parece evidente que, como a China foi humilhada pelo Ocidente imperialista por mais de um século, a

vingança deve ser a maior motivação da China para reestruturar a ordem mundial (MING, 2002, p. 364).

Deve-se ressaltar que, a China se inseriu na lógica capitalista global e caminha para se tornar a próxima potência mundial, reestruturando seu próprio mundo segundo o modelo ocidental, sem deixar de lado valores tradicionais de sua cultura e de sua sociedade (MING, 2002, p. 17). Porém, a diversidade da China é amplamente percebida nos meios de comunicação de massa internacionais como uma ameaça, não como uma oportunidade. “Parece evidente que, como a China foi humilhada pelo Ocidente imperialista por mais de um século, a vingança deve ser a maior motivação da China para reestruturar a ordem mundial” (MING, 2002, p. 364). Contudo, como a China reconhece a diversidade do mundo e tem seguido nas relações internacionais os Cinco Princípios da Coexistência: respeito mútuo à soberania e integridade territorial, não agressão, não intervenção nos assuntos internos, igualdade e benefícios recíprocos e coexistência pacífica. Segundo Shen Jiru (2004, p. 341), o país busca fazer sua parte na luta contra a hegemonia, por meio de diálogos, negociações e cooperação, enquanto incentiva a formação da estrutura mundial multipolar em conjunto com outros países.

Este século XX não somente vira uma nova página do livro do mundo como também dá início a outro espantoso capítulo. Desdobram-se para o Homem panoramas de estranhos futuros, de outras culturas universais a que a Europa não está muito afeita, de responsabilidades ainda não imaginadas para as nações e as raças. O problema chinês, de per si, já é tão vasto que nenhuma nação se pode permitir ignorá-lo. Nós particularmente, na América, devemos enfrentá-lo do Pacífico, e dominá-lo para não sermos por ele dominados. E a única maneira de dominá-lo será esforçando-nos com paciente simpatia por compreender os elementos melhores, mais promissores e mais humanos nele contidos (CAMPOS APUD CABRAL, 2001).

Num esforço para tranquilizar o mundo, os líderes nacionais mencionam a “ascensão pacífica” da China, ou seja, que a China se converterá em uma potência mundial sem causar distúrbios na comunidade internacional (FAIRBANK, 2005, P. 420). Os conceitos

de harmonia, paz e união da tradição confuciana no século XXI são projetados insistentemente nos discursos dos líderes chineses e da imprensa ligada ao partido comunista, projetando uma nova imagem cultural para a China (CAO, 2007, P. 432).

Atualmente, os líderes chineses se voltam para o conceito confuciano *Minben* (povo como a base), como peça central no discurso de reformulação da política ideológica para construir a *hexie shehui* (sociedade harmônica). *Minben* é também representado como a abordagem chinesa de democracia através de duas noções abstratas confucianas, *min wei bang ben* (povo como a base do Estado) e *min gui jun qing* (povo são mais importante que regras). Já externamente, a política internacional é sedimentada na nova retórica confuciana de *he er bu tong* (harmônico mas diferente) e *he wei gui* (paz como o último objetivo), para projetar uma imagem cultural pacífica, como explica Qin Cao (2007, p. 435).

Essa estratégica discursiva projeta a idéia de “ascensão pacífica” na comunicação internacional proveniente da China, contra a percepção belicosa, preconceituosa e estereotipada da mídia ocidental, inclusive da revista *Veja* sobre a China no período pós-Guerra Fria.

### **3.1.11 Pequim 2008**



Figura 11 – Revista Veja: 06 de agosto de 2008

O regime chinês havia fracassado oito antes em sua candidatura para as Olimpíadas de 2000. A escolha foi para Sydney, já que pesava contra a China o episódio do massacre na Praça da Paz Celestial em 1989, que chocou o mundo, como retratado pela revista *Veja*<sup>53</sup>.

É certo que negócios internacionais e jogo geopolítico estão por trás da decisão do Comitê Olímpico Internacional de outorgar os Jogos de 2008 a Pequim. Os patrocinadores corporativos das Olimpíadas – incluindo Coca-Cola, Adidas e Mc Donald's – ficaram ávidos com as oportunidades apresentadas na China para o posicionamento de produtos em um mercado potencial de 1,3 bilhões de pessoas. Um poderoso lobby empresarial multinacional jogou todo o seu peso em Pequim, o que culminou com a conquista chinesa comemorada por duzentas mil pessoas naquele mesmo local que antes vivera uma tragédia pelas mãos dos líderes comunistas chineses. A decisão do COI (Comitê Olímpico Internacional), para analistas internacionais, foi um passo muito importante na evolução

<sup>53</sup> *Veja*, São Paulo, ano 22, nº 23, 14 jun. 1989.



das relações da China com o mundo e na sustentação de seu *status* como superpotência mundial.

O mundo assistiu a maior Olimpíada da era moderna, com o maior número de atletas e países representados, pela grandiosidade de seus estádios e ginásios, pela beleza e perfeição da cerimônia de abertura e encerramento, e pelo exemplo da organização da competição.

Tudo isso impressionou o mundo, mas a reportagem especial de capa com a chamada "A maquiagem da China", ressalta que apesar de a China ter investido 40 bilhões de dólares na organização dos Jogos Olímpicos, a grande obra mesmo é a de engenharia social para "reformular o coração e a mente" da população, remetendo claramente a idéia de manipulação.

A capa ressalta o olhar de uma chinesa bem maquiada para um espelho. Vê-se uma mulher de pele muito branca, como as chinesas típicas, com um destaque nos seus olhos puxados - traço oriental - com lápis preto e anéis olímpicos nas duas bochechas.

Nas Olimpíadas, o mundo olha para a China, e o governo comunista quer também manter o controle sobre essa imagem chinesa projetada para o mundo, ou seja, "maquiar" e "esconder" a sua verdadeira face, manipulando "corações e mentes". O governo distribuiu cartilhas e espalhou cartazes pelas ruas conclamando os chineses a não cuspir nas ruas (hábito milenar incentivado pela medicina chinesa de expelir impurezas do corpo), não pendurar roupas nas sacadas dos apartamentos, e chegando a pedir aos aposentados que evitassem sair de casa para "dar mais lugar aos visitantes", num típico sacrifício pela coletividade. Pelo fato de os chineses estarem ávidos por integrar-se ao mundo e pela habitual

obediência à autoridade<sup>54</sup> a adesão às normas foi maciça e a China conseguiu mostrar uma face esplendorosa ao mundo.

De fora das Olimpíadas desde 1984 por motivo político, em Pequim 2008 a China despontou e foi a líder no quadro de medalhas, realizando a mais perfeita e a mais cara Olimpíada de todos os tempos. A tradicional disciplina oriental usada desde 2001 (quando recebeu a notícia de que iria sediar as os jogos em 2008) para formar quatrocentas mil crianças em campeões olímpicos realmente deu certo. Essa conquista representa muito, pois consolida a posição chinesa como líder mundial, não só no aspecto esportivo, mas cada vez mais na política e na economia internacionais.

Contudo, a onipresença dos valores ocidentais na mídia brasileira e internacional transforma-os naturalmente no protótipo de um “modelo global de modernidade”, indicador dos modos de comportamento e dos valores a serem adotados em todo mundo. Assim, valores sociais, culturais e políticos particulares tendem a ser banidos, ignorados ou classificados como um perigo ou como uma ameaça, como historicamente vem sendo representado todo o Oriente (SAID, 2007).

O que se verifica, de forma geral, nas mensagens midiáticas sobre a China na mídia ocidental, e na revista *Veja* em especial, é que há uma discriminação pela linguagem. É uma característica do discurso midiático, facilitar e manter discriminação contra membros e grupos, principalmente através de estereótipos, como aponta Fowler (1991, p.93). E essa discriminação ganha força, pois o discurso midiático é considerado verdadeiro, pois é pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido (FOUCAULT, 2007).

---

<sup>54</sup> O respeito à autoridade remonta aspectos da filosofia preconizada pelo filósofo Confúcio (400 a.C), que pretende normatizar as relações na sociedade em busca da harmonia e da paz social. Essa moralidade busca a sociedade ideal através de valores como coletivismo, obediência, lealdade, simpatia, entre outros. O governo comunista com sua política autoritária apenas exacerbou esse traço cultural tradicional chinês.

Nessa reportagem nota-se claramente que ao invés de vangloriar a conquista chinesa, em todos os setores, critica-se o sistema político, os hábitos culturais e até mesmo o sucesso de seu capitalismo avançado. Os mitos do “perigo amarelo” e do “perigo vermelho” sobrevivem.

### 3.1.12 Abertura Made in China



Figura 12 – Revista Veja: 27 de agosto de 2008

A capa dessa edição (“Abertura Made in China”) apresenta um fundo vermelho, a foto de Mao Tsé-tung, um palito de fósforo segura o olho de Mao para ele não fechar, poderia ser resumida na expressão: “Abre o olho, Mao!”, e mais ainda, “fique com ele aberto”. Seria a conclamação da ocidentalização de Mao? O que se espera não é a superada liberdade de produção e consumo, mas abertura política, a democratização da China, contudo nada indica que isso deve acontecer tão cedo. O título em destaque “Abertura Made in

China” valoriza a idéia de que a abertura chinesa somente ocorre no campo econômico, já que “Made in China” faz alusão de forma intertextual à inscrição nos produtos chineses exportados para todo o planeta.

A locomotiva econômica chinesa não dá sinais de cansaço, e a abertura da economia na década de 80 por Deng Xiaoping permitiu a sobrevivência do Partido Comunista Chinês no poder. Então porque mudar? É o que se pergunta a maior parte dos 1,3 bilhões de habitantes do país voltados em seguir “o modelo do cidadão da Nova China: não reclame, não discuta, confie nos seus líderes, trabalhe duro em prol da nação e você também progredirá materialmente”<sup>55</sup>. É isso que a reportagem denomina “Golpe do Século”.

O Partido Comunista Chinês (PCC) é hoje um clube com 78 milhões de membros, ou 6% da população total, com idade média de 35 anos. Constituído pela elite intelectual, cultural e econômica, o PCC é visível e ao mesmo tempo invisível na sociedade, pois ao contrário do modelo soviético, o partido chinês se entranhou na estrutura social, pois conseguiu ressonância nos valores tradicionais chineses. Assim, o projeto socialista apenas ressoou com uma tradição cultural e moral milenar da sociedade chinesa, e por isso não representou nenhum impacto quando do seu fracasso, marcado pela derrubada do muro de Berlim. Nota-se que à medida que a demarcação entre capitalista e socialista começa a turvar no leste da Ásia, a forma cultural presente na grande divisória torna-se distintamente confuciana em sua índole. “A ideologia política confuciana foi eficiente no desenvolvimento do Japão e dos quatro minidragões. Ela é evidente também nos processos políticos da República Popular da China, da Coreia do Norte e do Vietnã” (MING, 2002, P. 360).

---

<sup>55</sup> O golpe do século. **Veja**, São Paulo, ano 41, nº 34, p. 137, 27 ago. 2008.

É certo que a cultura e a sociedade chinesas foram e continuam sendo influenciadas por Confúcio, filósofo chinês que viveu 500 a.C. O confucionismo constitui um código de conduta que guia e orienta o governo justo, as relações entre as pessoas, o comportamento público, a vida privada e a procura da retidão.

O pensamento confuciano se constitui de três princípios fundamentais para a construção de uma sociedade ideal: *Li*, ou Estrutura; *Ren* ou Gentileza; e *Xiao*, ou Lealdade.

*Li* refere-se à preservação de uma estrutura social baseada em uma ordem hierárquica, ou seja, as relações pessoais estão sempre em um par hierárquico: governador e governado; pai e filho; irmão mais velho e irmão mais novo; marido e mulher; amigo e amigo. Cada um tem um papel bem marcado dentro do par hierárquico, tendo que cumprir certos deveres e assumir responsabilidades.

*Ren* refere-se ao amor, bondade e gentileza, elementos sem os quais não haveria harmonia da estrutura. Para Confúcio, a aquisição do *Ren* supõe vencer a si mesmo e a abertura de compreensão, solidariedade, amor, compaixão e compromisso com o outro. Assim a humanidade, o *Ren*, diz respeito ao como deve ser a nossa postura frente ao tudo que pode haver entre duas pessoas - como se respeitar; como se amar; como se relacionar; como se entender; como lidar com as semelhanças e as diferenças, com a desarmonia, discordância e outros sentimentos humanos.

Em terceiro lugar vem *Xiao*, que é peça chave para a composição final da sociedade de Confúcio e refere-se à lealdade e obediência do subordinado a seu superior. Um cidadão deve ser leal ao seu governante, um filho deve obedecer a seu pai. Assim, enquanto *Li* dita a estrutura das relações, *Ren* e *Xiao* permitem que essa estrutura se dê com harmonia.

A estrutura social hierarquizada, proposta pelo filósofo chinês, de papéis sociais bem definidos, contribuiu para o surgimento do *guanxi* que compromete implicitamente amigos e associados a "fazer

o que podem uns pelos outros quando são solicitados”. *Guanxi* é uma expressão que designa a complexa rede de relações indispensáveis ao funcionamento social e político na China. Antes de um contrato formal, o que acontece é um relacionamento amigável e confiável entre ambas as partes. Isso vale mais que um contrato escrito. O *guanxi* (reciprocidade e confiança) é fortalecido com interações sociais, como visitas, presentes e convites para ocasiões especiais.

Atualmente, filiar-se ao Partido Comunista Chinês pode não mais acarretar benefícios diretos, mas pode sem dúvida resultar num bom *guanxi*, sem o qual ninguém toca negócios ou é promovido na China. Garante dinheiro e blindagem judiciária, pois os juízes e promotores são indicados pelo partido, num país em a noção ocidental de lei e justiça não encontra ressonância. “Em uma China interessada em fechar bons negócios, entrar para o PCC é o primeiro negócio a ser feito”<sup>56</sup>, ressalta o jornalista.

No diagrama de caleidoscópio proposto por Sandra Chen (2004) ilustram-se, além do *guanxi*, outros dois conceitos fundamentais à cultura chinesa. Cada elemento seria como uma face espelhada que refletiria infinitamente variadas imagens, à medida que se põe o caleidoscópio em movimento. No diagrama de caleidoscópio, o *guanxi* é apoiado pelos conceitos de *renqing* e *mianzi*.

*Renqing* indica generosidade, respeito ao próximo e sensibilidade, tudo isso em conformidade ao conceito de Confúcio sobre as obrigações de cada ator social em relação aos outros. A reciprocidade das relações na China pressupõe uma grande dose de gentilezas, expressa em formalidades e rituais de convivência. São regras implícitas do jogo social.

*Mianzi*, ou face, revela a preocupação dos chineses em preservar a reputação ou a honra. Perde-se *mianzi* (cair a cara), quando se viola o *guanxi*. É uma grande humilhação num contexto relacional.

---

<sup>56</sup> O golpe do século. **Veja**, São Paulo, ano 41, nº 34, p. 142, 27 ago. 2008.

Espera-se que as crianças preservem a “face” da família, ou o seu respeito social. Isto tem significado algo diferente em cada época. Para as crianças urbanas de hoje, significa ser bem educada e bem vestida, ganhar dinheiro e praticar valores tradicionais, como lealdade e bondade. Para os chineses das áreas rurais, significa colocar as necessidades do grupo na frente das necessidades individuais. Uma pessoa admirada é aquela que traz a maior honra para a família, enquanto continua sendo a mais humilde sobre conquistas pessoais<sup>57</sup>.

Em tempos de crise econômica mundial, é interessante o que diz a reportagem de capa da revista *Caros Amigos*: “É a vez da China – Muito louco: futuro do capitalismo está nas mãos do partido comunista chinês”<sup>58</sup>. Poucos dias antes, a capa da revista *Carta Capital* indica: “Lá vai o outro muro – Berlim 1989: soçobra o socialismo real; Nova York 2008: fracassa o capitalismo neoliberal”.

A China atingiu um patamar recorde de quase dois trilhões de dólares de reservas em moeda estrangeira (o dobro do Japão, quase o quádruplo da Rússia e o quádruplo da Arábia Saudita). Sem dúvida, a China tem poder econômico suficiente para ajudar o Ocidente a se recuperar. “Mais do que isso, o PCC guiou o país rumo a tornar-se, em breve, o novo pólo de influência mundial, em substituição aos Estados Unidos”<sup>59</sup>.

Antes da crise já se fala em “Século da China”<sup>60</sup> e muito tempo atrás Napoleão Bonaparte preconizava: “A China é um gigante adormecido, quando acordar fará o mundo tremer”. E, quem está sacudindo hoje são os Estados Unidos<sup>61</sup>, que tende a recorrer à China procurando um alento, um equilíbrio.

A ascensão de um novo ator político global, asiático-oriental, pode prospectar um futuro constituído de forma diversa do

---

<sup>57</sup> CULTURE Grams: concise, reliable up-to date country reports on 200 cultures of the world. Newcastle: Axion Press, 2003. Disponível em: <www.culturegrams.com>. Acesso em: jun. 2008.

<sup>58</sup> **Caros Amigos**, São Paulo, ano XII, nº 140, novembro 2008.

<sup>59</sup> No colo do Estado. **Carta Capital**, São Paulo, ano XV, nº 518, 22 out. 2008.

<sup>60</sup> Ver capa da NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. ano 9, nº 98, maio 2008.

<sup>61</sup> O filósofo Slavoj Žižek concedeu recentemente uma entrevista à revista Carta Capital em que afirma que a atual crise econômica mundial marca definitivamente o fim do “século americano”. Ver **Carta Capital**, São Paulo, ano XV, nº 518, p. 34, 22 out. 2008.

pensamento único hegemônico ocidental e de valorização da multiplicidade e do humanismo coletivo e solidário, segundo os valores tradicionais confucianos, como afirma o pesquisador chinês Tu Wei-Ming.

O Ocidente moderno, moldado pela mentalidade iluminista, deu um impulso inicial da transformação social em escala mundial. As razões históricas que deflagraram o processo de modernização na Europa Ocidental e na América do Norte não são necessariamente componentes estruturais da modernidade. Certamente os valores iluministas, como a racionalidade instrumental, a liberdade, a consciência dos direitos, o devido processo legal, a privacidade e o individualismo são todos valores modernos universalizáveis, mas como sugere o exemplo confuciano, “valores asiáticos” como simpatia, justiça distributiva, consciência do dever, ritual, espírito público e orientação grupal também são valores modernos universalizáveis. Assim, os últimos podem se revelar uma referência crítica e oportuna para o estilo americano de vida (MING, 2002, p. 360).

### **3.1.13 Quarenta anos de Revista *Veja***

Na edição especial em comemoração dos 40 anos da revista *Veja*<sup>62</sup> traz uma seção de imagens dos principais fatos históricos mundiais desse período. É interessante notar que num universo de vinte imagens, encontramos duas referentes à China. A primeira fotografia apresenta o “desconhecido de camisa branca” que desafiava tanques de guerra do partido comunista chinês (PCC), no episódio conhecido como o “Massacre da Praça da Paz Celestial”.

Certamente, essa imagem fez e ainda faz parte do imaginário do Ocidente sobre a China. Todos temem e julgam o excesso de força do Partido Comunista Chinês (PCC) em dirigir os rumos do país e os destinos individuais. Como aponta o pequeno texto que acompanha a foto:

---

<sup>62</sup> VEJA Edição Especial. São Paulo, setembro de 2008.



Stuart Franklin/Imagnum Photos/Divulgação



### Herói anônimo

Em 1989, um anônimo demonstrou que, sim, ainda existiam heróis. E que, não, estados totalitários não são capazes de dobrar todas as consciências. Armado apenas de seu próprio corpo, ele tentou deter a fileira de tanques que avançava rumo à Praça da Paz Celestial, em Pequim, onde centenas de estudantes pediam liberdades democráticas. Duzentos manifestantes foram massacrados pelo Exército. Mas sua luta não foi em vão: ao se dar conta de que o país virara uma panela de pressão pronta a explodir, o regime destapou algumas válvulas. Quase vinte anos depois, a China é a economia mais pujante do planeta, mas permanece uma ditadura de partido único. Quanto ao herói anônimo, sua imagem continua a inspirar alguns jovens chineses que, agora em *blogs* dissidentes da internet controlada pelo governo, pregam que a abertura econômica do país seja acompanhada pela política<sup>63</sup>.

Outra imagem que vem fazendo parte do imaginário do Ocidente sobre a China é o do vigor do crescimento econômico chinês, retratada pela metrópole Xangai iluminada à noite.

---

<sup>63</sup> VEJA Edição Especial. São Paulo, setembro de 2008.

Fritz Hoffman/National Geographic



### **O império do consumo**

Três décadas depois de abraçar o capitalismo, a China diminuiu pela metade o número de miseráveis. O país mais populoso do mundo, com 1,3 bilhão de habitantes, também se tornou mais urbano. No fim da década de 60, 17% da população vivia nas cidades. Hoje, a proporção é de 42%. O crescimento econômico, aliado a essa virada demográfica, transformou as feições de metrópoles como Xangai. Com seus novos arranha-céus, feericamente iluminados à noite, e estilo de vida que ombréia com o das grandes capitais européias, a cidade é a vitrine da nova China<sup>64</sup>.

Essas duas fotografias resumem o imaginário preponderante da China nas últimas décadas representado não só pela revista *Veja*, mas, de forma geral, pela mídia brasileira, segundo análises realizadas durante toda a pesquisa. Em primeiro lugar, a repressão do Partido Comunista às liberdades individuais de expressão e ação retratada pelo episódio conhecido por Massacre da Paz Celestial, “capitalismo com características chinesas”, regime único no planeta. E, por fim, o surpreendente desenvolvimento econômico das últimas décadas, revelando que a China caminha efetivamente para ocupar o lugar de maior potência do planeta, com uma tradição política e cultural radicalmente diferente que a do Ocidente.

---

<sup>64</sup> VEJA Edição Especial. São Paulo, setembro de 2008.

## CONCLUSÃO

A famosa viagem de Marco Polo à China nos fins do século XII, relatada em seu *Livro das Maravilhas: a Descrição do Mundo* foi uma das primeiras e mais famosas narrativas do Ocidente sobre a China e o caminho das Índias Orientais. O comerciante veneziano Marco Polo, juntamente com seu pai, Nicolo Polo e seu tio Maffeo teriam partido para o Oriente em 1271, voltando cerca de vinte e quatro anos depois:

Acredito que tenha sido a vontade de Deus que tenha me permitido voltar, de modo que os homens possam saber das coisas existentes no mundo, já que, [...], nenhum outro homem, cristão ou sarraceno, mongol ou pagão, jamais explorou tanto do mundo como Messes Marco, filho de Messes Niccolo Polo, grande e nobre cidadão da cidade de Veneza (POLO, 1999, p. 9).

As epopéias de Marco Polo descrevem caminhos que levam do Iraque à Índia, do Japão ao Vietnã, passando pelas montanhas e rios da China, por onde permaneceu por mais de vinte anos como conselheiro e embaixador predileto do imperador Kublai Khan, fundador da dinastia chinesa Yuan (1294-1368). Os relatos do navegador fazem uma descrição minuciosa do Oriente, sobretudo da China, a mais detalhada descrição das cidades ao longo da “Rota da Seda”.

O livro tornou-se popular na Europa medieval e o impacto da obra foi grande. Por séculos, edições manuscritas de seu trabalho circularam pelo continente e a obra passou a representar o relato mais importante e mais criticado na época. Marco Polo dedica a maior parte do seu livro a ressaltar as maravilhas da história e cultura chinesas, um outro pouco conhecido pelos povos europeus. No livro segundo, ele conta:

Vou relatar agora as grandes proezas e maravilhas do Grã-Cã que reina atualmente, chamado Kublai, o que no nosso idioma quer dizer senhor dos senhores. E dão-lhe esse título com justiça, pois é sabido de todos que ele é

o homem mais poderoso da Terra, em tesouros e exércitos, nunca houve maiores, desde Adão, nosso primeiro pai, e nunca os houve até nossos dias. E isto demonstrarei neste livro (POLO, 1999, p. 155).

O livro de Marco Polo pode ser considerado uma etnografia, que retratou com detalhes um Oriente desconhecido, mesmo que de forma alegórica como apontou alguns críticos, mas de uma maneira que iria marcar profundamente a percepção ocidental sobre o Oriente, cercado de mistério e exotismo ainda nos dias atuais. Na época medieval de Marco Polo, um enorme lapso de tempo e de espaço separava povos e culturas. Demoravam-se anos para se saber de acontecimentos do outro lado do mundo. Só no século XVI, com a expansão da navegação portuguesa, é que a Ásia passaria a ser novamente conhecida pelos europeus.

Desde então, com o avanço dos meios de comunicação e de transporte podemos, com extrema rapidez e facilidade, ter contato com diversas pessoas ao redor do mundo. Internet, televisão, comunicações via satélite e navegações aéreas proporcionam uma experiência sócio-cultural *sui generis* com a realidade do planeta, contribuindo para a formação de uma verdadeira “aldeia global”, nos termos de McLuhan.

Entretanto, devido a esse mesmo processo, os espaços, os hábitos e os costumes dos povos do mundo inteiro estão cada vez mais parecidos, ficando de lado os particularismos das tradições culturais locais. A constituição de *não-lugares*, segundo Marc Auge, no processo de globalização acarreta uma familiaridade e reconhecimento – ao invés daquele estranhamento próprio do contato com a alteridade –, estando-se aqui na América Latina, nos Estados Unidos, na China ou em qualquer lugar do mundo, pois sempre haverá *shopping-centers*, MC Donald’s, tênis Nike e a transmissão da Rede CNN.

No atual cenário mundial, a rearticulação das relações sociais e de produção acontece em torno das Novas Tecnologias de Informação

e de Comunicação (NTICs) constituintes de uma *semiose hegemônica ocidental* com relação ao objeto-mundo, conforme aponta Elhajji (2001). A percepção da constituição de uma *semiose hegemônica ocidental* revela que, as questões de produção de sentido e organização simbólica da globalidade decorrem do estabelecimento de uma esfera cognitiva ocidental, em suas ações internacionais e transnacionais, e de imposição de conceitos peculiares ao Ocidente como realidade universal. E, nesse contexto, as diferenças culturais tendem a ser solapadas pela unicidade e totalidade desse pensamento hegemônico. Mesmo com as rupturas próprias dos multiculturalismos e hibridismos, as práticas sócio-culturais, fora dessa concepção, ao serem retratadas pela mídia tendem a ser condenadas, inferiorizadas, exotizadas ou mesmo ignoradas.

A mídia é um dos locais preferenciais onde essa atitude se consolida e se dissemina. As mensagens transmitidas ininterruptamente pelas corporações internacionais de mídia, controladas por grupos e blocos de poder predominantes em escala mundial, interferem na forma de percepção e representação do mundo, e de legitimação de ações e valores ocidentais modernos como universais.

Por isso, deve haver um esforço no sentido de descobrir que através da multiplicidade e desse contato com a alteridade: "Outrem me mostra outros mundos, possíveis e não realizados, e que me escapariam se não fosse a sua presença" (DELEUZE apud CAIAFA, 2007, p. 155). A bela leitura de Deleuze do texto de Michel Tournier, "Sexta-feira e os limbos do Pacífico", destaca a abertura e a transformação pessoal ocorrida ao se entrar em contato com outrem. Choques, exotização, hibridismos e homogeneizações foram os resultados desses contatos realizados por todo o globo. Por isso, conhecer outros povos, outras culturas, outras formas de pensar e de agir sempre instigou a humanidade, e hoje a mídia ocupa o lugar

primordial desse encontro, mediado por toda essa ideologia hegemônica do Ocidente.

Nesse sentido, requer que a mídia e seus receptores assumam a responsabilidade sobre as sistemáticas construções sobre os outros e sobre nós mesmos através dos outros. "Se estamos condenados a contar histórias que não podemos controlar, pelo menos não contemos histórias que acreditemos serem *as verdadeiras*" (CLIFFORD, 2002, p. 96). Enfim, os significados transmitidos pelos discursos midiáticos são sempre representações, portanto tem que se estar atento para verificar que realidade se está construindo através desse mecanismo de produção social, atravessada por uma ideologia, no sentido bakhtiniano, por um olhar particular sobre o mundo.

É interessante, nesse momento, resgatar o conceito de agenciamento, criado por Deleuze e Guattari (1995) que indica o arranjo, um tipo de conexão entre multiplicidades. A única unidade do agenciamento é o "co-funcionamento", que ele também chama de "simpatia". "A simpatia é o afeto que nos permite entrar em ligação com os heterogêneos que nos cercam" (CAIAFA, 2007, p. 152). Para Deleuze (1977), o co-funcionamento ou a simpatia não comporta análise. Aqui não é questão de distanciar-se para compreender o outro, com um "olhar de entendimento", nem tampouco de tomar-se por esse outro, que pode levar à confusão com o outro, mas de *ter algo a ver com ele*, "alguma coisa a agenciar com ele" (CAIAFA, 2007, p. 152). E assim: "Na possibilidade de outros modos de produzir e pensar eclode as mudanças, emerge o novo, afirma-se o propriamente humano como manifestação de um ser não-determinado em bases absolutas" (SODRÉ, 2002, p. 87).

A persistente e profundamente enraizada imagem negativa da China na mídia brasileira e ocidental, sobretudo na revista *Veja*, ignora a contribuição da China para a economia e para a cultura mundiais. Desde a primeira edição de *Veja* percebe-se a não-aceitação das instituições, valores e práticas provenientes da China.

Na era Mao, há uma predominância de imagens estereotipadas, caricaturas, desenhos, estátuas do líder comunista, que nunca é humanizado. Persiste marcas étnicas, preconceituoso e sócio-culturais, na maior parte das abordagens, refletindo a diferença e a estranheza do contato com o Outro. Mesmo nas mais recentes reportagens que falam sobre a ascensão chinesa ("A Segunda Revolução", "A Próxima Potência", "China", "Abertura Made in China") predomina o fundo vermelho, presente na bandeira chinesa, que remete fortemente ao regime comunista. A marca ideológica comunista e tudo o mais que ela acarreta aos olhos ocidentais – repressão, cerceamento das liberdades individuais – é ressaltado, bem ao lado do enaltecimento do extraordinário avanço econômico das últimas décadas.

Assim, percebe-se claramente a valorização de uma ideologia hegemônica ocidental, ao invés de aspectos de valorização da pluralidade, da diferença e do Outro. Toda concepção de mundo fora dos modelos e valores do pensamento único ocidental tende a ser banida, rechaçada ou inferiorizada, assim como historicamente vem sendo representado todo o Oriente (Said, 2007). Atualmente, outros países do Oriente, além da China, também vêm sendo fortemente classificados como uma grande ameaça pela indústria da mídia, principalmente aqueles pertencentes ao "Eixo do Mal", depois dos ataques de 11 de setembro de 2001.

Nota-se, mais recentemente, que a publicação deixa de dar visibilidade à China (ao privilegiá-la com quatro reportagens de capa), devido ao seu ascendente poder econômico-político internacional, mas ao dá-la, destrói-se sua reputação, classificando-a como um grande perigo. A radical diversidade da China seja pela questão cultural, social ou política, é amplamente percebida nos meios de comunicação, sobretudo na revista *Veja*, como uma grande ameaça, não como uma oportunidade.

As imagens da China nas capas da revista *Veja*, a maior e mais importante publicação brasileira, revelam visões de mundo, crenças e valores preponderantes em nossa sociedade. Essa semiose negativa sobre a China pode interferir na forma de gerenciamento de políticas públicas, ações governamentais e empresariais, que influenciam decisivamente na vida de todos os brasileiros.

A China pouco se utiliza da indústria da mídia para disseminar a sua imagem – há pouca autopromoção –, quem o faz é quase sempre o Ocidente, de forma espetacularizada ou mitificada, no modo mais pejorativo do termo notabilizado por Debord. Só nos últimos anos, a agência de comunicação chinesa, *Xinhua*, vem se destinando a disseminar notícias sobre a China no mundo – anunciando a “ascensão pacífica” nos moldes da tradição cultural confuciana, mas sem grande sucesso na mídia ocidental –, em contraposição com os meios de comunicação de massa norte-americanos ou de sua inspiração, como muitos veículos brasileiros, incluindo a revista *Veja*. Algumas agências de notícia e emissoras de TV internacionais estão começando a instalar escritórios e correspondentes no país, reconhecendo a crescente importância da China no cenário mundial.

A civilização chinesa sempre despertou a atenção mundial pelos seus mais de cinco mil anos de história, pela população de mais de 1,3 bilhões de pessoas e pelo seu regime oficialmente comunista. Nos últimos anos, porém, a imprensa mundial, inclusive a brasileira, vem demonstrando um interesse cada vez maior pelo país que mais cresce no mundo e que caminha para se tornar uma superpotência. Filmes hollywoodianos, novelas brasileiras, noticiários internacionais começam a colocar a China na cena mundial, antes era um país de centenas de milhões de pessoas, simplesmente esquecido; como ainda é o continente africano. Isso confirma que o poder político-econômico garante um outro status sócio-cultural ao país de origem.

Na análise mais recente da China, o ano das Olimpíadas de Pequim (2008) seria realmente o “Ano da China”, com prenunciava



algumas publicações<sup>65</sup>. Outras mais entusiasmadas, falavam até de “Século da China”<sup>66</sup>, ao prenunciar a grandiosidade do país que seria registrada pelas lentes dos milhares de jornalistas estrangeiros, atletas e turistas que invadiriam a China. Porém, a crise econômica mundial anunciou um outro destino para o país, considerado a “fábrica do mundo”. As taxas de exportação caíram drasticamente nos últimos meses, e milhares de chineses perderam seus empregos. Algumas cidades voltadas exclusivamente para o comércio exterior, estão se tornando verdadeiras “cidades fantasmas”, mas ainda com fôlego para financiar os norte-americanos. É um cenário, que atinge todo o planeta, mas que acarreta um desafio a mais para a civilização mais antiga do mundo, ainda viva. Nada mal para uma nação em a palavra crise compõe-se de dois caracteres: um representa perigo e o outro representa oportunidade.

---

<sup>65</sup> **Exame**, São Paulo, maio de 2008.

<sup>66</sup> **National Geographic Brasil**, São Paulo, ano XII, nº 140, novembro 2008.

## REFERÊNCIAS

A REVISTA NO BRASIL. São Paulo: Abril, 2000.

ALTHUSSER, L. *A favor de Marx*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.  
\_\_\_\_\_. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

AMARAL, Márcio Tavares d'. *Comunicação e Diferença: uma filosofia de guerra para uso dos homens comuns*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

APPADURAI, A. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

AUTHIER-RÉVUZ, J. *Heterogeneidade(s) enunciativa(s)*. Cadernos de Estudos Lingüísticos, Campinas, nº19, 1990.

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford, Claredon Press, 1962.

BAKHTIN, M. *Marxismo e a filosofia da linguagem*. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.  
\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.  
\_\_\_\_\_. *Cultura popular na Idade Média e no Renascimento*. SP: Hucitec, 1993.  
\_\_\_\_\_. *Questões de literatura e estética*. São Paulo: Hucitec, 1990.

BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1999.  
\_\_\_\_\_. *Mitologias*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Editorial, 1980.  
\_\_\_\_\_. *S/Z*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.  
\_\_\_\_\_. *O prazer do texto*. São Paulo, Perspectiva, 1993.

BAUMAN, Z. *Globalização: As conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.  
\_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BELL, A. & GARRET, P. (Orgs.) *Approaches to media discourse*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

BELLUCCI, B. (Org.). *Abrindo os olhos para a China*. RJ: EDUCAM, 2004.

BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. 3a.ed., Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

\_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel. *Muitas Globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CABRAL FILHO, S. *O Brasil e a China – Relações de Cooperação no século XXI*. Set/ 2001. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/artigos/artigos2002/professorseverinocabral/brasilchina.htm>>. Acesso em: 17/05/2008.

\_\_\_\_\_. *Brasil-China - Desafios e Oportunidades para o século XXI*. Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE). Jun/2000. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/bases/70-Brasil-China-SC.pdf>>. Acesso em: 17/05/2008.

CAIAFA, J. *Aventura das cidades: ensaios e etnografias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadão: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CASTELLS, M. *Fim de Milênio - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAO, Q. *Confucian Vision of a New World Order? Culturalist Discourse, Foreign Policy and the Press in Contemporary China*, International Communication Gazette, Vol. 69, No. 5, 435-455, 2007.

CHAN, J. *Cisnes Selvagens: três filhas da China*. Companhia das Letras, 2006.

CLARK, K. & HOLQUIST, M. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Org. José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CONFÚCIO. *Os Analectos*. São Paulo e Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

DIJK, T. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

ELHAJJI, Mohammed. *Globalização e Novas Tecnologias de Comunicação: Uma Nova Esfera Cognitiva*. Lumina, Brasil, v. 04, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse – Textual analysis for social research*. Londres e Nova York: Routled, 2003.

\_\_\_\_\_. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

\_\_\_\_\_. *Media discourse*. Londres: Edward Arnold, 1995.

FAIRBANK, J. *China: uma nova história*. São Paulo: LP&M, 2007.

FEATHERSTONE, M. (org.). *Cultura Global: nacionalismo, globalização e modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1997.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *As palavras e as coisas: Uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

\_\_\_\_\_. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

FOWLER, R. *Language in the news: discourse and ideology in the Press*. 5 ed. London: Routledge, 1999.

FOWLER, R., HODGE, B., KRESS, G. e TREW, T. *Language and Control*. Londres: Routledge, 1979.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GRAMSCI, A. *Selections from the Prison Notebooks*. New York: Internacional Publishers, 1971.

GRANET, M. *O pensamento chinês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

HALL, S. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização: Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALLIDAY, M. *Language as social semiotic*. Londres: Edward Arnold, 1978.

HARRISON, L.; HUNTINGTON, S.P. *Cultura Importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HUNTER, J.; YATES, J. Na vanguarda da globalização: o mundo dos globalizadores americanos. In: BERGER, Peter L.; HUNTINGTON,

Samuel. *Muitas Globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HUNTINGTON, S. P. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

IANNI, O. *Enigmas da Modernidade-Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

\_\_\_\_\_. *A sociedade global*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KRISTEVA, J. *Introdução à semánalise*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

JIRU, S. *A Estratégia Internacional Chinesa no Século XXI*. In: BELLUCCI, Beluce (org). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro: EDUCAM, 2004.

JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.

JONATHAN, D. S. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1994.

PANIKKAR, K.M. *A dominação ocidental na Ásia: do século XV aos nossos dias*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

PINTO, M.J. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discurso*. São Paulo: Hackers Editores, 2002.

\_\_\_\_\_. Marcas de enunciação em imagens. In: ECO, Publicação da Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, RJ, laboratório de Editoração/ECO/UFRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. *As marcas lingüísticas da enunciação: Esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro: Numen, 1994.

\_\_\_\_\_. Semiologia e Imagem. In: Braga, J.L, Porto, S.D & Fausto Neto, A. (Orgs.) *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro, Diadorim/COMPÓS, 1995.

PINTO, M.J. & RIBEIRO, A.P.G. (Org.). *Discursos: estudos da linguagem como prática social*. Rio de Janeiro: Ilustração, 2005.

POLO, Marco. *O livro das maravilhas: a descrição do mundo*. Porto Alegre: L&PM, 1999.

ROBERTSON, R. *Globalization: Social Theory and Global Culture*. London: Sage Publications, 1992.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

SANTAELLA, L. & NÖTH, W. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.

SAUSURRE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1987.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SRINIVAS, T. Um encontro com o destino: globalização cultural na Índia. In: BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel. *Muitas Globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TREVISAN, C. *China: o renascimento do império*. Editora Planeta do Brasil, 2006.

TU WEI MING. Múltiplas Modernidades: Uma investigação preliminary sobre as implicações da Modernidade no Leste da Ásia. In: HARRISON, Lawrence & HUNTINGTON, Samuel. *A cultura importa*. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2002.

VÉRON, Eliseo. *A produção de sentido*. Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

VIEIRA, Leociléia Aparecida. *Projeto de Pesquisa e Monografia – O que é? Como se faz? Normas da ABNT*. 2. ed. Curitiba: Editora do Autor, 2003.

YAN, Y. Globalização administrada: o poder do Estado e a transição cultural na China. In: BERGER, Peter L.; HUNTINGTON, Samuel. *Muitas Globalizações: diversidade cultural no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.





WALLERSTEIN, Immanuel. A cultura como campo de batalha ideológico do sistema mundial moderno. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). *Cultura Global: Nacionalismo, Globalização e Modernidade*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

ZIZEK, S. *Zizek Crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hackers Editores, 2005.


---



## ANEXO

Nº	Capa	Data da publicação	Título e subtítulo	Páginas
[1]		21 de julho de 1971	<b>Os 750 milhões de amigos de Richard Nixon</b>	26-30
[2]		03 de novembro de 1971	<b>A longa marcha para a ONU</b>	30-40
[3]		23 de fevereiro de 1972	<b>O encontro em Pequim</b>	44-57
[4]		01 de março de 1972	<b>Sorrisos em Pequim</b>	36-48
[5]		21 de agosto de 1974	<b>Brasil-China</b> Do comércio à diplomacia	24-30

[6]		15 de agosto de 1976	<b>A morte de Mao</b>	32-45
[7]		24 de julho de 1985	<b>A segunda revolução</b>	44-66
[8]		16 de junho de 1989	<b>Fúria na China</b>	46-58
[9]		22 de outubro de 2003	<b>A próxima potência</b> Em 30 anos, a China será a maior economia do mundo	122-135
[10]		9 de agosto de 2006	<b>China</b> Uma equipe de VEJA foi ver como os chineses estão construindo seu império global <u>Encarte destacável:</u> A China em números	93-198
[11]		6 de agosto de 2008	<b>A maquiagem da China</b> A engenharia social para transformar corações e mentes durante os Jogos de Pequim impressiona	136-157

			mais que os estádios e obras monumentais	
[12]		27 de agosto de 2008	<b>Abertura Made in China</b> A vida em um país onde a liberdade chegou à economia mas só Deus sabe se chegará à política	134-142